



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E RELAÇÕES
INTERNACIONAIS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VANESSA SOPELSA BRANDALISE

**A Herança Colonial e a Imagem da Mulher Brasileira: Uma Análise das Mídias
Portuguesas**

FLORIANÓPOLIS
2024

VANESSA SOPELSA BRANDALISE

**A Herança Colonial e a Imagem da Mulher Brasileira: Uma Análise das Mídias
Portuguesas**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado.
Orientadora: Prof^a Dr^a Karine de Souza Silva

FLORIANÓPOLIS
2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Brandalise, Vanessa Sopelsa
A Herança Colonial e a Imagem da Mulher Brasileira : Uma
Análise das Mídias Portuguesas / Vanessa Sopelsa Brandalise
; orientador, Karine de Souza Silva, 2024.
96 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro
Socioeconômico, Graduação em Relações Internacionais,
Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Estereótipo da mulher
brasileira em Portugal. 3. Colonialidade de Gênero. 4.
Imigração feminina. I. Silva, Karine de Souza. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Relações Internacionais. III. Título.

Vanessa Sopelsa Brandalise

**A Herança Colonial e a Imagem da Mulher Brasileira: Uma Análise das Mídias
Portuguesas**

Florianópolis, 03 de dezembro de 2024.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Karine de Souza Silva

Profa. Hélen Rejane Silva Maciel

Profa. Gabriela Martini dos Santos

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais por mim e pelos demais membros da banca examinadora.



Documento assinado digitalmente

Karine de Souza Silva

Data: 13/12/2024 18:15:52-0300

CPF: ***.668.985-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Profa. Dra. Karine de Souza Silva

Orientadora

Florianópolis, 2024

Dedico este trabalho a todos aqueles que, assim como eu, ingressam no curso de Relações Internacionais com o desejo de transformar o mundo em que vivemos. Que, por meio dos nossos estudos e pesquisas, possamos gerar um impacto significativo e contribuir para a construção de um futuro mais justo e igualitário

AGRADECIMENTOS

Eu não teria a oportunidade de estar escrevendo esse trabalho de conclusão de curso em uma Universidade Federal se não fosse pelo esforço e trabalho de mulheres da minha família que não somente me auxiliaram com os custos de morar em Florianópolis, mas que sempre ofereceram palavras de amor e suporte nos momentos de dificuldade, agradeço a: minha querida mãe Rosane; minhas avós, Dida e Tôneta; minha tia, Marcia e minhas irmãs, Leti e Maria, por sempre acreditarem em mim. Ao meu paizinho, Fábio, bendito fruto entre a família de mulheres, obrigada por todas as chamadas de vídeo quando estou longe para falar que ama e dar suporte no que precisasse. A minha família no geral agradeço por nunca deixarem meus sonhos morrerem e por sempre me incentivarem a correr atrás do que quero.

Em segundo lugar, minhas amigas que passaram pelas dificuldades da graduação junto comigo e foram essenciais para nunca desistir, obrigada Ma e Re por sempre escutar e me apoiarem nos desafios dentro e fora da universidade. Também agradeço a minha amiga de anos, Rena, por continuar ao meu lado apesar da distância e por sempre acreditar em mim. Por fim, agradeço às professoras que tive o prazer de escutar nos anos de faculdade, por manterem essa esperança de que podemos cada vez mais ocuparmos lugares de atuação e profissão que antigamente não podíamos e por todo o conhecimento transmitido.

Agradeço, também, à Universidade Federal de Santa Catarina, todos os professores que compartilharam seus saberes, aos demais servidores da universidade e colegas que estiveram presente nos meus anos durante a faculdade e, que assim como eu, respeitam e lutam pela universidade pública de qualidade no Brasil.

Em último momento, agradeço imensamente à minha professora orientadora, a Profa. Dra. Karine de Souza Silva, por cada palavra de instrução, direcionamento e sabedoria compartilhados. Obrigada por ajudar a ampliar meus conhecimentos não somente sobre o tema tratado na pesquisa, mas também sobre a vida real em que baseamos nossas pesquisas como acadêmicos.

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso busca: i) analisar como a colonização entre Portugal e Brasil influenciou estereótipos e preconceitos de gênero sobre a mulher brasileira; ii) estudar os fluxos migratórios femininos do Brasil para Portugal e a realidade dessas mulheres no país; iii) apresentar exemplos de discriminação e estereótipos sobre a mulher brasileira em jornais e revistas, além de debater sobre como as produções midiáticas do Jornal Público e do Diário de Notícias de Portugal impactam a percepção social portuguesa em relação às mulheres brasileiras. O objetivo da pesquisa se concentra em identificar a disseminação de mídias em Portugal que contribuem para a propagação, em veículos de comunicação como jornais e revistas, dos estereótipos sobre a mulher brasileira, os quais têm sido reproduzidos desde a colonização do Brasil. Para tanto, a pesquisa bibliográfica constitui o principal procedimento de investigação, complementada pelo levantamento, seleção e análise crítica de textos e conteúdos veiculados em meios de comunicação impressos e digitais, jornais e revistas. Por fim, esta monografia fundamenta-se em teorias pós-coloniais e decoloniais, antirracistas, feministas e do Sul Global, além de integrar diversas teorias críticas de distintas áreas, como os estudos sobre mídia social, gênero e migrações.

Palavras-chave: Migração Feminina; Estereótipos; Colonialidade do Poder e de Gênero; Mídias Portuguesas; Subalternidade.

ABSTRACT

This end-of-course work seeks to: i) analyze how colonization between Portugal and Brazil has influenced gender stereotypes and prejudices about Brazilian women; ii) study female migratory flows from Brazil to Portugal and the reality of these women in the country; iii) present examples of discrimination and stereotypes about Brazilian women in newspapers and magazines, as well as discuss how the media productions of the Portuguese newspapers Público and Diário de Notícias have an impact on Portuguese social perception of Brazilian women. The aim of the research is to identify the dissemination of media in Portugal that contribute to the propagation, in communication vehicles such as newspapers and magazines, of stereotypes about Brazilian women, which have been reproduced since the colonization of Brazil. To this end, bibliographical research is the main investigative procedure, complemented by the collection, selection and critical analysis of texts and content published in print and digital media, newspapers and magazines. Finally, this monograph is based on post-colonial and decolonial, anti-racist, feminist and Global South theories, as well as integrating various critical theories from different areas, such as social media, gender and migration studies.

Keywords: Female Migration; Stereotypes; Coloniality of Power and Gender; Portuguese Media; Subalternity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Foto: Reprodução/Kelly Akemi Kajihara.....	34
Figura 2 Foto: ANTONIO SCORZA/AFP.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Elaboração própria. Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: 2000.....	38
Tabela 2 Fonte: relatórios do Ministério dos Negócios do Império.....	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – Estereótipos Coloniais e a Mulher Brasileira na Relação Brasil-Portugal.....	17
1.1 Colonização, colonialidade de gênero e a produção da categoria mulher.....	18
1.2 Um diálogo entre colonialidade e gênero.....	22
1.3 A mulher brasileira sob a lente da colonialidade.....	26
1.4 Aspectos teóricos do conceito de estereótipo e representação.....	30
1.5 A imagem estereotipada da mulher brasileira no exterior.....	32
CAPÍTULO 2 – A feminização da migração brasileira para Portugal no século XXI....	35
2.1 Breve histórico do sistema migratório Brasil-Portugal.....	37
2.2 Dinâmicas de Exclusão na Migração Contemporânea.....	44
2.3 O Impacto da Feminização na Experiência Imigrante.....	48
2.4 A Construção da “Outra” para as Mulheres Brasileiras vivendo em Portugal atualmente.....	51
CAPÍTULO 3 – A mulher brasileira nas mídias portuguesas: a atuação do Jornal Expresso e do Diário de Notícias de Portugal na contemporaneidade.....	55
3.1 O papel da imprensa portuguesa na modelagem das percepções sociais.....	56
3.2 O caso do jornal O Público.....	59
3.2.1 Matéria 1 - "Mães de Bragança" acusam brasileiras de provocar "onda de loucura" na cidade.....	60
3.2.2 Matéria 2 - “As dores de crescimento de um biquíni”.....	62
3.2.3 Matéria 3 - ““Brasileiras são prostitutas, brasileiros são ladrões””.....	63
3.3 O caso do Jornal Expresso.....	65
3.3.1 Matéria 4 - Coimbra: Mulheres exploradas sexualmente em Portugal são maioritariamente brasileiras e de Leste.....	65
3.3.2 Matéria 5 - Universidades: Senhorios recusam arrendar quartos a brasileiros e africanos;.....	67
3.4 Casos atuais do Diário de Notícias de Portugal.....	69
3.4.1 Matéria 6 - Mercado de trabalho: estereótipo sexual ainda atrapalha brasileiras, aponta especialista.....	70
3.5 Conclusões parciais.....	72
Considerações finais.....	74
Referências:.....	78
ANEXOS.....	92

INTRODUÇÃO

O conceito de gênero, majoritariamente, refere-se a um sistema de significados que molda e estrutura as relações de poder e a organização social, frequentemente refletindo e reforçando desigualdades. Esse sistema pode ser analisado a partir de perspectivas feministas e decoloniais, que questionam normas tradicionais, ressaltam a diversidade das experiências de gênero e desafiam hierarquias baseadas em padrões hegemônicos e binários. A organização social em que os gêneros são estruturados de maneira desigual é um fenômeno que marca a divisão sexual do trabalho, onde as mulheres ocupam um lugar inferior ao dos homens e assim conduzindo a aceitação de papéis sociais diferentes na comunidade em forma de estereótipos de gênero. Apesar da suavização dessa hierarquia que ocorreu nas últimas décadas, os estereótipos facilmente atravessam de geração para geração apropriando-se diversas dimensões da vida social conservando uma grande assimetria entre homens e mulheres, além de uma expressiva discriminação sobre o gênero feminino. Perdura, também, a existência de um ideal feminino onde o corpo da mulher é visto como um objeto, estereótipos inseridos na sociedade e claramente assumidos pelo consumo de publicidades como reprodutoras da realidade social e ideológica uma vez que as mídias são o meio de assimilação da sociedade do processo de socialização de indivíduos, principalmente através da televisão e redes sociais.

Nesse contexto, no que diz respeito à mulher imigrante em Portugal uma parcela expressiva desse grupo é constituída por mulheres brasileiras. Segundo dados da Agência para a Integração de Migrantes e Asilo (Aima) ao jornal Público, os brasileiros representam 35% do total de 1,04 milhão dos imigrantes com residência em Portugal em 2023 (RATTNER, 2024) e especificamente as migrantes brasileiras do sexo feminino configuram, no país, uma das tendências da feminização de movimentos migratórios, uma vez que se caracterizam como a maior grupo social estrangeira residente (SEF, 2022). No que tange essa preocupação, segundo Carneiro e Miranda, as mulheres são mais expostas que os homens as violações de direitos fundamentais, como a discriminação, a exploração e ao abuso, apesar disso o número de migrantes femininas não deixa de crescer. Ademais, com base em dados da pesquisa do INE (Instituto Nacional de Estatísticas de Portugal) de 2011, parte expressiva das brasileiras que migram para Portugal pertencem a faixa etária entre 20 e 40 anos, essas mulheres ainda enfrentam um processo de racialização e sexualização com raízes no passado

colonial, mantidos e transmitidos geracionalmente, implicando na subalternização desse grupo do ponto de vista social e político.

Portanto, com o aumento do número de brasileiras na sociedade portuguesa, no cenário dos anos 1990, se tornou cada vez mais evidente para o resto do mundo o preconceito e a visão negativa que eram ligados aos estereótipos da imigrante brasileira entre a comunidade portugueses. Eventualmente essa percepção pode ser produzida pela mídia, como no episódio das Mães de Bragança, em que um episódio de protesto contra imigrantes brasileira, em específico as que trabalhavam no mercado do sexo, levou a grande propaganda midiática e associação negativa a mulher brasileira. Dessa forma, a cultura se torna um espaço em que diferentes grupos lutam pela construção de seus significados sociais, onde questões como identidade e gênero são debatidas a fim de determinar os espaços de poder nas relações sociais. Assim, se faz relevante explicar a origem dos estereótipos e como o imaginário sexual da mulher brasileira foi promovido tanto no Brasil colonial como disseminado em Portugal. Esta monografia será guiada pela questão: Sendo assim a questão que guiará o trabalho: em que medida os processos de sexualização da mulher brasileira, amplamente difundidos pela mídia internacional, têm sido replicados e reforçados pela mídia portuguesa, contribuindo para a perpetuação de sexismos e estereótipos generalizados sobre esse grupo social?

Em vista disso, o presente trabalho busca examinar como os processos de sexualização da mulher brasileira, amplamente difundidos pela mídia internacional, têm sido replicados e reforçados pela mídia portuguesa, contribuindo para a perpetuação de sexismos e estereótipos generalizados sobre esse grupo social. A questão visa compreender de que maneira a representação midiática da mulher brasileira em Portugal reflete e fortalece dinâmicas históricas e culturais, ligadas tanto à herança colonial quanto ao contexto contemporâneo, e como essas representações afetam a percepção social sobre as brasileiras. Sendo assim, determinadas publicações da Revista Visão, dos jornais Expresso e Público, além do diário de Notícias de Portugal auxiliarão na análise de narrativas criadas sobre a mulher brasileira em Portugal.

A fim de responder a pergunta que orienta o trabalho, três objetivos específicos foram definidos e correspondem aos três capítulos da monografia, a saber: i) Entender como o histórico da relação de colonização entre Portugal e Brasil contribuiu para o surgimento de estereótipos e preconceitos de gênero pautados na mulher brasileira e suas características; ii)

Estudar como os fluxos migratórios do Brasil para Portugal se tornaram majoritariamente femininos e qual a realidade vivida por esse grupo no país receptor; iii) Apresentar as amostras que manifestam a discriminação e exprimem estereótipos sobre a mulher brasileira em determinadas matérias de jornais e revistas em Portugal. Assim, o primeiro capítulo realiza uma revisão histórica com o objetivo de compreender a construção de estereótipos relacionados à figura da mulher brasileira, principalmente sob a ótica da relação colonial. Por conseguinte, a segunda parte do trabalho estuda o fenômeno da feminização dos fluxos migratórios saindo do Brasil com destino a Portugal e os posteriores efeitos acarretados na perspectiva da igualdade de gênero e do preconceito de gênero no acolhimento das imigrantes brasileiras. Por fim, o terceiro capítulo exhibe as publicações selecionadas para ilustrar todo o fundamento apresentado nas outras partes do trabalho, ademais discursos institucionais finalizam a apresentação do imaginário português no que tange a mulher brasileira.

Com base no que foi exposto, para construir a monografia, utilizam-se procedimentos metodológicos para estruturá-la, a pesquisa bibliográfica constitui o principal procedimento de investigação, utilizando-se de fontes complementares, como livros, textos e artigos científicos e jornalísticos, além de informações disponibilizadas em plataformas de banco de dados sobre imigração online. Visto que, a pesquisa busca examinar discursos e propagandas já divulgadas nas mídias, utiliza-se a abordagem qualitativa para análise documental. Esse método envolve o exame de fontes documentais, como notícias, reportagens, artigos de jornal e outros registros midiáticos, para extrair informações e identificar padrões, discursos ou representações. Assim, para completar a pesquisa foram efetuadas investigações nos jornais: Jornal Expresso, Jornal Público e Diário de Notícias de Portugal. Nesse quesito, salienta-se que para o desenvolvimento do presente trabalho a intenção foi priorizar autores oriundos do Brasil, mas também de África e do Sul-Global, dando destaque para autoras mulheres, contudo em algumas fontes verifica-se autoria advindas de países do Norte-Global. Apesar da análise crítica de todos os autores, cabe destacar a necessidade de maior inclusão de interpretações e pensamentos advindos das comunidades subalternas, que usualmente ainda sofrem com os efeitos do colonialismo, do racismo, sexismo, a fim de combater essa hegemonia sobre o estudo das Relações Internacionais.

Portanto, o marco teórico proposto está intimamente ligado às Relações Internacionais, pois aborda como estereótipos, colonialidade, migração e poder simbólico influenciam as dinâmicas globais entre Brasil e Portugal. A pesquisa não só amplia a

compreensão das relações bilaterais, como também oferece uma crítica ao sistema internacional a partir de uma perspectiva de gênero decolonial, revelando as interseções entre as esferas cultural, política e social nas relações internacionais. Mas para além disso, a pesquisa se insere em debates decoloniais, feministas, de gênero, sobre migrações, essencialmente, que são cruciais para o entendimento das relações internacionais contemporâneas. Como o tema destaca a questão de gênero nas relações internacionais, se torna fundamental para compreender as interseções entre poder, identidade e política. A sexualização e estereotipação da mulher brasileira em Portugal representa uma dinâmica de poder entre nações, na qual as mulheres de países do Sul-Global muitas vezes são vistas através de lentes exóticas e subalternas, refletindo uma desigualdade de gênero e raça nas relações globais. Outro ponto importante da pesquisa para o campo das Relações Internacionais é a utilização da mídia como importante instrumento de "soft power", uma vez que molda percepções e narrativas nacionais.

O estudo sobre como a mídia portuguesa perpetua estereótipos da mulher brasileira revela como a construção de imaginários internacionais influencia a imagem de um país e seu povo no exterior. Isso tem implicações diretas para o Brasil, que luta para projetar uma imagem internacional positiva e fugir de rótulos estereotipados. O presente TCC também traz uma investigação construtiva para o campo das migrações, visto que a imigração brasileira em Portugal é um fenômeno relevante no contexto das relações bilaterais entre os dois países. Estudar como estereótipos afetam essa comunidade pode revelar tensões sociais e culturais que influenciam as políticas migratórias e a maneira como o Brasil negocia com Portugal. A pesquisa pode ajudar a entender como a representação de imigrantes na mídia afeta sua integração, direitos e tratamento em países de destino.

Nesse quesito, esta monografia fundamenta-se em teorias pós-coloniais e decoloniais, antirracistas, feministas e do Sul Global, além de integrar diversas teorias críticas de distintas áreas, como os estudos sobre mídia social, gênero e migrações. Essa seleção teórica foi escolhida com o objetivo de estabelecer base para a compreensão sobre como a relação colonial entre Brasil e Portugal contribuiu para a geração de estereótipos vinculados à mulher brasileira que se transmite até atualmente com a comunidade brasileira que vive em Portugal. A análise sobre a relação entre o colonialismo, as estruturas de poder e as construções de gênero e sexualidade encontra base teórica na obra *Colonialidade e Gênero* de Maria Lugones (2008), na qual a socióloga feminista argentina aborda como o colonialismo não apenas afetou as economias e as políticas, mas também moldou as identidades de gênero

e as relações sexuais de forma desigual, introduzindo também o conceito de colonialidade de gênero, que se refere à maneira como a colonização impôs e naturalizou uma hierarquia de gênero e sexualidade que ainda persiste nas sociedades pós-coloniais.

Ademais, como outras teorias estruturantes do trabalho podemos citar: a criação do termo “colonialidade do poder,” evidenciando a continuidade das epistemologias coloniais (MIGNOLO, 2017) e da perpetuação de dinâmicas de poder (FANON, 1968); a hierarquias de raça e classe que foram naturalizadas, ajudando a entender a marginalização das mulheres migrantes racializadas (QUIJANO, 2005); a intersecção entre racismo e sexismo na sociedade brasileira, com foco nas estruturas de opressão que afetam as mulheres negras (GONZALEZ, 1988) adicional a violência de gênero não apenas como um fenômeno individual, mas como parte de uma estrutura social mais ampla que está enraizada em padrões patriarcais e coloniais (SEGATO, 2016). Destacando que nas relações de poder hierárquicas, o não reconhecimento do outro é uma forma de manter as hegemonias. (SILVA, 2020). Para mais, pesquisas demográficas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), OMI (Organização Internacional para as Migrações) e INE (Instituto Nacional de Estatística) contribuem com dados quantitativos relacionados a fluxos migratórios entre Brasil e Portugal, a feminização das migrações e a comunidade de mulheres brasileira presentes em Portugal. Por fim, soma-se abordagens de estudo sobre como as percepções e opiniões do público são moldadas e influenciadas pela mídia e outras forças sociais (LIPPMANN, 2008), além de parte dos estudos de Homi K. Bhabha sobre uma reflexão crítica acerca dos estereótipos como um elemento central nas estratégias coloniais para manter as hierarquias de poder e fixar identidades. (BHABHA, 1994).

Além do apresentado acima, foram selecionadas matérias do Jornal Expresso, do Jornal O Público, e do Diário de Notícias de Portugal afim examinar a presença dos estereótipos relacionados a mulher brasileira em peças midiáticas de Portugal. Cabe ressaltar que as matérias escolhidas se concentram no período do tempo entre o início dos anos 2000, quando começa a ocorrer uma feminização das migrações brasileiras para Portugal, até o presente ano de 2024.

Por fim, este estudo enfatiza a relevância de analisar a disseminação de conteúdos midiáticos em Portugal que perpetuam estereótipos sobre a mulher brasileira, reproduzidos desde o período colonial, em veículos como jornais e revistas. A delimitação da pesquisa considera o posicionamento da autora, uma mulher branca, cisgênero e latino-americana,

consciente de seu lugar de privilégio e de responsabilidade. A autora reconhece o compromisso contínuo em aprofundar a compreensão sobre o papel de indivíduos brancos nas lutas anticoloniais, antirracistas e antissexistas. Também como estudante de Relações Internacionais, que já viveu em Portugal, gostaria de enfatizar meu enorme carinho pelo país e salientar que o tema permeia determinadas matérias de jornais selecionados, não generalizando a mídia portuguesa, destacando a importância de descolonizar perspectivas e fomentar debates sobre dinâmicas globais de poder, gênero e identidade que são centrais para o estudo das interações internacionais, transculturais e pós-coloniais. O impacto histórico do colonialismo molda não apenas políticas migratórias e de representação, mas também as relações de força e preconceitos que se perpetuam nas sociedades contemporâneas.

CAPÍTULO 1 – Estereótipos Coloniais e a Mulher Brasileira na Relação Brasil-Portugal

A relação entre Portugal e o Brasil foi marcada por mais de 500 anos de colonização e estabeleceu uma estrutura de poder que não apenas explorou recursos naturais e humanos, mas também instituiu padrões culturais, raciais e de gênero que continuam a moldar as relações sociais entre ambos os países. Nesse sentido, tanto raça, como gênero passam a ganhar significado dentro desse contexto de poder, conflito, exploração e dominação, produzindo diferentes tipos de classificação social, Aníbal Quijano afirma que a colonialidade permeia todos os aspectos da vida social e assim novas identidades sociais surgem, como a “América” “Europa” e as identidades raciais como “índio”, “africano”. (QUIJANO, 2005) Entende-se por colonialidade o conceito apresentado por Maldonado-Torres em 2007: “a experiência vivida da colonização e seu impacto sobre a linguagem”, ou seja, refere-se à continuidade das estruturas de poder, dominação e exploração estabelecidas durante o período colonial, que persistem mesmo após o fim do colonialismo formal (quando as colônias se tornaram independentes). O conceito de colonialidade foi desenvolvido por estudiosos decoloniais, como Aníbal Quijano e Maria Lugones, e se concentra em como as hierarquias de poder criadas na era colonial – especialmente em relação à raça, gênero, conhecimento e economia – continuam a influenciar as sociedades contemporâneas.

O período colonial no Brasil também possui uma relação indireta com os estereótipos, especialmente com base no processo de dominação exercido pela Coroa Portuguesa e seus efeitos de longo prazo. Durante a colonização, que começou em 1500, os estereótipos foram instrumentos poderosos usados para legitimar e reforçar a exploração,

subjugação e controle das populações indígenas, africanas e mestiças. Em sua obra “Opinião Pública” de 1922, Walter Lippmann, popularizou o termo estereótipo, definindo-o como "imagens mentais" que moldam a forma como as pessoas percebem o mundo, ainda que muitas vezes de forma distorcida. O colonialismo também moldou estereótipos de gênero que impactam diretamente a imagem da mulher brasileira, as mulheres indígenas e africanas foram amplamente sexualizadas, vistas como objetos de desejo para os colonizadores europeus. A figura da "mulher exótica", sensual e submissa, que foi sendo construída ao longo do período colonial, se tornou um estereótipo duradouro que ainda hoje afeta a percepção da mulher brasileira tanto internamente quanto no exterior. Esses estereótipos de gênero e raça, que começaram na colonização, continuam a influenciar a forma como a mulher brasileira é representada na mídia, tanto nacional quanto internacionalmente, perpetuando preconceitos e desigualdades de gênero e raça.

À vista disso, o primeiro capítulo objetiva realizar uma retomada da história colonial do Brasil e como essa relação de poder e exploração com Portugal contribuiu para o desenvolvimento de determinados estereótipos e preconceitos relacionados à mulher brasileira. Com base nisso, o capítulo será dividido em quatro partes: Colonização, colonialidade, colonialidade de gênero e a produção da categoria mulher, O diálogo entre colonialidade e gênero, A mulher brasileira sob a lente da colonialidade e A imagem estereotipada da mulher brasileira no exterior. O primeiro tópico buscará apresentar como a colonialidade de gênero se formou e seu vínculo com a produção da categoria “mulher”, perpassando pelos conceitos dos termos e a relevância do tema para o papel da mulher na sociedade mundial contemporânea. Em seguida será explorada a conexão entre colonialismo e gênero, trazendo pensamentos como os de María Lugones (2008), que desenvolveu o conceito de "colonialidade de gênero" para descrever a maneira como o sistema colonial não apenas dominou economicamente e politicamente, mas também criou hierarquias rígidas de gênero e raça que ainda perduram. Por conseguinte, os dois últimos temas do capítulo se concentram na mulher brasileira, descrevendo como no Brasil a colonialidade de gênero é visível na maneira como o patriarcado colonial moldou as relações sociais e econômicas ao longo da história, além de ter sido responsável pelo desenvolvimento de um estereótipo da mulher brasileira que se perpetua mundialmente até hoje.

1.1 Colonização, colonialidade de gênero e a produção da categoria mulher

O colonialismo europeu, que teve início no século XV e foi essencial para a expansão do capitalismo global, uma vez que os impérios coloniais buscavam extrair riquezas naturais, como ouro, prata, e especiarias, além de explorar a terra e a mão de obra nas colônias para maximizar o lucro. O sistema colonial beneficiava as metrópoles europeias, enquanto as colônias eram expropriadas de suas riquezas e seus povos subjugados. Já o termo “colonialidade” foi introduzido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (2000), no início dos anos 1990, como um conceito que dava um novo sentido ao legado do termo colonialismo, cunhado durante o período da Guerra Fria, assim como o conceito de “descolonização”¹. Com base na teoria apresentada por Quijano (2000), o professor argentino Walter D. Mignolo (2003) definiu que a colonialidade fundamenta a lógica latente por trás da fundação e do desenvolvimento da civilização ocidental desde o Renascimento até a atualidade.

O fato é que a teoria de Aníbal Quijano (2005) salienta uma característica inestimável para elucidar a relação entre os povos colonizados e os colonizadores, a de que os europeus associaram o trabalho não remunerado ou não-assalariado com as raças que foram dominadas no período colonial, pois eram consideradas raças inferiores. Um exemplo disso está presente no vasto genocídio de índios nas primeiras décadas de colonização, que apesar de ter tido participação das conquistas de terras, de doenças trazidas da Europa, teve como principal fator o trabalho forçado importado pelo povo colonizador que os via apenas como mão-de-obra descartável. Portanto, através da classificação racial da população e a antiga associação das identidades raciais dos colonizados com as formas de controle e exploração da mão-de-obra, produziu entre os europeus (ou brancos) uma percepção singular de que o trabalho pago era privilégio dos brancos, principalmente europeus. A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. (QUIJANO, 2005)

A colonialidade como instrumento de controle do trabalho possibilitou uma distribuição geográfica de diferentes, porém integradas, formas do capitalismo mundial, ou seja, delimitar geograficamente e socialmente o capitalismo, onde o capital se torna fator determinante nas relações sociais de controle do trabalho assalariado, tanto como de seus recursos e produtos. Nesse sentido, como a Europa detinha grande parte do capital mundial, advindo da exploração das terras colonizadas, a Europa e o europeu, no período, constituíam o centro do mundo capitalista. Contudo, com o domínio da Europa sobre a configuração

¹ período também das lutas pela libertação na África e na Ásia

mundial, a heterogeneidade cultural, a história intelectual dos povos e as diferentes experiências também se encontravam subjugadas ao controle do capital e da sociedade dominante. (CARVALHO, 2022) Em outras palavras, o colonizador europeu reprimiu a produção de conhecimento por parte dos povos colonizados, também suas culturas, além de expropriar os indivíduos que poderiam contribuir para o desenvolvimento da metrópole, a Europa.

Enfim, o histórico abordado sobre a colonização e a relação de dominação do trabalho e capital dos Europeus sobre os povos colonizados, resultou nos europeus um traço comum a todos os dominadores coloniais e imperiais na história, o etnocentrismo. (CARVALHO, 2022) Entretanto, no caso europeu existe uma associação entre a classificação racial e o etnocentrismo colonial, onde o grupo dominador se utiliza das diferenças raciais para justificar a sua subjugação. Sob a perspectiva eurocêntrica de homogeneização dos membros da sociedade, as nações latino-americanas foram impostas pela eliminação massiva de componentes da população indígenas, negras e mestiços. (QUIJANO, 2005) Nesse sentido evidencia a exclusão de diversas narrativas substanciais para a história desses povos, complexificando o entendimento de uma sociedade que não seja fundamentada na imposição da perspectiva eurocêntrica, branca, capitalista dominante.

Outro termo cunhado por Aníbal Quijano, originalmente “matriz colonial de poder” foi empregado para delimitar quatro formas de domínio inter-relacionadas, sendo elas: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade. Para Quijano essas quatro formas de controle são sustentadas pelo fundamento racial e patriarcal do conhecimento e é nesse quesito que se desenvolve o pensamento decolonial. O pensar descolonialmente entende-se pelo esforço analítico para compreender a congruência da colonialidade nos discursos atuais, numa tentativa de superar a estrutura eurocêntrica descrita nos parágrafos anteriores, em outras palavras, a libertação da matriz colonial. (MIGNOLO, 2017)

Partindo do princípio que o controle de gênero e da sexualidade foi empregado como formas de domínio da matriz colonial de poder, María Lugones expandiu essa ideia de Aníbal Quijano para desenvolver o conceito de colonialidade de gênero, analisando não apenas as hierarquias sociais advindas do sistema colonial, mas também imposições específicas de gênero. Na visão de Lugones, "a colonização produziu uma reconfiguração radical dos povos colonizados, impondo a lógica de um sistema de gênero moderno/colonial que os forçou a

viver de acordo com categorias de gênero europeias que não existiam antes." (LUGONES, 2008, pg.186). Esse sistema desumanizou as mulheres racializadas, especialmente as negras e indígenas, ao submeter seus corpos à exploração sexual e ao trabalho forçado, enquanto negava a elas papéis sociais e políticos significativos. A autora argumenta que a colonialidade de gênero continua a influenciar as relações sociais e políticas em sociedades pós-coloniais, como o Brasil, perpetuando formas de opressão que afetam de maneira desproporcional as mulheres racializadas.

Assim como Maria Lugones (2008), Oyèrónké Oyěwùmí (2021), em sua obra "A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero", critica a imposição do gênero ocidental como uma categoria universal e essencialista. Segundo Oyěwùmí, em muitas sociedades africanas pré-coloniais, as relações sociais não eram organizadas primariamente em torno do gênero, mas sim de outras categorias como idade ou status social. Como ressaltamos anteriormente no pensamento de Quijano (2005), o processo de colonização instituiu essa noção de gênero binário e patriarcal como parte da dominação cultural europeia, impondo essa estrutura sobre sociedades que não a reconheciam. A pesquisadora nigeriana ainda destaca que essa imposição foi um processo de violência epistemológica, apagando as cosmologias e modos de organização social das sociedades africanas e indígenas. Com base nisso, cabe destacar que ao trabalhar temas relacionados a gênero e mulheres, essa pesquisa considera que o conceito de gênero vai além das categorias binárias e essenciais que comumente associamos a "masculino" e "feminino", representando uma construção social, cultural e histórica profundamente interligada com relações de poder, colonialidade, raça, classe e violência estrutural. Em constância, quando utilizamos a mulher como parte do objeto de pesquisa, nos referimos a definição estabelecida pela perspectiva patriarcal e colonial do gênero feminino, além de tomar como perspectiva não apenas subordinação das mulheres brancas, mas também a violência simbólica e estrutural contra as mulheres racializadas, negras e indígenas.

Em suma, com base no apresentado por Maria Lugones (2008) e Oyèrónké Oyěwùmí (2021), o sistema colonial desumanizou e explorou as mulheres racializadas, especialmente as negras e indígenas, subjugando-as à opressão tanto de gênero quanto de raça. Para Lugones, o patriarcado colonial impôs uma nova divisão de trabalho e sexualidade, categorizando corpos colonizados com base em uma visão europeia de masculinidade e feminilidade. A colonialidade de gênero, portanto, opera ao lado da colonialidade do poder, racializando e sexualizando os corpos das mulheres colonizadas, que eram vistas como

corpos de trabalho e exploração sexual. Esse conceito destaca que o colonialismo não foi apenas uma forma de exploração econômica, mas também uma reorganização profunda das relações de gênero nas sociedades colonizadas, perpetuando estereótipos de gênero que persistem até hoje em muitas culturas pós-coloniais.

Lugones, em sua obra “Colonialidade do Gênero”, analisa como a opressão de gênero não pode ser dissociada da opressão racial e da exploração colonial. Ela argumenta que a construção da identidade feminina é profundamente marcada pela colonialidade, onde o ser mulher, especialmente para mulheres não brancas, é produto de uma imposição colonial que transforma as mulheres em "outros" a serem subjugados e definidos pela visão ocidental dominante. Para Lugones (2008), ser mulher está intrinsecamente ligado a essa opressão histórica e a uma subordinação que não é apenas de gênero, mas racial e cultural. A sua proposta de feminismo decolonial é uma tentativa de reconhecer e dismantlar as hierarquias impostas pela colonialidade. Enfatizando que “as mulheres negras carregam em seus corpos um legado de conhecimentos e sobrevivências, histórias, resistências e ancestralidade. Opuseram-se, resilientemente, às demandas de opressão e violência histórica ocidentalista-universal.” (DIOGO; RIBEIRO, 2020, p. 69 -81).

Fundamentado na apresentação dos conceitos basilares do trabalho, colonização, decolonialismo, colonialismo e colonialidade de gênero, o próximo tópico aprofundará na ligação entre colonialidade e gênero, explorando, principalmente, os trabalhos de Maria Lugones e Oyèrónké Oyèwùmí, mas também introduzir pensamentos feministas como de Rita Segato e a interseccionalidade do tema com as relações de poder capitalista.

1.2 Um diálogo entre colonialidade e gênero

As definições da categoria de colonialidade e decolonialidade começam a emergir no final da década de 1990, período em que foram formuladas evidências, sobretudo, de um padrão de poder colonial como a opressão de raça, gênero e classe na atualidade. Para Rita Segato, antropóloga feminista e escritora argentina, “viver de uma forma decolonial é tentar abrir brechas em um território totalizado pelo esquema binário que é possivelmente o instrumento mais eficiente do poder” (SEGATO, 2014, p. 86), se referindo à necessidade de questionar e dismantlar as categorias rígidas que foram impostas pela colonização. Essas categorias incluem não apenas o binarismo de gênero (masculino/feminino), mas também as divisões raciais, sociais e econômicas que estruturam as sociedades modernas.

O processo de colonização faz parte da história de formação da sociedade como a conhecemos hoje, as relações de dominação que foram impostas pelos povos colonizadores nesse sistema resultaram na formação de um complexo de inferioridade nos grupos colonizados, através do discurso hegemônico europeu. Em consequência, para o indivíduo ser reconhecido como um ser merecedor dos mesmos direitos, era necessário incorporar os valores, princípios e crenças da metrópole europeia, procurando se tornar similar ao grupo hegemônico. Essa formação do complexo de inferioridade e da libertação do pensamento dos povos colonizados, se caracteriza como um processo pós-colonial (QUIJANO, 2014). Com a condição de abdicar de sua cultura para agir e pensar de acordo com a cultura da metrópole para ter sua humanidade reconhecida, o colonizador obtinha controle sobre o que consistia ser e existir no mundo, supervalorizando a cultura europeia. Fanon descreve em suas obras como o complexo de inferioridade se associa a colonização:

[...] começo a sofrer por não ser branco à medida que o homem branco me impõe uma discriminação, faz de mim um colonizado, me extirpa qualquer valor, qualquer originalidade, pretende que seja um parasita no mundo, que é preciso que eu acompanhe o mais rápido possível o mundo branco [...] (FANON, 2008, p. 94).

As comunidades africanas e indígenas no sistema colonial eram vistas como subumanas, escravizadas e rechaçadas pela sociedade livre, enquanto os povos mestiços eram tidos como uma degeneração da comunidade europeia. Para Fanon (2008) o processo de colonização produziu um discurso de distinção entre o que o civilizado e o selvagem, onde os colonizados representavam o selvagem e a cultura da metrópole representava o exemplo de civilização e esse discurso muitas vezes foi utilizado como “justificativa” para a colonização europeia nas américas e na África, como um processo civilizatório. Mesmo após o período colonial, o discurso colonial segue sendo disseminado, os valores da metrópole continuaram sendo prevalecidos em quando silenciam e desvalorizam as tradições e costumes dos grupos subalternizados. (CARVALHO, 2022)

A colonialidade, em seu caráter de poder, submissão e exploração, acarretou violentas consequências para a formação das sociedades latino-americanas, pois foi agente constituinte e modelador da sociedade internacional, reproduzindo essa dependência estrutural nas relações internacionais. Ademais, o sistema colonial impõe e reproduz o capitalismo, através da exploração do trabalho e do modelo de estratificação sociorracial entre o branco europeu e as demais “tipologias raciais” consideradas inferiores. (QUINTERO et al, 2019) Apesar de os grupos de indivíduos brancos da sociedade usualmente representarem a minoria do total, a

dominação que exerciam sobre a população de indígenas, africanos (e afro descendentes) e mestiços negavam seus acessos aos meios de produção e os forçavam a reproduzir os aspectos do modelo cultural europeu, caracterizando assim o colonialismo de poder.

Seguindo a lógica dos múltiplos efeitos que o sistema colonial estabeleceu na sociedade internacional e que passam a ser estudados no pós-colonialismo, a colonialidade do ser conceituada por Nelson Maldonado-Torres (2007) em sua obra “Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto” se encuentra intrínseca a colonialidade de poder e a questão da desumanização do outro citada anteriormente. O autor argumenta que, além de dominar politicamente e economicamente, o colonialismo também impôs uma desumanização sistemática dos povos colonizados. Esse processo envolveu a negação da subjetividade e da identidade das populações nativas, forçando-as a existirem dentro das categorias impostas pelos colonizadores, que eram baseadas na racialização e na hierarquia social. O ser colonizado era visto como "sub-humano", um outro radical, cuja existência só fazia sentido em função de sua exploração. Maldonado-Torres se baseia em autores como Frantz Fanon, aludido previamente nesse trabalho, que explorou a alienação e desumanização experimentadas pelos povos colonizados. O colonizado é colocado na esfera do "não ser", onde sua humanidade é negada e ele é visto apenas como objeto, recurso ou corpo a ser explorado, conforme a lógica colonial. (MALDONADO-TORRES, 2007)

A colonialidade do saber implica o uso da dominação também no campo da produção de conhecimento instituído pelas potências coloniais e perpetuados nas instituições acadêmicas, o próprio Nelson argumenta que “colonialidade do conhecimento se refere ao fato de que a conquista de terras, a exploração do trabalho e a administração da vida e da morte foram acompanhadas pela colonização da memória, da linguagem e da produção de conhecimento.”. Assim a colonização se expande e domina múltiplas esferas da vida social e privada do indivíduo subjugando o que não está compreendido na civilização europeia como os seus conhecimentos considerados os legítimos e “verdadeiros” enquanto as outras culturas são marginalizadas e seus saberes e epistemologias suprimidos. (MALDONADO-TORRES, 2007) Cabe salientar que para Maldonado existe um projeto decolonial que busca desafiar e reverter essa dominação, abrindo espaço para epistemologias alternativas e para a valorização dos conhecimentos subjugados durante a colonização.

O desenvolvimento dos estudos decoloniais levou a proposição de quatro conceitos principais aplicando a colonialidade em campos adversos a estrutura de poder, segundo

Quintero, Figueira e Elizalde (2019) como vimos anteriormente dois deles são a colonialidade do saber e a do ser. Com relação à colonialidade da natureza, ela está vinculada à questão ecológica, considerando a esfera ambiental na reprodução dos mecanismos coloniais. (MALDONADO-TORRES, 2007) O próprio Quijano englobou questões relativas à natureza em sua teorização, contudo a questão ecológica ainda se encontra em um espaço mais marginalizado do estudo decolonial e é tratado como um tema mais adjacente nas questões que abordam as tendências do capitalismo. Contudo, recentemente o sociólogo e pesquisador argentino, Héctor Alimonda, buscou rememorar os efeitos do colonialismo sobre a ecologia política latinoamericana sob uma perspectiva decolonial. Em sua obra de maior destaque, o livro "La naturaleza colonizada: Ecología política y minería en América Latina", Alimonda (2011) explora a maneira que a natureza foi afetada pela colonialidade, visto que, o meio-ambiente era visto como um espaço passível de exploração e modificação de acordo com as necessidades do sistema capitalista vigente de acumulação de bens preciosos.

Por fim, para o tema abordado neste trabalho o quarto conceito de aplicação da colonialidade apresentado por Quintero, Figueira e Elizalde (2019) possui forte relevância, a colonialidade de gênero² se caracteriza como a que possui menos questões discutidas nos estudos decoloniais. Os textos mais difundidos sobre o assunto inicialmente eram de autoria do Aníbal Quijano, porém de forma escassa e limitada, posteriormente essa lacuna identificada sobre o tema obteve múltiplas críticas de estudiosas, como Maria Lugones e Rita Segato. O diferencial ostentado pelos estudos de María Lugones sobre o tema alcançou tamanho prestígio que o termo colonialidade de gênero pode ser referenciado como desenvolvido pela autora. Com base no conceito de colonialidade de poder de Quijano, Lugones destaca que o colonialismo não apenas impôs hierarquias raciais, mas também transformou e subordinou relações de gênero nas sociedades colonizadas.

Trabalhando com uma intersecção entre raça e gênero as mulheres indígenas e negras foram submetidas a formas específicas de desumanização e opressão que diferiam das que as mulheres brancas enfrentaram, uma vez que a colonialidade de gênero se manifestou através da racialização e sexualização de seus corpos (LUGONES, 2008), a autora salienta que essas mulheres foram oprimidas de maneira única, ao serem ao mesmo tempo racializadas e subordinadas sexualmente. As mulheres negras, por exemplo, eram vistas como corpos disponíveis tanto para trabalho forçado quanto para exploração sexual, estrutura que

² muitas vezes também associadas a colonialidade da sexualidade, um modo de produzir o corpo e a sexualidade por meio de um conjunto de fábulas que se perpetuam enquanto verdades, com base na teoria de Maria Lugones.

estabelece estereótipos e mitos que ainda hoje afetam as mulheres racializadas. A colonialidade de gênero também engloba a noção de que o colonialismo destruiu e marginalizou formas de conhecimento locais sobre gênero e sexualidade. Lugones descreve isso como um epistemicídio, ou seja, a eliminação de formas de saber indígenas e não-europeias. Ao impor a visão europeia de gênero e sexualidade, o colonialismo deslegitimou cosmologias e práticas que não se encaixavam na lógica patriarcal e binária. (LUGONES, 2008)

Em estudos mais recentes, Rita Segato em seu livro “La Guerra contra las Mujeres”, aprofunda essa discussão ao argumentar que a violência sexual e de gênero não é um fenômeno isolado, mas um elemento estrutural do patriarcado colonial que continua operando nas sociedades contemporâneas. A violência, nesse contexto, é uma forma de reafirmar o poder colonial e patriarcal sobre corpos racializados e de gênero. Assim, Rita Segato integra suas reflexões à noção de que o gênero, raça e colonialismo operam conjuntamente, não apenas durante o período da colonização, mas em suas consequências duradouras no contexto atual. (SEGATO, 2016) A colonialidade de gênero se manifesta, portanto, como um regime de poder que continua a subordinar as mulheres racializadas de maneiras específicas. Cabe destacar que o conceito de colonialidade de gênero também inclui a noção de resistência. Lugones sugere que viver de forma decolonial envolve criar alternativas às estruturas coloniais de poder, o que inclui a rejeição das categorias binárias impostas pelo colonialismo e a valorização das práticas e saberes locais que foram marginalizados. (LUGANO, 2008)

Sendo assim, o próximo tópico do capítulo buscará apresentar como a colonialidade o conceito de mulher brasileira foi construído dentro deste espectro da historiografia de colonização e exploração dos povos que marca a construção do nosso país. Salientando o papel central que a estrutura colonial desempenhou no desenvolvimento desse imaginário relacionado com a eroticidade.

1.3 A mulher brasileira sob a lente da colonialidade

Partindo da necessidade de entender como o estereótipo da mulher brasileira chegou às mídias portuguesas, devemos analisar como essa colonialidade de gênero afetou as mulheres brasileira, uma vez que foi no período colonial o primeiro contato do português com as mulheres brasileiras, que na época eram definidas pelas chamadas índias³. Assim, os

³ termo considerado inadequado no Brasil por razões ligadas à descolonização do discurso e à busca por respeitar as identidades dos povos indígenas

primeiros discursos que definiram o que seria a “brasilidade” e sua manifestação refletida nas representações acerca da mulher brasileira, estão expostos nos primeiros relatos sobre o Brasil como terra colonizada, que posteriormente definiria o país e seus habitantes. (QUEIROZ, 2018)

Inicialmente a representação do Brasil foi constituída e disseminada por relatos de viajantes europeus, das expedições que se decorreram para conhecer e explorar as terras da América sendo que muitas vezes se depararam com povoações nativas, principalmente na região litorânea (ALVES, 2013). Dessa forma, viajantes franceses, holandeses e ingleses, majoritariamente, publicaram diários, relatos e enviavam cartas sobre o haviam vivenciado nas terras colonizadas, até pintores trabalhavam com gravuras sobre o liam nesses relatos, os povos nativos, seus costumes e como viviam retratados muitas vezes com base na imaginação do artista. Essas ilustrações muitas vezes representavam a mulher nativa nua em meio a diversa flora brasileira e segundo a historiadora Mary Del Priore: “Não à toa, nossas indígenas eram consideradas, pelos cronistas seiscentistas, criaturas inocentes. Sua nudez e despudor eram lidos numa chave de desconhecimento do mal, portanto a ‘formosura’ à ideia de pureza” (2011, p.11).

No contexto da construção dos papéis femininos no século XV, moldados pelas normas do homem branco europeu, a ativista e intelectual brasileira Lélia Gonzalez (2020) ressalta a interseccionalidade como elemento central na experiência das mulheres negras no Brasil, conectando sua luta contra a opressão de gênero e raça ao legado colonial. Em suas análises, Gonzalez critica profundamente as estruturas patriarcais e coloniais que sexualizaram e desumanizaram as mulheres negras, evidenciando como essas dinâmicas de poder se cristalizam em estereótipos que restringem tanto suas identidades quanto suas experiências socioculturais. A autora sublinha, assim, a complexidade da marginalização que as mulheres negras enfrentam, situada na intersecção entre racismo, sexismo e colonialismo. Na obra “Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira”, a autora elucida que

“O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: ‘domésticas’ ou ‘mulatas’. (...) Esse tipo de exploração sexual da mulher negra se articula a todo um processo de distorção, folclorização e comercialização da cultura negra brasileira. Que se pense no processo de apropriação das escolas de samba por parte da indústria turística, por exemplo, e no quanto isso, além de lucro, se traduz em

imagem internacional favorável para a "democracia racial brasileira" (Gonzalez, 2020. p. 44).

O papel da colonização é central nesse processo de objetificação, sexualização e marginalização da mulher negra, uma vez que, o colonizador responsável pelo sistema escravocrata relegou os corpos e identidades negras à exclusão, ao apagamento e ao extermínio. A análise sobre a mulher negra realizada por Lélia Gonzalez se desenvolve a partir das tramas escravistas, seja nas mucamas⁴ ou nas chamadas escravas de oito⁵, que atuavam em rotinas de trabalho ainda mais pesadas fora da casa-grande. Mesmo no cotidiano dentro do meio doméstico das propriedades o trabalho se tornava árduo, as atribuições às mulheres chamadas de mucamas se concentravam cuidar da casa da senhora e seus filhos, porém também estavam expostas aos desejos sexuais dos senhores. (SILVA, 2021)

O imaginário nacional, muitas vezes motivados pela literatura e teledramaturgia sobre a época, frequentemente elucidam que existe uma proximidade afetiva entre essas mulheres que trabalhavam dentro da casa com seus senhores, cuidando dos filhos dos senhores, como as amas de leite⁶. Contudo, os abusos e violências se sucediam em outros moldes, para além do abuso sexual, que por si já configura uma grave violação do ser, mas as vítimas de violências sexuais constantemente eram duramente castigadas pelas mulheres brancas visto que essas atribuíam a culpabilidade da situação às vítimas e não aos homens. Outro caso de violência velada pelo imaginário nacional se encontra na figura da ama de leite que sofriam com a violência de mães separadas de seus filhos, que também seriam destinados à escravidão, para dedicar seu tempo aos filhos dos senhores. (SILVA, 2021) Cabe ressaltar que a literatura brasileira também apresenta muitos retratos desses processos de violências físicas e simbólicas, como a ideia fomentada por Gilberto Freyre sobre a "democracia racial" que propõe denúncias o uso da miscigenação de maneira romântica capaz de velar os estupros e suas terríveis consequências. (SILVA, 2021)

Esse cenário reflete na atualidade quando empregadas domésticas e babás são subordinadas à herança desse sistema patriarcal, capitalista e colonial de alegar os corpos

⁴ Mulheres negras, muitas vezes escravizadas, que trabalhavam como empregadas domésticas nas casas das elites coloniais no Brasil durante o período da escravidão. Elas desempenhavam funções dentro das casas, como cuidar dos filhos dos senhores, cozinhar, lavar, limpar, e muitas vezes também eram exploradas sexualmente.

⁵ Mulheres negras escravizadas que realizavam trabalho pesado nas lavouras e plantações, especialmente de açúcar, café e algodão, durante o período colonial e imperial do Brasil. O termo "oito" refere-se à fileira ou linha de plantas em que os trabalhadores escravizados atuavam, simbolizando a dura e longa jornada de trabalho na roça.

⁶ Mulheres, geralmente negras e escravizadas, que amamentavam os filhos dos senhores brancos durante o período colonial no Brasil.

femininos à subalternidade (Spivak, 2014). Enquanto as “patroas”, que configuram as novas senhoras da casa grande, representam no mercado de trabalho as desigualdades sociais vinculadas à violência racial perpetuadas pelo sistema escravista de exploração dessas mulheres negras. (SILVA, 2021) Em vista disso, Gonzalez critica a visão eurocêntrica e norte-americana do feminismo tradicional, que tende a priorizar o gênero em detrimento da raça e da classe, e destaca como as mulheres negras no Brasil enfrentam uma opressão que é indissociavelmente marcada por essas três dimensões.

Os desdobramentos sobre o complexo de dominação das populações europeias também são discutidos pela filósofa feminista Silvia Federici (2004), oferece uma crítica profunda sobre a destruição do corpo feminino, analisando como o capitalismo e o patriarcado moldaram o controle sobre as mulheres, especialmente durante a transição do feudalismo para o capitalismo. Federici, em sua obra “A Bruxa e O Calibã” compreende que o sistema econômico-social capitalista se encontra intrinsecamente vinculado ao racismo e ao sexismo, levantando questões de classe, gênero e raça:

Porque depois de quinhentos anos de domínio do capital, no início do terceiro milênio, os trabalhadores ainda são massivamente definidos como pobres, bruxas e bandoleiros? De que maneira se relacionam a expropriação e a pauperização com o permanente ataque contra as mulheres? O que podemos aprender sobre o desdobramento capitalista, passado e presente, quando examinado em perspectiva feminista? (FEDERICI, p. 25, 2004).

As discussões apresentadas no livro manifestam a tangível exploração das mulheres, como sujeitos coloniais, descendentes de escravos africanos, migrantes pela globalização, expondo a lógica entre a acumulação e a destruição da força de trabalho. (DE OLIVEIRA, 2024)

Federici argumenta que a caça às bruxas na Europa, entre os séculos XVI e XVII, foi uma ferramenta essencial do Estado e da Igreja para submeter as mulheres, especialmente as camponesas e as pobres, ao controle social e econômico. A autora conecta a repressão das mulheres europeias à expansão colonial, destacando que o controle dos corpos femininos no mundo ocidental foi acompanhado pela exploração brutal de mulheres nas colônias. As mulheres indígenas e negras, especialmente, foram racializadas e sexualizadas como parte do processo de exploração colonial, criando uma hierarquia racial e de gênero. (FREDERICI, 2004) Essa conexão se vincula às críticas sobre como o corpo feminino foi o campo de batalha sobre o qual o capitalismo emergente se consolidou, análise que historicamente ajuda

a entender as raízes profundas das desigualdades de gênero e como o controle sobre a reprodução e o corpo feminino permanece central na organização capitalista até os dias de hoje:

“A caça às bruxas foi um elemento crucial na reconstrução patriarcal do corpo feminino e na criação de uma nova divisão sexual do trabalho, que definiu o papel das mulheres como reprodutoras e desvalorizou suas contribuições à produção social, enquanto simultaneamente consolidou o controle estatal e capitalista sobre o trabalho e a vida das mulheres” (FEDERICI, p. 11, 2004).

No que tange o sistema capitalista, Federici também defende que a transição para o capitalismo exigiu a proletarização de vastas parcelas da população, o que incluiu a transformação das mulheres em reprodutoras da força de trabalho. Silvia argumenta que o corpo feminino foi desumanizado e objetificado para servir aos interesses do capital, de forma que o controle sobre a reprodução e a sexualidade feminina tornou-se central para o novo regime econômico, com as mulheres sendo colocadas em uma posição subalterna na sociedade. O corpo das mulheres passou a ser regulamentado para garantir a reprodução de uma força de trabalho saudável e controlada, e esse controle foi reforçado por práticas misóginas como a caça às bruxas. (FREDERICI, 2004) Nesse sentido, a autora destaca que a luta feminista se encontra intrínseca as lutas de raça e de classe, com base nesses aspectos se torna possível reconstruir a compreensão popular sobre a história e na busca por uma atualidade mais plural, democrática e justa.

Na próxima sessão do presente capítulo cabe discutirmos o que se entende por estereótipos e representações, para posteriormente no trabalho realizarmos as análises sobre as peças jornalísticas selecionadas e como o estereótipo da mulher brasileira se apresenta.

1.4 Aspectos teóricos do conceito de estereótipo e representação

A conceptualização contemporânea dos estereótipos começou a ser construída por pelo jornalista político Walter Lippmann (1922), anteriormente o termo “estereótipo” estava apenas relacionado à tipografia ou para se referir a algo ‘fixo’ e ‘rígido’ (CABECINHAS, 2004). Ao estudar as suas funções psicossociais, Lippmann define os estereótipos como imagens mentais que, sob a forma de viés, se interpõem entre o indivíduo e a realidade. Ou seja, fio de mensagens vindas de fora são afetados por imagens preservadas, pelos preconceitos que as interpretam, preenchem e, por sua vez, dirigem poderosamente o jogo da

nossa atenção e da nossa própria visão. (LIPPMANN, 1922) Segundo o autor, um padrão de estereótipos é a projeção sobre o mundo do nosso próprio senso de nosso próprio valor, nossa própria posição e nossos próprios direitos.

Um aspecto essencial do conceito de estereótipo para seu uso no presente trabalho está ligado aos estudos sobre efeito da acentuação, que diz respeito a constituição de imagens demasiado ‘generalizadas’ e ‘exageradas’ que desconsideram a diversidade de membros dos outros grupos e negam a sua individualidade (Tajfel e Wilkes, 1963). Vinculado à ideia de estereótipo de Lippmann (1922), os chamados ‘rótulos’ funcionam como uma maneira de organizar a complexidade do mundo ao nosso redor, mas, ao mesmo tempo, são distorções que muitas vezes se interpõem entre o indivíduo e a realidade. Isso significa que os rótulos criam preconceitos e podem limitar nossa percepção dos outros, perpetuando ideias fixas e descontextualizadas que afetam negativamente as relações sociais. Assim como os rótulos, o senso comum também está relacionado com a ideia de estereótipos contemporânea, que moldado por representações funciona como um filtro, interpretando e categorizando a realidade de forma simplista. (CABECINHAS, 2004) Essas ideias muitas vezes são reforçadas pelos meios de comunicação e pela sociedade em geral, o que leva a uma percepção enviesada ou distorcida do mundo, especialmente no que diz respeito a grupos sociais ou questões complexas.

Em uma análise de Katz e Braly (1933) os estereótipos são apresentados como um fenômeno sociocultural, como crenças transmitidas pelos agentes de socialização, escolas, famílias ou meios de comunicação, o estereótipo se torna um “consenso” dentro de grupos sociais e certa dependência do contexto histórico e sociocultural. Cabe ressaltar que em um estudo aplicado na mesma associação (American Psychological Association) de Katz e Braly acerca dos estereótipos, por Gilbert (1951), apontou que os estereótipos relacionados a minorias, como pessoas racializadas, apresentavam certa inconsistência. Esse resultado sugeriu que, ao longo do tempo, os estereótipos não permanecem estáticos, eles podem enfraquecer, se modificar ou até ser substituídos conforme os contextos sociopolíticos e culturais mudam. Gilbert (1951) observou que essa "inconsistência" nos estereótipos em relação a minorias indicava uma possível flexibilização das percepções raciais, o que poderia refletir mudanças nas normas sociais, influências políticas ou maior conscientização social. No entanto, os estereótipos ainda persistem de outras formas, indicando que as transformações sociais não erradicaram totalmente preconceitos, mas os reconfiguraram de acordo com as novas realidades culturais e políticas.

Nesse quesito, o crítico indiano Homi K. Bhabha, em *O local da Cultura* (2013), contribui para problematizar a relação de dependência entre o discurso colonial e o conceito de estereótipos na construção de discursos ideológicos e midiáticos. Para o autor, o estereótipo colonial pode ser utilizado como estratégia do poder discriminatório ao “embasa suas estratégias de individuação e marginalização; produz aquele efeito de verdade probabilística e predictabilidade que, para o estereótipo, deve sempre estar em excesso do que pode ser provado empiricamente ou explicado logicamente” (BHABHA, 2013, p.118). Para Bhabha, estereótipos são formas fixas, utilizadas para concretizar um papel negativo relacionado ao outro, principalmente nas dicotomias, homem/mulher e branco/negro ou dominador/dominado, estabelecendo uma hierarquização social (ROQUE, TALFER, FERREIRA, 2023). Evidenciando como as representações podem ser moldadas dentro dos limites dos estereótipos, sustentando estruturas de dominação simbólica por meio de um processo no qual, ao mesmo tempo que se alimentam dessas construções discursivas, elas também reforçam e perpetuam tais estereótipos. No contexto do colonialismo, esse mecanismo converte-se em uma ferramenta de dominação por meio do discurso.

Nesse sentido, tanto Lippmann (1922) quanto Bhabha (2013) sustentam que uma visão sobre os estereótipos se caracteriza como fragmentos da realidade social que são modulados pelos indivíduos a depender se suas experiências pessoais e seus lugares ocupados na sociedade. Para mais, Bhabha adverte para a consciência dos limites epistemológicos nas narrativas divulgadas que apenas se fundamentam em ideias etnocêntricas e na necessidade de trabalhar em reconfiguração com o presente e em experiências plurais. Através de tal olhar, podemos fazer a ponte entre o objetivo geral do presente trabalho, com base no discurso colonial, os estereótipos sobre as mulheres brasileiras em Portugal veiculado por determinadas matérias de jornais pode inferir uma hierarquização da narrativa do colonizados sobre os corpos colonizados, principalmente com relação a mulher e ainda mais sobre a mulher racializada, assentado também na relação das dinâmicas de poder e dominação do Norte-Global e Sul-Global. Sendo assim, no último tópico do capítulo será abordado a disseminação do estereótipo construído sobre o imaginário da mulher brasileira fora do Brasil.

1.5 A imagem estereotipada da mulher brasileira no exterior

Como foi observado anteriormente no trabalho, a vulgar associação da figura da mulher brasileira com uma mulher sensual remonta aos primeiros contatos dos colonizadores com os

povos nativos, a própria carta de Pêro Vaz de Caminha (1500) sobre o 'descobrimento' das novas terras exprime um tom de estranheza com relação a cultura dos nativos, sobretudo com relação aos costumes de nudez e aos hábitos sexuais mais desinibidos do que os padrões conhecidos na Europa: "Ali andavam entre eles três ou quatro moças, bem novinhas e gentis, com cabelos muito pretos e compridos pelas costas; e suas vergonhas, tão altas e tão cerradinhas e tão limpas das cabeleiras que, de as nós muito bem olharmos, não se envergonhavam." (Pêro Vaz de Caminha) Apesar de, no primeiro momento, a nudez das mulheres foi associada pelos colonizadores como algo inocente, higiênico e juvenil, com o passar do tempo esses homens usaram da força para se aproveitar dessa inocência, cometendo abusos que resultaram uma miscigenação forçada e uma grande propagação de doenças venéreas. (BARRETO, 2012)

Em suma, a imagem feminina e sensual da mulher nascida no Brasil foi formada no período colonial com base nos relatos de viajantes que vinham para as colônias das Américas, navegadores europeus que visitavam as "novas terras" e comunicavam suas histórias da viagem pela Europa, ajudando a formar opiniões deturpadas. (BARRETO, 2012) Um exemplo dessas narrativas propagadas por viajantes europeus está no discurso do capitão britânico James Cook, após uma visita ao Rio de Janeiro no ano de 1768 Cook divulgou seus relatos em 1792:

"Creio que todos estarão de acordo em admitir que as mulheres das colônias espanholas e portuguesas da América meridional concedem seus favores mais facilmente do que aquelas dos países civilizados. No que se refere ao Rio de Janeiro, algumas pessoas chegam a afirmar que na cidade não há uma única mulher honesta." (James Cook) (FRANÇA, 2009, p. 157).

Esse modelo de relato sobre as vivências nos trópicos se tornou populares pelos viajantes europeus e muitas das histórias narradas apenas reproduziam o que haviam escutado de outros viajantes e suas descrições. Mesmo que nem todas as narrativas condizem com a verdade ou continham fatores equivocados, essas ideias se propagaram e foram repetidas na metrópole para grupos que muitas vezes não tinham contato com a colônia além desses relatos. (BARRETO, 2012) Com o auxílio da publicidade, tanto no Brasil quanto no exterior, opiniões estereotipadas sobre a mulher brasileira se consolidam no imaginário europeu e influenciam não somente na forma que essas mulheres são vistas, mas também tratadas, uma vez que essa imagem é fortemente sensual e sexualizada.

Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985)⁷ essa imagem estereotipada da mulher brasileira se consolidou internacionalmente com auxílio de mecanismos do governo brasileiro da época. Como os indivíduos brasileiros que foram exilados no exterior por suas manifestações contrárias à ditadura buscavam denunciar as repressões, sequestros, prisões, torturas e assassinatos de milhares de pessoas, subversivas aos olhos do Governo brasileiro no exterior, o governo passou a realizar uma contrapropaganda. (FILHO, 2008) Divulgar uma imagem de país receptivo e alegre, com paisagens exóticas e com belas mulheres, foi uma tentativa de ofuscar o que realmente acontecia no interior da ditadura e um plano para limpar a péssima imagem internacional do país:

“Talvez por isso, ainda hoje, não cause nenhum espanto a reputação de sensuais e atiradas que as brasileiras gozam no exterior, ou aquelas propagandas estatais que, interessadas em vender as belezas do país, investem pesadamente em corpos femininos seminus. Talvez por isso, também, ninguém estranhe a postura de alguns brasileiros que, em um misto de ingenuidade e orgulho patriótico, enchem o peito e propagam aos sete ventos o quão belas, sensuais e quentes são as mulheres habitantes destas plagas” (idem:71)

Neste contexto, a Embratur, Empresa Brasileira de Turismo, na década de 1960 foi responsável por propagar a imagem de um Brasil que não existia na realidade (imagem 1), onde a diversidade cultural e racial era respeitada, a comunidade se mostrava pacífica e o governo democrático. (FILHO, 2008) A principal mensagem difundida se concentrava na beleza da cidade do Rio de Janeiro, na alegria das festas de carnaval, nas praias, na torcida do futebol e também na sensualidade da mulher brasileira. Esse tipo de propagando possui um apelo sexual e reforça um imaginário que remonta a colonização, aprofundando a associação da mulher brasileira com uma mercadoria à disposição de turistas. Com base no visto anteriormente, essa forma como a mulher brasileira se torna estereotipada na propaganda não somente nacional como internacional revela um complexo vínculo entre gênero, nacionalidade e etnicidade, onde as mídias influenciam a opinião pública.

⁷ Sobre o contexto da ditadura militar no Brasil, ver Skidmore, Thomas. Brasil: De Castelo a Tancredo (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988), p. 230-235, que oferece uma análise detalhada dos mecanismos de repressão e censura adotados pelo regime, bem como da transição para a democracia.

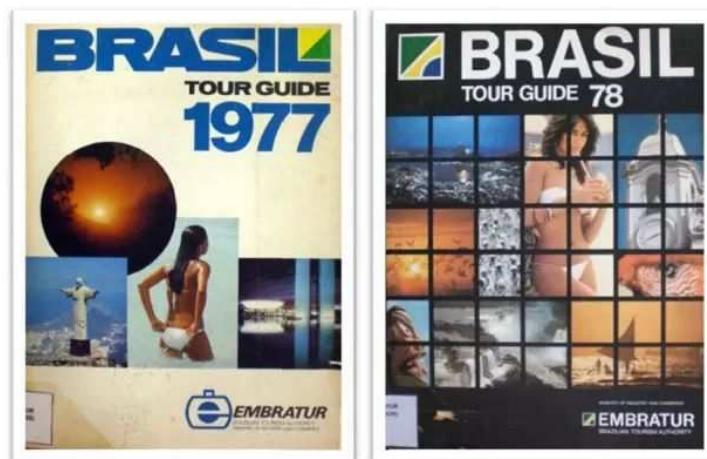


Figura 1 Foto: Reprodução/Kelly Akemi Kajihara

Nesse contexto cabe aplicar a perspectiva foucaultiana (1988), uma vez que para a teoria a sexualização e a diferenciação de subjetividades no século XVI se torna ponto central em discursos de múltiplas áreas influentes do nosso cotidiano. O aprisionamento da sexualidade do indivíduo, não somente serve na modernidade como domínio da moralidade religiosa, mas também como mecanismo político (FOUCAULT, 1988). Para Foucault (1988) a objetificação de categorias biológicas no quesito político está fortemente ligada a consolidação do poder burguês e na expansão do capitalismo entre as nações, redefinindo os corpos como instrumentos de produção para a acumulação de capital das elites brancas e economicamente favorecidas. Dessa maneira, ao perpetuar discursos pautados na sexualidade humana como instrumento de classificação de subjetividades, se revela o uso de novas técnicas de poder para reorganizar corpos na sociedade contemporânea e um consequente jogo de poder entre diferentes subjetividades e ações sociais (FOUCAULT, 2008).

Trazendo a teoria para a configuração da comunidade europeia, Foucault (1988) salienta que baseado nos seus antecedentes coloniais e expansão capitalista, a sociedade europeia estabelece discursos e políticas em torno de corpos sociais e sua sexualidade como estratégia de hierarquização da comunidade condizentes a acumulação capitalista. Destacando que a mulher não-branca se localiza no centro dessas narrativas de jogo de poder e de uso da sexualização para mercantilização e objetificação dos corpos, principalmente tratando dos resquícios da colonização. Como foi tratado anteriormente no capítulo, a mulher negra e indígena sofreu com a sexualização e inferiorização de seus corpos com a formação da estrutura colonial e escravista, assim sua marginalização e segregação revelam uma trajetória que alude a sociedade colonial europeia, contudo permanece nas sociedades atuais.

CAPÍTULO 2 – A feminização da migração brasileira para Portugal no século XXI

No capítulo inicial, por meio de uma revisão histórica e teórica, foi possível compreender o papel do colonialismo e da expansão capitalista para a instituição de discursos e políticas em torno dos corpos das mulheres brasileiras e sua sexualidade como estratégia de hierarquização da comunidade referente. Partindo da teoria de “colonialidade” de Aníbal Quijano (2000), que exprime a matriz colonial de poder como principal agente no domínio dos povos, vimos que María Lugones produziu o argumento sobre colonialidade de gênero e sua consequente perpetuação de formas de opressão desproporcional as mulheres racializadas. No campo do ativismo intelectual brasileiro, Lélia Gonzalez (2020) suscita críticas profundas a estruturas patriarcais e coloniais de sexualização e desumanização das mulheres negras e evidencia o poder concentrado nos estereótipos femininos que restringem suas identidades socioculturais. Concisamente, o imaginário da mulher brasileira construído no exterior contém raízes no período colonial e sua estrutura escravocrata, conservado pela necessidade do capitalismo de consolidar o poder hegemônico dos homens brancos detentores dos meios de produção.

Nesse sentido, com o objetivo de analisarmos como as mídias em Portugal contribuem para a permanência de estereótipos relacionados às mulheres brasileiras, apresentar referências sobre a feminização das migrações, com ênfase para esse fluxo do Brasil para Portugal, responsável por aumentar as publicações sobre as brasileiras em mídias portuguesas. No que tange os movimentos migratórios presentes no Brasil, desde o século XVI até a atualidade existe um complexo sistema migratório entre o Brasil e Portugal, caracterizado por diferentes fases com início no período colonial. Sendo assim, desde 1500 até meados dos anos 1970, o movimento predominante foi de portugueses se estabelecendo no Brasil, posteriormente com a mudança das dinâmicas internacionais esses fluxos se modificaram. Entretanto, cabe destacar que Portugal através de suas colônias na América, na Ásia e na África se tornou um país majoritariamente emigrante, principalmente com a descoberta de metais preciosos nas colônias, com as guerras que assolaram a Europa e a busca por oportunidades no novo mundo. Na década de 1980 esse sistema se inverteu quando o Brasil passou a enfrentar uma crise política e econômica enquanto Portugal entrava para a União Europeia, assim mais brasileiros passaram a ser atraídos para o país de seus colonizadores. (SANTOS, 2015). Esse movimento seguiu um fluxo crescente até o início dos anos 2000, com a motivação laboral se tornando superior aos laços de ancestralidade, apesar dos trabalhos para imigrantes muitas vezes serem precários.

Desde o início do século XXI percebe-se um aumento significativo da presença de mulheres nesses movimentos populacionais, com as mulheres brasileiras imigrantes em Portugal ocupando cargos predominantemente relacionados a trabalhos domésticos, mercado do sexo ou no ramo da estética revelando o que Sassen (2003) chamou de “expansão da economia informal”. Esse processo facilitou a desregulamentação da força do trabalho, principalmente a feminina e a absorção de mão de obra precária, onde as brasileiras são expostas a racialização e sexualização. Na sociedade portuguesa, a racialização para a mulher brasileira significa a submissão do ponto de vista político baseado na permanência de resíduos do passado colonial e na hierarquização social, onde são marcadas como díspares pelas suas características étnico-raciais. Além disso, a brasileira precisa enfrentar os estereótipos da sexualidade que as torna mais suscetíveis a assédios e abusos, contribuindo para a posição de subalternidade da imigrante. Com o crescimento dos fluxos de migração femininos, devemos investir no aumento de estudos e discussões sobre o protagonismo das mulheres na concretização de projetos de imigração e na construção de redes migratórias.

Portanto, o presente capítulo visa estudar como o sistema migratório entre Brasil e Portugal se tornou preminentemente feminino, através de um viés histórico das relações migratórias entre os países, inclusive apontar quais são os direitos e as leis que protegem a mulher imigrante e brasileira em terras lusas, apresentando os desafios dessas imigrantes que escolhem construir suas vidas no país. A fim de apresentar o mencionado e contribuir para o objetivo geral da presente monografia, o segundo capítulo será dividido em quatro partes: dados numéricos e socioculturais sobre o sistema migratório entre Brasil e Portugal; Questões legislativas referente as imigrantes brasileiras que moram em Portugal; A interseccionalidade entre estudos sobre igualdade de gênero e mobilidade internacional; e por fim, buscamos evidenciar a experiência da mulher brasileira que migra para Portugal com o intuito de melhorar suas condições econômicas e sociais.

2.1 Breve histórico do sistema migratório Brasil-Portugal

Na primeira parte do capítulo será destrinchado o histórico do sistema migratório entre Brasil e Portugal, visto que são países ligados por uma história de relação entre colonizado e colonizador, que possui implicações tanto nas migrações como em outras áreas. Os fluxos migratórios são um atributo significativo da história da difusão do capitalismo, intensificado pela globalização, o que permitiu a mudanças e a constituição de nações. Nesse quesito, a definição de migrante sob a ótica da OIM (Organização Internacional para as Migrações) é

capaz de abrir discussões sobre a perspectiva internacional sobre esses deslocamentos. A OIM define como imigrante:

“qualquer pessoa que se move ou que se moveu através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado fora do seu local habitual de residência, independentemente de (1) o estatuto jurídico da pessoa; (2) se o movimento é voluntário ou involuntário; (3) quais são as causas do movimento; ou (4) qual é a duração da estadia.” (OIM, 2011).

No campo dos estudos migratórios na área da sociologia a obra *The Peasant Polish in Europe and America* de Thomas & Znaniecki (1918-1920) foi considerada uma inovação metodológica nesse âmbito. A obra buscava estudar a migração de mais de 2 mil poloneses para os Estados Unidos da América entre o final do século XIX e início do século XX dando destaque para a experiência individual humana, através de registros pessoais e autobiográficos, como documentos, cartas, diários, descrevendo como esses imigrantes foram afetados em seus percursos e como se adaptaram a nova sociedade. O estudo serviu de referência metodológica nesse campo, uma vez que até aquele ponto o que se destacava era a pesquisa a partir do ponto de vista do país receptor, os processos de aculturação e assimilação⁸ ficavam em evidência.

Abordando o movimento migratório de portugueses para as terras brasileiras, iniciando na época da colonização, referenciados majoritariamente por registros pessoais e documentação até os dias atuais, foi perceptível movimento de expansão e contração, como apresentado na tabela 1. Nos dois primeiros séculos após a chegada das primeiras caravelas portuguesas as américas o número de deslocamento foi pouco expressivo até o final do século XVII. Segundo dados do IBGE (2000) entre os anos de 1500 e 1700 se estima que trezentos mil portugueses se deslocaram para a colônia, enquanto foi avaliado que mais de seiscentos mil africanos foram deslocados forçadamente para o Brasil. Um fator que impulsionou o crescimento das migrações portuguesas foi a necessidade de garantir as posses territoriais nas Américas, uma vez que estavam ameaçados pela colônias holandesas, francesas e inglesas na América Central e seus engenhos de açúcar, assim o povoamento das terras brasileiras vinculou-se a necessidade de interiorização, controle das terras e busca por materiais preciosos. No intervalo entre os anos 1800 e a independência do Brasil, a corte portuguesa foi deslocada para o Brasil por pressão francesa, assim os portugueses que se deslocavam com

⁸ Segundo o Dicionário Online da Língua Portuguesa, aculturação é um processo de alteração cultural de uma pessoa, grupo ou sociedade que busca se adaptar a outra cultura ou retira dela aspectos importantes; e assimilação é a ação de incorporar, adquirir ou de entender algo na sua completude.

destino ao novo centro administrativo da coroa, eram mais profissionais qualificados para transformar a estrutura do Rio de Janeiro através de novas instituições de ensino, pavimentação das ruas e outras obras de infraestrutura, entraram no Brasil cerca de 24 mil portugueses até 1817. (SANTOS, 2015)

Tabela 1 - Entrada de portugueses no Brasil de 1500 a 1990

Período	Número de imigrantes portugueses
1500-1700	100.000
1701-1900	958.945
1901-1930	754.147
1931-1960	384.334
1961-1990	59.372

Tabela 1 Elaboração própria. Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: 2000.

Após a independência, a tendência foi ampliação dos fluxos. Estimativas dão conta de que entre 1856 e 1857, a média anual ultrapassou oito mil imigrantes portugueses. Na sequência da Guerra do Paraguai, precisamente na última década do século, registaram-se mais de 15 mil imigrantes por ano, perfazendo um total de mais de 316 mil entradas de portugueses no Brasil (IBGE, 2000). Nesse sentido, o período de grande movimento de portugueses saídos de Portugal com destino ao Brasil foi entre 1900 e 1911, período em que 76% de todos os migrantes portugueses se dirigiam para o Brasil. Esse número expressivo pode ser explicado por alguns fatores, como as modificações causadas pela revolução industrial na Europa e o conhecido “mito da fortuna” que levou muitos portugueses a acreditarem no enriquecimento rápido que se obteria nas terras portuguesas. O deslocamento de portugueses com destino ao Brasil chegou a casa de meio milhão de indivíduos com concentração nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, salientando que esse processo era facilitado pelos fatores língua e elementos culturais compartilhados pela colonização. (SANTOS, 2015)

Cabe ressaltar que desde o ano de 1800 o então Império Português praticava políticas de higienização, que objetivavam o controle de pessoas marcadas racialmente como uma forma de estratégias de projeção internacional das terras brasileiras, atraindo imigrantes brancos e rejeitando africanos e afro-diaspóricos.⁹ (SILVA, 2020) Nesse sentido a administração do Império instaurou normas migratórias para tal, facilitando o ingresso e

⁹ Os povos afro-diaspóricos são comunidades e grupos de descendentes de africanos que foram dispersos pelo mundo, principalmente devido ao tráfico transatlântico de escravizados entre os séculos XVI e XIX.

concedendo privilégios a populações brancas e dificultando, defrontando a proibição, da entrada de povos radicalizados, gerando uma estratificação social que reflete nas estatísticas, uma vez que no período a entrada de europeus foi a mais expressiva (Tabela 2). Ademais, percebe-se a intensificação do fluxo das nacionalidades mais relevantes, portugueses, italianos, espanhóis e alemães entre 1880 e 1889, essa estatística pode ser explicada pela abolição da escravidão¹⁰ no Brasil em 1888, quando os então escravos se tornaram “homens livres”¹¹ e essas políticas migratórias também serviram para impulsionar a mestiçagem de modo que a imigração de europeus aumentasse o contingente branco da população, além do apagamento de traços negros. (SILVA, 2020)

Tabela 2 - Imigrantes segundo principais nacionalidades entrados no Brasil entre 1872 e 1889

Anos	Portu- gueses	Italia- nos	Espa- nhóis	Ale- mães	Japo- neses	Outras nacio- lidades	Total de estrangeiros
1872	12918	1808	727	1103	—	2663	19219
1873	1310	—	—	1082	—	12350	14742
1874	6644	5	—	1485	—	12248	20382
1875	3692	1171	39	1308	—	8380	14590
1876	7421	6820	763	3530	—	12213	30747
1877	7965	13582	23	2310	—	5588	29468
1878	6236	11836	929	1535	—	3920	24456
1879	8841	10245	911	2022	—	764	22783
1872/1879	55027	45467	3392	14325	—	38126	176337
	31.21	25.78	1.92	8.12	—	32.96	100.00
1880	12101	12936	1275	2385	—	1658	30355
1881	3144	2705	2677	1851	—	1171	11548
1882	10621	12428	3961	1804	—	775	29587
1883	12509	15724	2660	2348	—	774	34015
1884	8683	10502	710	1719	—	1960	23574
1885	7611	21765	952	2848	—	1548	34724
1886	6287	20430	1617	2114	—	2202	32650
1887	10205	40157	1766	1147	—	1657	54932
1888	18289	104353	4736	782	—	3910	132070
1889	15240	36124	9712	1903	—	2186	65165
1880/1889	104690	277124	30066	18901	—	17841	448622
	23.34	61.77	6.70	4.21	—	3.98	100.00

Tabela 2 Fonte: relatórios do Ministério dos Negócios do Império

Na conjuntura do final do século XX, principalmente a partir do ano 1975, assinala-se uma onda de movimento migratório com origem do Brasil e com destino ao colonizador,

¹⁰ A abolição da escravidão no Brasil ocorreu no dia 13 de maio de 1888, com a promulgação da Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel, regente do país. O Brasil foi o último país a extinguir a escravidão.

¹¹ A afirmação de que os africanos se tornaram "homens livres" após a abolição da escravidão no Brasil é problemática porque simplifica a realidade vivida pelos ex-escravizados. Embora a Lei Áurea, promulgada em 1888, tenha oficialmente abolido a escravidão, a liberdade plena e verdadeira não foi concedida a essas pessoas devido a várias razões: Falta de Políticas de Inserção Social; Preconceito e Racismo Estrutural; e Desigualdade Econômica.

período marcado pela crise do petróleo e pelo fim da ditadura militar. (SANTOS, 2015) Sendo que até os anos 1980 o Brasil ainda era considerado um país majoritariamente imigratório, recebendo portugueses, mas também italianos, japoneses, alemães e outros, o contexto gerado citado acima foi responsável pelo início da exportação de mão-de-obra brasileira. Inicialmente, ocorreu o retorno dos portugueses que haviam se deslocado para o Brasil, muitas vezes com esposas brasileiras e seus filhos também nascidos em território brasileiro; posteriormente, os brasileiros passaram a buscar Portugal com propósitos de estudos, trabalho e enriquecimento (MACHADO, 2003). No período compreendido entre o final dos anos 1970 até final dos anos 1990 foi identificada a primeira onda de brasileiros para Portugal, década em que se tornaram a segunda maior comunidade estrangeira no país, formada principalmente por pessoas oriundas da classe média e com elevado nível de instrução. Estima-se que nesse primeiro momento, com coadjuvação da globalização, cerca de 200 mil migrantes originários do Brasil, com qualificação elevada, se deslocaram para Portugal, como profissionais da área do Marketing, dentistas entre outros que se adaptaram ao mercado de trabalho português por escassez de profissionais na área (MALHEIROS, 2007).

Uma nova onda da migração brasileira para o país de seus colonizados pode ser identificada a partir do final do ano de 1999 se estendendo até a crise econômica de 2010, com a participação de pessoas de perfil mais diversificado, mais jovens e com níveis de instrução menos qualificados, sendo inseridos predominantemente no setor de serviços. Durante toda a década de 2000 o saldo migratório português manteve-se positivo, atingindo o máximo de 70.000 pessoas em 2002, decrescendo a partir daí até o mínimo de 3.815 pessoas em 2010 (INE, 2011). No momento anterior a isso, Portugal vivia um período de dinamismo econômico, passando a receber maior investimento europeu em conjunto com a adesão do país ao espaço de Schengen em 1991 e com a entrada do euro em circulação em 2002. Portanto, para os brasileiros a perspectiva de oportunidades que a migração para Portugal representava contribuiu para que no ano de 2007 fosse registrado que a comunidade brasileira em Portugal havia se tornado a mais representativa numericamente (SEF, 2007).

A feminização da migração entrou em foco a partir de 2003, quando o número de mulheres passou a superar o de homens que migraram para terras portuguesas, porém nesse período também avançou a precarização do mercado de trabalho por conta do desajuste entre o nível de qualificação e o nível exigido no mercado português. (PORTUGAL, 2004). Importante ressaltar que em ambas as ondas de migração do Brasil para Portugal, o caráter

laboral do fluxo era predominante, perceptível pela concentração em zonas onde o mercado de trabalho é mais ativo e também pela presença expressiva de brasileiros no mercado, como na capital Lisboa e na região de Porto.

Ao longo da chamada segunda onda de migrações, a visibilidade do imigrante brasileiro nas mídias portuguesas aumentou significativamente, com os meios de comunicação reproduzindo diversos discursos estereotipados e estigmatizados sobre a comunidade brasileira (CUNHA et al.,2008). Principalmente com relação as mulheres, que tinha sua migração bastante associada ao mercado do sexo, muitas vezes por conta de resquícios da colonização e racialização que se reproduziram no imaginário português, associando a brasileira a apenas corpos exóticos e disponíveis. Ademais, outro estereótipo predominante durante esse período foi baseado em um pré-conceito sobre os indivíduos das ex-colônias serem inferiores e ignorantes (MACHADO, 2003). Esse processo de essencialização da comunidade brasileira em Portugal, adjacente a similaridade linguística e a segregação dos imigrantes brasileiros tiveram um impacto decisivo no tipo de inserção laboral desses imigrantes (FRANÇA, 2012). Na chamada segunda vaga, imigrantes originários do Brasil tiveram uma inserção no mercado ainda mais diversificada que na primeira, no setor de serviços com atendimento ao público como em restaurantes e vendas, o que alguns estudiosos chamam de mercado do entretenimento e da alegria, muito influenciado pelo imaginário dos portugueses sobre essa comunidade. Do mesmo modo, as mulheres brasileiras se colocaram em atividades voltadas para áreas com estéticas, como manicures, cabeleireiras, instigadas pela visão portuguesa sobre sua feminilidade, sensualidade e vaidade.

Com base no censo de 2011, os valores de natalidade chegavam a estimativas negativas e o suporte ao crescimento populacional em Portugal era basicamente dependente dos fluxos migratórios, mesmo assim, a administração portuguesa não se preocupava em facilitar o processo de imigração de países terceiros, muitas vezes inclusive, trabalhava para dificultar esse processo. Por exemplo, no ano de 2016 o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) passou a não conceder mais a legalização da situação de imigrantes que entraram em Portugal com visto de turistas, excluindo a possibilidade de trabalho regularizado desses indivíduos. (QUEIROZ, 2018) Assim que os reflexos da crise de 2008 chegaram ao país tendências de fechamento do sistema de legalização de estrangeiros em Portugal foram afetados pela ideia de que o imigrante era um concorrente nas escassas oportunidades de trabalho na época, mesmo que as áreas de trabalho ocupadas pelos estrangeiros contavam com pouca participação de locais, como a área da limpeza, de serviços de cuidados e restauração

(DELGADO et al., 2014). Apesar dos efeitos da crise e da austeridade se concentrarem no setor da construção civil, as mulheres também foram afetadas, principalmente, pela redução no poder aquisitivo das famílias com impactos na contratação de serviço doméstico, por exemplo. Quando a mensagem que se envia é, na maior parte das vezes, a de que não há espaço para migrantes, há que se ter em mente a preocupação com o acirramento de conflitos sociais que envolvem estes grupos e os cidadãos nacionais, ao desencadear atitudes discriminatórias e a disseminação de preconceitos, como nos alerta Malheiros (2007)

Posteriormente, o Brasil passa por um processo de retomada do crescimento econômico entre os anos de 2003 e 2008, adotando políticas que objetivam minimizar a desigualdade social e se reafirmar como nação emergente, enquanto em Portugal o projeto de modernização começa a se esgotar se arrastando na crise econômica e social enfrentada até hoje no país. Essa conjuntura reflete em uma diminuição da migração de brasileiros para Portugal, no retorno de brasileiros em Portugal para seu país de origem e no aumento de imigrantes portugueses com destino ao Brasil. Mesmo assim, nos dois países se experimentou uma grande diminuição das taxas de imigrantes, causada principalmente pela concentração populacional da faixa etária de idosos, segundo dados do SEF de 2014 a representação de brasileiros em Portugal no ano de 2011 era de 25,5% enquanto no ano de 2013 passou para 23%.

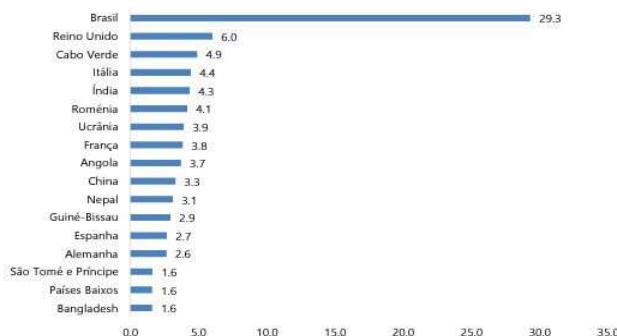
Com relação ao percentual de brasileiros que retornam ao Brasil, em sua maioria são homens afetados pelo desemprego em Portugal, uma vez que, os setores que mais empregam homens são os mais afetados pela crise econômica de 2008, como a área da construção civil. Consequentemente, o perfil atual da comunidade brasileira em Portugal é representado por mulheres de aproximadamente 30 anos e que apesar do alto nível de estudo trabalha do departamento de limpezas e cuidados do lar, revelando a incompatibilidade entre a qualificação e a profissão exercida entre estrangeiros vivendo em Portugal. No presente, discute-se a formação de uma terceira onda de migração brasileira para Portugal, essa seria formada por indivíduos que migram com o propósito dos estudos, sendo que desde 2008 o Brasil é o país que mais envia estudantes de nível superior para Portugal (IORIO, 2014).

Subsequente a crise econômica e o retorno de imigrantes para seus países de origem, o movimento migratório de saída do Brasil com destino a Portugal foi mantido majoritariamente por estudantes e principalmente pelo impacto dos programas de mobilidade, como o programa Ciências Sem Fronteiras (CsF) de 2011. O CsF era financiado pelo governo

e oferecia bolsas de estudo para todos os níveis de ensino (graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado) em diversas instituições de ensino pelo mundo para ciências básicas como engenharia e ciências da saúde (BRASIL, 2016). Entre os anos de 2011 e 2012, Portugal ocupava o segundo lugar entre os países mais procurados por estudantes de graduação brasileiros, com a migração de mais de 2 mil estudantes. (OLIVEIRA; GOMES, 2017). Simultâneo a esse aumento de fluxos, foi notável o crescimento da instituição de Estatutos e leis que estabelecessem igualdade de direitos e deveres, como o estatuto de Cooperação e Consulta entre Brasil e Portugal firmado em 2000 resultante do Tratado de Amizade e Cooperação, que assegurava os mesmos direitos dos cidadãos portugueses para os imigrantes brasileiros. Outros fatores que explicam essa retomada no crescimento do fluxo populacional do Brasil para Portugal estão relacionados à instável situação política brasileira, com a destituição da presidenta Dilma em 2016 e fatores atrativos em Portugal, como o fim da austeridade, programas de benefícios fiscais para imigrantes aposentados e altamente qualificados, simplificação do processo de nacionalização e de autorização de residência, além do boom imobiliário. (FRANÇA; PADILLA, 2019)

Analisando dados atuais, com base no relatório do PORDATA de 2021, a estimativa era de que de 10 residentes estrangeiros em Portugal 8 eram provenientes de países externos à União Europeia, enquanto 2 eram originários de países da UE. Salientando que as nacionalidades mais presentes no ano de 2021 foi a brasileira (29,3%), seguida da britânica (6%) e da cabo-verdiana (4,9%), o gráfico 1 traz as nacionalidades mais relevantes dentro da população de imigrantes residentes no país, onde o Brasil não somente se encontra em primeira colocação, mas se destaca como o único representante da América do Sul. Em sequência, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal (SEF) divulgou dados sobre imigração em 2022 mostrando que Portugal registou 757.252 estrangeiros com residência no país, 58.365 mais do que em 2021. Por fim, O Público, relevante jornal português, reportou que em 2023, os brasileiros contribuíram com 1,033 bilhão de euros (equivalente a R\$ 6,2 bilhões) aos cofres portugueses, quantia 57% superior à registrada em 2022 e que cada 100 euros entregues a Segurança Social portuguesa por imigrantes, 35,9 euros advêm do salário de trabalhadores brasileiros, segundo dados do Ministério do Trabalho de Portugal. (NUNES, 2024)

Gráfico 1 - População estrangeira por principais países de origem (&) em Portugal



Fonte: Eurostat, Pordata

2.2 Dinâmicas de Exclusão na Migração Contemporânea

Ao abordarmos questões intrínsecas a migração, compete apresentar a discussão sobre a discriminação social relativa à pessoa que migra, a própria migração irregular constitui diversos tipos de fluxos migratórios, podendo eles abarcar escolhas individuais ou por sistemas de exploração, definida como contrabando e tráfico de pessoas, a OIM (2006) definiu esses fluxos como “indústrias da migração”. Em múltiplos discursos sobre imigração, o preconceito pode ser percebido por meio da utilização de termos como “pessoas clandestinas” ou até como “selvagens”, expressões que destacam que imigrantes vem de um exterior, espacial e legal, além de salientar diferenças culturais e morais. (NOUSS, 2016) Nesse quesito Peixoto (2007) apresentou como “negócio da imigração ilegal” a facilitação de entrada de cidadãos/ãs indocumentados/as seja por meio de contrabando ou falta de condições, a própria OIM define migração irregular como movimento que “(...) ocorre fora das formas e procedimentos estabelecidos pelos Estados para gerenciar o fluxo ordenado de migrantes em seus territórios, através e fora deles” (OIM, 2006). Sendo que, para a maior parte destes/as imigrantes, o propósito de migrar se encontra nas oportunidades de trabalho, melhores condições sociais e em algumas vezes no reagrupamento familiar.¹²

Essas migrações classificadas como irregulares se apresentam como consequência da estrutura do mercado de trabalho no país de destino, uma vez que existe um desequilíbrio entre a demanda por mão de obra e o estabelecimento de meios legais para imigração (CASTLES, 2010). Contudo com próprio controle de fronteiras e ao restringir canais legais, esses países criam um mercado de trabalho dependente de migrantes irregulares, enquanto

¹² Não cabe na discussão vinculada ao objetivo principal do trabalho, mas devemos ressaltar que os refugiados também são pessoas que migram. A Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) define refugiado como uma pessoa que está fora do seu país de origem e precisa de proteção internacional. Isso pode acontecer por vários motivos, como: Temores de perseguição por questões de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opinião política; Conflitos armados; Violência generalizada; Graves violações dos direitos humanos.

simultaneamente idealizam um "migrante desejado", aquele qualificado, temporário e facilmente integrável. Isso reflete um controle social que invisibiliza os migrantes irregulares, que são muitas vezes forçados a viver à margem, apesar de serem essenciais para a economia local. Em adição, discursos oficiais de governos de países de centro global¹³ costumam dividir os imigrantes como “desejáveis”, acadêmicos, brancos e de classes mais altas da sociedade e “indesejáveis”, pouco qualificados e racializados. nesse sentido o racismo é um sistema de exclusão, silenciamento e opressão. “Ou seja, o mesmo dispositivo que gera desvantagens de um lado, desengatilha vantagens do outro.[...] As instituições jurídicas, em grande medida, concorrem para assegurar benefícios ao grupo dominante, apenas pela pertença racial branca.” (SILVA, 2020), no sentido de que existem leis e regulamentos para dar preferência à entrada e residência de estudantes e também de indivíduos brancos. Nesse quesito, migrantes que não se encaixam no perfil considerado desejável têm maior probabilidade de serem classificados como irregulares, ainda que muitos consigam encontrar postos de trabalho nos países de destino e busquem ajuda para regularizar sua situação. No entanto, muitos desses migrantes continuam irregulares por longos períodos, trabalhando em condições precárias, frequentemente sem contrato formal ou acesso a garantias e auxílios da seguridade social. (QUEIROZ, 2018) Em outras palavras, aqueles que o Estado declara dispensáveis permanecem em situação de vulnerabilidade, embora o mercado os absorva e consuma facilmente.

A distinção operada pelos Estados com relação a quem corresponde ao perfil de cidadão do seu país é muitas vezes efetivada com base em fatores de nacionalidade e de etnicidade/raça. Castles (2010) pondera que a União Europeia possui uma legislação ainda restrita e discriminatória, visto que, seleciona migrantes de “países periféricos” com base em critérios econômicos como a escolaridade e também raciais que resultam em maior capital humano, lógica citada no primeiro capítulo do trabalho onde discutimos o papel da colonização e da estrutura de sistema-mundo capitalista, onde a raça e o gênero se tornam operadores centrais da divisão mundial. Além disso, os vínculos estabelecidos entre questões referentes a migração/imigrantes e a opinião pública, construídas principalmente por mídias e meios de comunicação, pendem para o lado de políticas governamentais restritivas, influenciados por narrativas carregadas de medo e escassez. Uma construção narrativa efetiva

¹³ O termo "países de centro" vem das teorias de dependência e do sistema-mundo, desenvolvidas por sociólogos e economistas latino-americanos e europeus nos anos 1950 a 1970, como Raúl Prebisch e Immanuel Wallerstein. Essas teorias propõem uma divisão global em países de centro (ou centrais), países periféricos e, em alguns casos, países semiperiféricos.

no desenvolvimento da opinião pública de medo condiz com a criação do “outro” e da possibilidade dessa figura externa afetar a identidade nacional. Por sua vez, o discurso relativo a escassez, se associa a concorrência no mercado de trabalho, outra base do capitalismo, além da disputa por acessos à educação e à saúde, por exemplo, contribuindo para a ideia de competição por recursos que não são compatíveis com o número de pessoas na população que deve usufruir deles (QUEIROZ, 2018).

Sendo assim, a irregularidade do imigrante ¹⁴em seu país de destino, pode representar uma intensificação no seu status de vulnerabilidade, situação que imigrantes de países considerados desenvolvidos não se encontrariam, por questões socioeconômicas. Aprofundando divisões que costumamos aplicar em escala internacional: países desenvolvidos versus países em desenvolvimento, etnias (brancos versus negros), ricos versus pobres, homens versus mulheres. No caso específico das migrantes brasileiras, observamos que, em Portugal, elas são racializadas, sendo percebidas como mestiças e hipersexualizadas. Quando se encontram em situação irregular, enfrentam intensificadamente as consequências de suas identidades, o que as coloca em uma condição de vulnerabilidade associada a diferentes formas de violência, como assédios moral e sexual, exploração laboral (não pagamento de salários, jornadas extenuantes, acúmulo de funções) e discriminação no acesso aos serviços públicos. (QUEIROZ, 2018)

Por outro lado, com o aumento expressivo desta população brasileira vivendo em Portugal, tanto o país receptor quanto o país emissor passaram a aplicar esforços para auxiliar na regulamentação dessa migração, também integrar os imigrantes à população nacional, além de desenvolver leis que defendem contra discriminações. No contexto das imigrantes mulheres brasileiras se faz importante destacar que como maior população estrangeira em Portugal e também mais afetadas pelos estereótipos nessa comunidade muitas dessas normas falham. A Constituição da República Federativa do Brasil, no artigo 12, § 1º, prevê que “aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição”. (BRASIL, 1988) Enquanto a Constituição da República Portuguesa prevê, no Artigo 15º, que “A lei pode atribuir a estrangeiros residentes no território nacional, em

¹⁴ A irregularidade de um imigrante ocorre quando ele se encontra em um país sem a devida autorização legal para permanência, como: Permanecer no país por mais tempo do que o permitido pelo visto de turista; Não ter mais o motivo que justificou a concessão do visto; Não ter renovado o visto de residência; Não estar de acordo com as condições do visto; Entrar no país sem qualquer tipo de documento legal; Permanecer no país após uma decisão negativa sobre um pedido de asilo.

condições de reciprocidade, capacidade eleitoral ativa e passiva para a eleição dos titulares de órgãos de autarquias locais”. (PORTUGAL, 1976)

Essa reciprocidade dos direitos Políticos entre os países foi regulamentada pela Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres instituída entre Brasil e Portugal em Brasília no ano de 1971, mas foi revogada pela pelo Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, celebrado no ano 2000. O Tratado representa uma cooperação e consulta entre os países onde determina que os direitos serão atribuídos mediante decisão do Ministério da Administração Interna, em Portugal, e do Ministério da Justiça, no Brasil, além de materializar um trabalho de transconstitucionalidade de direitos, ou seja, constitui que o exercício dos direitos políticos do Estado nativo também será concedido no Estado de destino do migrante. (BORN, 2011). A extraterritorialidade dos direitos políticos podem remeter a uma possível criação de uma nação luso-brasileira, baseada na língua em comum e nas raízes da colonização Portuguesa. Contudo, apesar da garantia de direitos políticos, garantia importante para o imigrante viver fora de seu país de nacionalidade, ainda é uma parte ínfima de um longo processo de integração.

Visando estimular e intensificar a boa relação e a cooperação entre Brasil e Portugal, além de facilitar a circulação e prestação de serviços de imigrantes entre seus países, a administração da República Federativa do Brasil e da República Portuguesa também formaram um acordo sobre contratação recíproca em 2003. O acordo previa em seu Artigo 1º que os cidadãos dos dois Estados poderiam ser contratados para todas as profissões que não fossem condicionadas a estrangeiros apenas. Apesar de o acordo ser aplicado a pessoas que se deslocavam por períodos limitados de tempo, não previa a livre circulação entre os países, uma vez que se baseava nos contratos de trabalho. Além disso, o Acordo não regulamenta questões de moradia e visto, essas deveriam ser adequadas à legislação em vigor no Estado receptor, o que geralmente leva a diversas exigências e burocracias para conseguir gozar dos privilégios. (BARRETO, 2007) Com a obtenção do visto para permanecer no país e cumprindo os pré-requisitos de moradia, o trabalhador também era agraciado com as mesmas condições e proteções trabalhistas previstas na legislação da nação receptora.

Nesse cenário cabe destacar a existência do Acordo de Seguridade Social, assinado em 1991 entre Brasil e Portugal para regulamentar os direitos básicos dos imigrantes. Segundo o próprio Guia Prático do Acordo, ele assegura que o imigrante possa ter seu tempo

de contribuição no país de nacionalidade para aposentadoria, pensão e auxílios no outro país, também acesso à rede pública de saúde por meio do Certificado de Direito à Assistência Médica (CDAM) e possibilidade de requerimento de benefícios no INSS com o tempo de contribuição do outro país. Apesar das garantias apresentadas em legislação, e até na constituição, para auxiliar na integração e cidadania dos imigrantes, essa população continua tendo grande risco de vulnerabilidade social (ESTEVEZ, 2018). Como citado anteriormente, a própria discriminação gerada pela diferente nacionalidade causa diferenças salariais, dificuldades de acesso a habitação, além das condições de tratamento hostil. A lei portuguesa apresenta grande atenção para com a população estrangeira, porém isso não se reflete no convívio social, mais uma vez acentuando o grande impacto que tem o estereótipo perpetuado na comunidade portuguesa sobre o brasileiro. Na próxima parte do capítulo apresentaremos mais a fundo a experiência particular de ser mulher e imigrante, avaliando como os desafios se diferem dependendo do gênero do indivíduo.

2.3 O Impacto da Feminização na Experiência Imigrante

Anteriormente neste trabalho discutimos como os fluxos migratórios são um fenômeno social complexo com diversos fatores causadores e inúmeras consequências para o indivíduo e para a sociedade que o recebe. Contudo cabe darmos destaque para a dimensão de gênero envolvida no processo migratório, uma vez que as desigualdades existentes na sociedade se refletem no acesso a oportunidades e na vulnerabilidade vividas pelo imigrante de cada gênero. Inclusive a questão de gênero pode influenciar na decisão de migrar, também na forma que se migra e o fator de acolhimento da nação de destino, assim como o próprio processo migratório acaba influenciando nas relações de gênero, podendo promover maior desigualdade ou estimular a igualdade. (SOUSA, 2020) Quando falamos dos estereótipos referentes à mulher brasileira em Portugal, essas migrações femininas são essenciais para compreender o agravamento do imaginário refletido pela estratificação social sofrida pelas imigrantes brasileiras na sociedade de destino. No processo migratório, homens e mulheres enfrentam diferentes oportunidades e vulnerabilidades, por exemplo, a migração feminina no passado acompanhava a masculina, quando os homens migravam por razões econômicas e as mulheres, em consequência, migravam em função do reagrupamento familiar. Esse padrão histórico reflete a construção social da mulher como figura dependente, migrando não por escolha própria, mas para acompanhar o marido ou sustentar a unidade familiar, o que limita as oportunidades da mulher no processo migratório, invisibilizando suas próprias motivações

e agências, e reforçando a ideia de que a migração feminina deve ser justificada por uma função tradicionalmente doméstica.

Como a participação feminina nos fluxos de migração foram negligenciados até muito recentemente, cabe salientarmos a necessidade de aplicar o gênero como categoria fundamental para o estudo de processos migratórios. Um fato comprobatório disso está na constante ameaça de violência sexual sentida ainda mais profundamente pelas imigrantes em seus estados de vulnerabilidade, mas esse fator não impede a migração por múltiplos fatores como falta de oportunidades, discriminação salarial e fuga de processos de violência. (SILVA, 2020) Apesar de todo indivíduo que migra sofrer com coeficientes que levam a vulnerabilidade como a falta de amparo social, barreiras culturais e linguísticas, além da própria regulamentação, os coeficientes são ampliados na vivência feminina, ainda mais em mulheres não brancas e racializadas. Portanto, a feminização das migrações refere às mudanças complexas entre o papel da mulher no seu país de origem e no país de destino, muito além dos números que definem os fluxos migratórios, mas o entendimento acerca das vivências femininas nesse contexto. Contudo os estudos atuais ainda apresentam certas deficiências nesse quesito de feminização dos processos, a visão liberal do feminismo, por exemplo, influencia uma corrente de universalização da categoria mulher, ignorando as dinâmicas de raça, etnia, classe e colonialidade que moldam as experiências de gênero. Como destaca Maria Lugones (2008), a opressão de gênero é inseparável da opressão racial e da exploração colonial, por isso, ela salienta a necessidade de um feminismo que incorpore a interseccionalidade de maneira plena e que critique as hierarquias impostas pela colonialidade.

No sistema capitalista e patriarcal, o recorte de gênero sofre com a subordinação que afeta principalmente os corpos femininos, aplicando isso ao processo de migração os impactos relacionados à percepção dos corpos e das sexualidades se aprofundam com base no que discutimos anteriormente da construção do “outro”. Todavia nessa análise é necessário considerar questões de raça e nacionalidade como categorias analíticas da migração. (SILVA, 2020) Nesse contexto, Sueli Carneiro (2011) aponta que o feminismo dominante, ao aderir a uma perspectiva uniformizadora e centrada na visão europeia, perdeu a capacidade de reconhecer as distinções e desigualdades no universo das mulheres, além da identidade biológica. Sendo assim, o feminismo decolonial é uma resposta às opressões que as mulheres enfrentam em múltiplas dimensões, inclusive na migratória, onde a intersecção entre raça, classe e gênero deve ser constantemente reconhecida e discutida. (GONZALEZ, 1988)

Abordando dados quantitativos, no ano de 2017, conforme dados da Organizações Internacionais para as Migrações (OIM), 2,4% da população do mundo se encontrava em processo de migração internacional e um pouco menos da metade desse total eram migrantes do sexo feminino (48,8%), o que significa aproximadamente 125 milhões de mulheres, já no ano de 2018 a quantidade mundial de migrantes mulheres passou para aproximadamente 130 milhões. Importante destacar que esse crescimento expressivo de migrações femininas foi responsável pelo que ficou conhecido como “global care chains”, que consiste na migração de mulheres para ocupar cargos de cuidados familiares em outros países e deixam suas famílias a cuidados de outras pessoas no país de nacionalidade. A Europa se destaca como grande receptor de migrações laborais, especificamente nesse continente a porcentagem de imigrantes mulheres é superior à mundial, sendo que 52% dos imigrantes totais foram mulheres, no ano de 2017. Se torna perceptível a tendência de crescimento da migração feminina no decorrer dos anos, de acordo com o Migration Policy Institute, esse fenômeno pode ser definido como uma “nova era da migração internacional e da globalização”, uma vez que, entre os anos de 1960 e 2015 o número de migrantes mulheres duplicou. (COUTINHO; OLIVEIRA; CARAPETÔ, 2020)

Com base no estudo da Universidade Cornell, a partir do ano de 1980, a estrutura da economia global passou por alteração, principalmente causadas pelas privatizações de serviços públicos, afetando majoritariamente o sul global, países subdesenvolvidos, com o aprofundamento dos níveis de pobreza, desigualdade social e do número de desemprego. Com base nisso, foi perceptível que os fatores citados contribuem para um aumento expressivo da migração de mulheres e jovens para países desenvolvidos em busca de melhores condições econômicas e sociais. Mas um fator essencial citado pelo Instituto Europeu para Igualdade e Gênero (EIGE) está relacionado com as mudanças nas relações de gênero, com base no desenvolvimento da independência das mulheres com relação aos homens, que possibilitou essa busca sem depender de maridos, pais ou filhos, tornando o processo autônomo. (COUTINHO; OLIVEIRA; CARAPETÔ, 2020)

Portugal, na década de 1990, ficou conhecido como um país de imigrações por conta do número expressivo de imigrantes que chegavam no país e assim como em outros países do mundo, foi perceptível um aumento de imigrantes do sexo feminino após o início dos anos 2000. Inclusive o termo “feminização das migrações” estava presente no III Plano Nacional para a Igualdade, vigente em Portugal entre os anos de 2007 e 2010, já alertando para a situação de exploração e para a importância de uma perspectiva de gênero nesse cenário.

Mais recentemente o jornal Público de 2024 trouxe dados do AIMA (Serviço de Estrangeiros e Asilo) destacando que os homens são a maioria (53%), entre outras nacionalidades que buscam residência em Portugal, enquanto entre a população imigrante de brasileiros, as mulheres prevalecem, com 50,3% do total.

Essas mulheres apresentam diferentes faixas etárias, níveis de escolaridade, raças, classes sociais e são originárias de várias partes do Brasil. Contudo, a condição de imigrante, em determinadas circunstâncias, nas quais se incluem o recorte de gênero e suas intersecções podem contribuir para as violências de gênero que fazem das mulheres, nessa condição, vítimas frequentes e impactam em sua saúde, bem-estar e na adaptação aos países de destino. Na própria matéria de jornal citada acima o enunciado exalta “As brasileiras em Portugal enfrentam um duplo desafio. Além das barreiras que todos os imigrantes têm de superar, encontram os obstáculos por serem mulheres”, explicando a relevância de estudar os movimentos migratórios através do recorte gênero para compreender como a mídia desse país receptor contribui para propagação de estereótipos sobre a mulher brasileira. Sendo assim, a última parte deste capítulo busca compreender especificamente a experiência da mulher brasileira vivendo como imigrante em Portugal, lembrando que esse grupo atualmente se caracteriza como a maior comunidade estrangeira no país.

2.4 A Construção da “Outra” para as Mulheres Brasileiras vivendo em Portugal atualmente

Para analisarmos as vivências das mulheres brasileiras imigrantes em Portugal, primeiro devemos destacar que todo grupo de imigrantes constitui uma parcela da sociedade com menos status na hierarquia social, não apenas no quesito numérico, mas também por conta das características divergentes do grupo mais numeroso, dos nativos, que possuem um certo poder de repressão. Nesse quesito, as brasileiras vivendo em Portugal geralmente sofrem essa repressão ao serem discriminadas, privadas de direitos e também ao sofrerem abusos, todos os casos citados podem ser associados ao estereótipo da mulher brasileiro perpetuado no imaginário português. Segundo pesquisa feita por Cristina Correia e Sofia Neves (2011) no Instituto Superior da Maia, essa discriminação social aplicada as brasileiras sob um pré-conceito generalista de que todas são prostitutas, se baseia em dois fatores, um deles relativo as mulheres brasileiras que efetivamente são profissionais do sexo e o segundo está relacionado ao discurso e a imagem das mulheres brasileiras difundida em certos meios de comunicação Portugueses.

Podemos perceber que os dois fatores se interligam, uma vez que, a mídia se faz responsável por enfatizar e dá destaque para apenas esse fator relacionado com a imigração brasileira e não com outros episódios ou aspectos dessa comunidade, limitando à informação. No entanto, cabe destacar que a discriminação e as experiências se diferem dependendo do fator socioeconômico dessa imigrante, também com relação a qualificação profissional, a raça e a orientação sexual dessas mulheres. Esse fator muito serve para salientar como as brasileiras imigrantes são sujeitos múltiplos, com diferentes vivências e, portanto, são afetadas de formas divergentes pela conjuntura e pelos marcadores sociais.

Como tratamos anteriormente nesta monografia, os estereótipos que marcam a mulher brasileira têm origem no estigma de “corpo colonial”, que remete a um corpo sempre disponível, influenciado como a brasileira é recebida lá fora. Consequentemente, um dos países mais marcados pelo estigma do “corpo colonial” é Portugal, desse modo a imigrante brasileira suas experiências no mercado de trabalho, na procura por imóveis e até em relacionamentos afetivos influenciadas por essa ideia generalista. No mercado de trabalho muitas vezes isso se expressa no grande número de imigrantes brasileiras que ocupam vagas relacionadas ao trabalho reprodutivo e de cuidado. Cabe destacar que as mulheres representam 44,3% da força de trabalho brasileira em Portugal, número superior aos 36,7% das estrangeiras em geral, segundo dados do relatório de imigração de 2024. Contudo a segregação do mercado de trabalho contribui para que muitas dessas imigrantes se insiram no mercado de trabalho de forma informal (PIZARRO, 2003). Sendo assim, essa conjuntura originada principalmente pela discriminação, resulta em mulheres sujeitas a trabalhos precários, sem direitos trabalhistas e, na maior parte das vezes, expostas a diversos tipos de abusos. Nesse quesito, algumas imigrantes se voltam para a indústria do sexo, mais precisamente 70% do valor total indivíduos que trabalham nessa indústria na União Europeia eram imigrantes em 2010 (ADAIR; NEZHIVENKO, 2017).

Cabe destacar a presença de uma linha tênue entre a prostituição e a exploração sexual, uma vez que o trabalho sexual nem sempre esteve regulamentado perante a lei, em Portugal a prostituição não é considerada uma atividade ou profissão regulamentada, não existem leis laborais ou tributárias relativas à prostituição (OLIVEIRA, 2018), facilitando sua associação com o tráfico de pessoas e a escravidão contemporânea, principalmente no quesito da indústria capitalista atual. No contexto regional, a União Europeia configura-se como um dos mercados mais intensos no consumo e exploração de corpos e sexualidades, seja através da prostituição regulamentada ou do tráfico de pessoas. (D’AVILA, 2019).

A BBC News Brasil realizou uma reportagem com brasileiros que vivem ou já viveram em Portugal e um dos relatos, retirado do Instagram da organização “brasileiras não se calam” no Instagram, apresenta um exemplo da discriminação enfrentado no mercado de trabalho: “Uma vez fui fazer um treinamento para trabalhar em uma empresa de energia e o supervisor (que era português), dentro do elevador me disse assim: 'o legal é que não precisamos ir lá para escravizar. Vocês que já vêm por conta própria para essa função’” (BARRUCHO, 2022), o ambiente de trabalho se torna perigoso por conta da posição hierárquica de poder entre chefe e empregado, tornando mais fácil os abusos psicológicos e físicos dos chefes portugueses sobre as empregadas brasileiras. Outro caso, trazido pela BBC News, está relacionado com a recusa de contratação apenas pela nacionalidade brasileira: “Comentei com uma professora que gostaria de me candidatar a uma vaga para lecionar na universidade. Ela riu da minha cara e disse: 'Claro que não, brasileiro vir aqui dar aula?’” (BARRUCHO, 2022). No entanto não apenas na esfera do mercado de trabalho podemos exemplificar situações de discriminação com a imigrantes brasileira no presente ano o chefe de Missão da Organização Internacional para as Migrações (OIM) em Portugal, Vasco Malta, declarou sobre o preconceito remanescente: “faz com que essas mulheres tenham dificuldade em encontrarem uma habitação condigna” (ROCHA, 2024), sendo que, segundo reportagem da Deutsche Welle (2024) publicada pelo site G1, estrangeiros são 10% da população de rua do país europeu em 2024, com brasileiros representando a maioria. Já reportagem do jornal G1 destaca a existência de um acampamento na praia de Carcavelos, uma das regiões mais valorizadas da Grande Lisboa, onde a marceneira Andreia Machado da Costa vive: “Aqui nessa tenda começou essa estratégia. Eu tinha duas dessas. Em uma eu dormia, e a outra eu usava para guardar minhas roupas”, outra imigrante brasileira entrevistada, Andreia da Costa, salienta: ‘Eu cheguei aqui pagando 200 euros no quarto. Depois subiu para 300, e ia chegar a 400. Falei não... é 50% do meu ordenado’. (DW, 2024)

Verifica-se que os fatores se conectam, questões de migração, gênero e raça se entrelaçam na construção da mulher brasileira como alguém externo a sociedade portuguesa, o Relatório sobre Migrações Mundiais de 2024 destaca o “estereótipo sexual”, que mulheres brasileiras enfrentam em Portugal, estigmatizadas como trabalhadoras de sexo, como fator que as coloca em riscos de sofrerem assédio sexual e violência de gênero, dificultando o acesso a trabalho digno e conseqüentemente a um salário justo que condiz com os custos de vida elevados. Ademais, o ambiente acadêmico foi citado em alguns depoimentos como um lugar onde a mulher brasileira enfrenta barreiras de gênero, como no da criadora da

Organização “Brasileiras não se calam”, a psicóloga Mariana Braz que conta: “Não esperava encontrar tanto preconceito no ambiente acadêmico. Certa vez, um professor falou da bunda das brasileiras” para a BBC News (2022) e também afirma que um dos casos trazidos na organização de grande impacto foi relatado por uma adolescente brasileira que foi vítima de assédio sexual no colégio em Portugal por parte de colegas e ao procurar a direção da escola para relatar o acontecido, acabou sendo culpabilizada por ser brasileira e por ir pra escola vestindo calça jeans. (BBC, 2022)

Nessa perspectiva, a professora Miriam Adelman busca enfatizar como as mídias portuguesas desenvolvem uma noção da mulher brasileira como uma espécie de personagem, o “outro”, que surge da interseccionalidade entre relações de gênero, classe e raça no mundo moderno promovido pelo colonialismo. (ADELMAN, 2005) As consequências do mundo moderno ter sido cunhado, entre Europa e as Américas, através da colonização está no desenvolvimento de uma estrutura de sistema-mundo capitalista, com complexas hierarquias globais, onde a raça e o gênero se tornam operadores centrais da divisão mundial. (GROSGOUEL, 2008) Logo, pode-se afirmar que nas relações entre norte e sul globais o gênero e a raça são marcadores importantes, a mulher na história da humanidade se encontra silenciada e suas atuações negligenciadas, mas para além disso, as narrativas da mulher negra são excluídas até em meios a organizações que lutam pelos direitos das mulheres e das imigrantes. Essa análise sobre como as narrativas coloniais de gênero foram reutilizadas no século XIX para moldar uma identidade nacional brasileira relacionada à raça é discutida, entre outros, por Lélia Gonzalez (1988) e Sueli Carneiro (2011) em seus estudos sobre raça, gênero e colonialidade no Brasil, que abordam como a formação de uma identidade brasileira baseada em uma suposta "harmonia racial" e em um ideal de "mestiçagem" foi construído a partir de estereótipos racializados, especialmente em relação às mulheres negras e indígenas. Para Carneiro (2011) a discriminação racial e o sexismo se combinam de forma perversa para manter as mulheres negras em uma posição de dupla subalternidade, esse sistema utiliza o racismo e o patriarcado como mecanismos de controle, que são reforçados por uma ideologia de democracia racial que naturaliza a exclusão. Assim a obra de Gilberto Freyre também contribuiu para essa ideia de uma identidade nacional "mestiça", sobretudo em Casa-Grande & Senzala (1933), onde ele argumenta sobre a miscigenação e a convivência entre europeus, indígenas e africanos no Brasil colonial, que contribuiu para o “mito da democracia racial”¹⁵.

¹⁵ termo surgiu no Brasil como uma ideia propagada especialmente a partir da década de 1930, com a obra Casa-Grande & Senzala de Gilberto Freyre, que consolidou o conceito de miscigenação harmoniosa como parte da identidade nacional brasileira

Sob uma perspectiva colonial, o colonialismo deixou legados duradouros que operam por meio de categorias como raça e gênero para organizar hierarquias sociais e econômicas, presentes principalmente nas interações entre a Europa - Portugal, neste caso - e as mulheres imigrantes do sul global, que são vistas e tratadas de acordo com estereótipos racializados e de gênero. Autoras como Gonzalez e Carneiro destacam que essas narrativas coloniais não apenas limitam as mulheres negras e racializadas a determinadas posições sociais, mas também mantêm uma estrutura que usa estereótipos para justificar e naturalizar a opressão. Atualmente, os estudos feministas passam a contribuir nesse meio a partir da crítica ao “discurso hegemônico sobre as mulheres e uma noção binária de ‘mulher ocidental’ versus ‘mulher do terceiro mundo’” (ROSSI, pg. 144, 2023). Através de relatos e dados sobre as vivências das mulheres brasileiras imigrantes, trazidos no capítulo, explora-se como o imaginário colonial ainda influencia as relações contemporâneas e coloca as mulheres brasileiras em uma posição subalternizada e sujeita a múltiplas formas de discriminação — seja no mercado de trabalho, na habitação ou nas relações sociais. Por conseguinte, o último capítulo do trabalho aborda detalhadamente matérias de jornal/revistas de Portugal e seu papel na perpetuação de estereótipos relacionados à mulher brasileira imigrante no país.

CAPÍTULO 3 – A mulher brasileira nas mídias portuguesas: a atuação do Jornal Expresso e do Diário de Notícias de Portugal na contemporaneidade

Nas esferas do nosso cotidiano acabamos produzindo discursos sobre múltiplos assuntos, construindo significados, criando um sistema de reprodução quando escolhemos enunciar e comunicar. Esses discursos são responsáveis por moldar como enxergamos o mundo à nossa volta, influenciam nossos posicionamentos ideológicos, como elaboramos as mensagens que desejamos transmitir e nossas falas na sociedade. Assim, nossa visão e pensamentos estão em constante mudança e transformação sobre a realidade que nos cerca, nós mesmos somos responsáveis por produzir e dar significado às coisas. Nesse contexto, os seres humanos também podem ser definidos por esses discursos, com relação ao seu espaço na sociedade e sua posição como cidadão, permitindo que, com base em seu contexto social, diferentes grupos sejam definidos. Desse modo, o terceiro e último capítulo da presente monografia busca apresentar as amostras de matérias de jornal que manifestam a discriminação e exprimem estereótipos sobre a mulher brasileira em determinados meios de comunicação em Portugal, salientando a análise da formação da opinião pública, o papel dos meios de comunicação na modelagem das percepções sociais e as limitações dos cidadãos em acessar e interpretar informações de maneira crítica e completa de Lippmann (1922).

Segundo Costa (1991), o termo “representação social” foi mencionado pela primeira vez em 1961 e são considerados elementos simbólicos expressados por indivíduos baseados no contexto em que estão inseridos. Sendo assim, no presente capítulo realizaremos uma leitura ideológica sobre o discurso midiático, que no caso do tema da monografia está relacionado com um grupo específico de imigrantes brasileiras do sexo feminino. Orientado pela obra *Opinião Pública* de Lippmann em conjunto com a base teórica acerca da colonialidade, gênero, estereótipos e migração, buscaremos analisar em primeiro lugar publicações jornalísticas sobre a mulher brasileira em Portugal, permeando outros tipos de mídias, como revistas, telenovelas e propagandas. Se faz importante destacar que as peças jornalísticas selecionadas buscam abranger também o contraste entre a denúncia sobre as discriminações e estereótipos relacionados a imigrante brasileira em Portugal e a própria permanência de discursos preconceituosos.

3.1 O papel da imprensa portuguesa na modelagem das percepções sociais

Nossas reflexões não visam aprofundar sobre as estruturas dos meios de comunicação que aqui abordaremos, mas cabe nessa primeira parte do capítulo relatarmos brevemente dados atuais sobre o jornalismo em Portugal, destacando a atuação dos jornais que escolhemos para analisar matérias específicas sobre as imigrantes brasileiras. Salientando que se tratam de matérias de jornais ocidentais em contexto democrático, que possuem como principal objetivo a veiculação de informações para a sociedade de atuação. Segundo Sousa, nesse cenário a imprensa ocidental deve ser independente dos poderes e do Estado, sendo somente limitada pelas legislações e ética, porém muitas vezes acabam por promover um suposto "imperialismo cultural"¹⁶.

Com base na pesquisa dos “media” do Instituto da Comunicação Social de Portugal (2000), o primeiro jornal português a ser lançado foi o *Gazeta* em 1641 para divulgar informações sobre a corte do país e o jornalismo no país permaneceu com esse objetivo até o século XIX (ROSSI, 2011). Uma mudança relevante nas publicações ocorreu a partir da Revolução Liberal de 1820¹⁷, momento em que a censura imposta pelo Estado português e pela Inquisição da Igreja Católica foi substituída pela primeira Lei de Imprensa, que garantia a liberdade de expressão. A partir dessa revolução, surgiu em 1835, o jornal *Açoriano*

¹⁶ Refere-se à ideia de dominação cultural e influência exercida por países ou grupos poderosos sobre outras culturas, especialmente no contexto das relações internacionais e da mídia

¹⁷ movimento político que marcou o início do liberalismo no país, pondo fim a séculos de absolutismo monárquico

Oriental, considerado o primeiro veículo de comunicação de Portugal. Posteriormente outros periódicos foram lançados trazendo diversidade para o jornalismo português, o Diário de Notícias, inclusive, foi responsável por implementar anúncios nas páginas e baratear o valor das vendas, mas também outros nomes como O Comércio do Porto, O Primeiro de Janeiro e Jornal de Notícias permanecem até hoje. (ROSSI, 2011)

No início do século XX, a queda da Monarquia em Portugal, não foi o suficiente para lançar um aperfeiçoamento do jornalismo impresso luso, uma vez que a Primeira República restringiu moderadamente a liberdade de expressão para os meios de comunicação no período de 1910 a 1926. A censura também se manteve e até se aprofundou durante a Ditadura Militar em Portugal, entre 1928 e 1933, se acentuando com a posterior ditadura de Salazar até abril de 1974. (ROSSI, 2011) Assim, com o golpe de Estado que deu fim à ditadura, os meios de comunicação em Portugal passaram por profundas reformas, os conflitos entre partidos políticos portugueses e diferentes posicionamentos sociais se refletiram nos meios de comunicação o que levou, segundo o Instituto da Comunicação Social de Portugal (2000, p.91), a Lei de Imprensa (1975) e a Constituição (1976). Contudo, apesar dessa conquista democrática, o novo governo português foi responsável por nacionalizar grandes jornais do país, como O Século, Diário Popular, A Capital e O Jornal do Comércio, poucos permaneceram na iniciativa privada como o República.

Após 6 anos do Golpe, nos anos de 1980, as imprensas nacionalizadas passaram a ser privatizadas em uma tentativa de tornar o jornalismo mais voltado para a população, acatando a opinião pública para as publicações. Foi nessa época que os jornais semanais se tornaram o principal meio de informação da população, como o Jornal Expresso, o Semanário e o Independente. (ROSSI, 2011). Um dos motivadores para essa intensificação na produção jornalística em Portugal foi a entrada do país na Comunidade Econômica Europeia (CEE), influenciado principalmente por um jornalismo econômico através de sessões especializadas nos periódicos. Durante a década de 1990, destacaram-se no cenário português novas revistas de notícias, como Visão e Focus, além de outras publicações impressas direcionadas a diferentes públicos e temáticas.

Conforme aponta Sousa (1999), embora ainda faltem estudos aprofundados sobre o tema, observa-se que os jornais impressos em Portugal, mesmo em um contexto de concorrência, seguem um modelo relativamente padronizado em relação aos temas e estilos abordados. Para o autor, essa competição não garante a diversidade de conteúdos e formatos

no jornalismo nacional. Além disso, Sousa (1999) argumenta que, embora o jornalismo português esteja alinhado ao modelo ocidental — o qual atribui aos jornalistas um papel cívico de vigilância do poder, atuando como policiais da sociedade —, ainda há espaço para um envolvimento emocional e opinativo na produção jornalística por parte dos profissionais portugueses.

Desde o século XVII até o século XXI, o jornalismo português passou por diversos momentos de evolução e restrições. Durante longos períodos, a atuação jornalística foi limitada por censuras, enquanto em outros momentos, como no século XIX e nas últimas décadas do século XX e início do século XXI, coincidentes com períodos mais democráticos, observou-se um desenvolvimento mais significativo. Recentemente, o perfil dos jornalistas em Portugal tem se diversificado, refletindo um maior grau de profissionalização. Nesse contexto, é possível afirmar que o jornalismo português consolidou sua atuação, especialmente ao atuar como mediador no cenário da comunicação pública. Entretanto, conforme aponta Sousa (1999), mesmo com a concorrência entre os veículos, existe um padrão temático e estilístico nos jornais, limitando a diversidade de abordagens.

A partir dessa compreensão histórica e da atuação dos meios de comunicação portugueses, nota-se que as formas como temas sociais são abordados têm impacto direto nas representações culturais e sociais. Em relação à teoria crítica, elaborada por Adorno, Horkheimer e Marcuse, o vínculo entre cultura e dominação social é central, configurando o que se entende como Indústria Cultural. O conceito demonstra que a cultura de massa tem um papel de sistematização e adaptação social, contribuindo para a reprodução de interesses dominantes. Horkheimer destaca a dinâmica dos meios de comunicação em democracias e regimes totalitários: “Nos países democráticos, a decisão final não cabe mais aos instruídos, mas à indústria da diversão [...]. Para os países totalitários, a decisão final cabe aos gerentes da propaganda direta e indireta” (Horkheimer, 2002, p. 289). Nesse contexto, Adorno e Horkheimer, em *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos*, argumentam que o sistema de mídia desempenha um papel estruturante na formação de indivíduos adaptados, moldados por percepções e interesses da indústria cultural. Outros autores, como John B. Thompson, em *A Mídia e a Modernidade: Uma Teoria Social da Mídia* (2008), aprofundam a compreensão sobre o papel contemporâneo dos meios de comunicação, evidenciando seu impacto sobre a transformação das relações sociais e políticas, e como o “poder simbólico” da mídia molda a percepção pública e as identidades sociais.

No caso específico da representação da mulher brasileira nos meios de comunicação portugueses, há um reforço de estereótipos que a vinculam a características como sensualidade e servidão, invisibilizando complexidades identitárias. Tal fenômeno ilustra o papel dos meios de comunicação na perpetuação de estereótipos, contribuindo para a manutenção de hierarquias sociais e relações de poder. Como ressaltou Walter Lippmann (1922, p. 41), os estereótipos são “imagens internas, feitas de ‘preconceitos e prejuízos que interpretam, preenchem e dirigem poderosamente o transcurso de nossa atenção e de nossa visão’ colocam-se entre os indivíduos e o mundo externo”. Assim, a análise prossegue com a discussão sobre como o caso específico das Mães de Bragança contribuiu para a perpetuação de estereótipos sobre as mulheres brasileiras no imaginário português.

3.2 O caso do jornal O Público

Nascido de um projeto idealizado no ano de 1988 por um grupo de jornalistas vinculados ao Jornal Expresso, o jornal O Público surgiu de uma ideia de Vicente Jorge Silva, que ao não conseguir concretizar seu projeto no Expresso, realizou parceria com o empresário Belmiro de Azevedo, presidente do grupo Sonae para lançar um novo periódico. No princípio eram zeros. (PACHECO, 2018) Assim nasceu um jornal com propósito de inovar o jornalismo em Portugal, lançando o formato tabloide e a impressão em cores, nas campanhas publicitárias utilizavam o lema: "Mais perto do público, mais perto do acontecimento." (PACHECO, 2018) Segundo o WordPress (2003), o jornal O Público se tornou um veículo de informação de referência nacional em Portugal através de seu plano editorial inovador, que objetivava oferecer informação moderna e de qualidade, rompendo regras previamente estabelecidas por outros periódicos, como a divulgação de duas edições simultâneas. Com a finalidade de exemplificar como algumas matérias jornalísticas portuguesas contribuíram para a disseminação de um imaginário estereotipado da mulher brasileira, analisaremos em sequência três matérias do jornal O Público, sendo elas: Matéria 1 - "Mães de Bragança" acusam brasileiras de provocar "onda de loucura" na cidade; Matéria 2 - As dores de crescimento de um biquíni; Matéria 3 - "Brasileiras são prostitutas, brasileiros são ladrões".

3.2.1 Matéria 1 - "Mães de Bragança" acusam brasileiras de provocar "onda de loucura" na cidade

Em maio de 2003, um grupo de mulheres portuguesas moradoras da cidade de Bragança no norte do país se agregaram em prol de um protesto contra o que alegaram ser

uma onda de prostituição e loucura causadas pelas imigrantes brasileiras que haviam chegado na cidade. O grupo que ficou conhecido como “mães de Bragança” foi responsável por organizar um abaixo-assinado solicitando ajuda das autoridades competentes para combater, em palavras do próprio texto que sustenta o abaixo-assinado, o “flagelo da prostituição que assola a cidade”. Para o jornal português, O Público, as quatro autoras do documento, entregue ao governador civil, às polícias e à Câmara de Bragança, argumentam que essas imigrantes brasileiras, vinculadas a prostituição, foram responsáveis por desfazer seus lares. (FIDALGO, 2003) Na matéria intitulada “‘Mães de Bragança’ acusam brasileiras de provocar ‘onda de loucura’ na cidade” - Anexo A - a autora relata detalhes do movimento organizado por mulheres portuguesas na cidade de Bragança, trazendo inclusive trechos da carta adicional ao abaixo-assinado entregue às autoridades.

Apesar de a autora da matéria (FIDALGO, 2003) utilizar termos como “Para estas ‘mães’”, “afirmam” e “As autoras da carta afirmam-se” para salientar que as opiniões emitidas nas falas pertencem as autoras do abaixo-assinado e não a quem redige o texto, outras orações destacam certa absorção do estereótipo da mulher brasileira, como em “A população de Bragança habituou-se nos últimos tempos a conviver com o sotaque e a presença exótica de mulheres brasileiras” (FIDALGO, 2003). O uso da denominação “exótica” para se referir aos imigrantes brasileiras que vivem na cidade de Bragança ressalta a permanência daquele imaginário abordado no primeiro capítulo do trabalho, sobre as mulheres nativas das terras brasileiras e a primeira impressão que os colonizadores portugueses tiveram com relação as mulheres que viviam nos trópicos e apresentavam hábitos culturais alternativo aos europeus. Partindo dos estudos de María Lugones (2008), se torna nítido a visão hierarquizante e eurocêntrica que racializa corpos coloniais quando ocupamos espaços europeus, ou demais espaços de Norte-Global, nos tornamos “exóticas” e somos diferenciadas por meio de nosso sotaque, como se torna perceptível no trecho retirado da matéria.

Outra frase do texto que contribui para nossa análise, remete a ideia da “outra”, trabalhada no segundo capítulo, que enfatiza como as mídias portuguesas desenvolvem uma noção da mulher brasileira como uma espécie de personagem, originados da interseccionalidade entre relações de gênero, classe e raça no mundo moderno promovido pelo colonialismo. A frase “Alguns destes casos chegaram mesmo aos tribunais com queixas-crime contra os maridos e aquelas mulheres de nacionalidade brasileira” (FIDALGO, 2003), utiliza o adjunto “aquelas” para se referir às mulheres brasileiras, criando essa ideia de

afastamento e certo desprezo, que na interpretação própria pode estar vinculada a prostituição e o preconceito em torno da profissão de prostituta que possui raízes históricas, culturais e sociais perpetuando estigmas, marginalização e exclusão. Cabe destacar que a realidade dessas mulheres, que trabalham com a prostituição, apresenta condição de hipervulnerabilidade, através do aprofundamento de estereótipos, da invisibilidade social e desregularização do trabalho impulsionam a perpetuação de violências, estigmas e exploração dessas trabalhadoras. (D'AVILA, 2019)

Nos anos que se seguiram a criação do abaixo assinado das “Mães” a sua repercussão nas mídias foi intensa, cabe salientar que não somente em Portugal, mas por toda a Europa o acontecimento foi divulgado, um exemplo disso é a matéria de capa da revista Times Europa, “Europe’s new Red Light District: how the global sex trade turned a small town upside down”. Para João Carlos Correia (2014), o movimento conhecido como “Mães de Bragança” caracteriza-se como uma significativa representação dos atos de xenofobia e estereotipização de género nos meios de comunicação, sobretudo no que diz respeito à imagem da mulher brasileira em Portugal, uma vez que a divulgação do movimento se concentrava em termos relacionando a imigrante brasileira com o tema prostituição e utilizavam linguagem carregada de estereótipos de género. A nomeação “mães” traz um simbolismo significativo, uma vez que, aloca na maternidade a sexualidade feminina associada à vida doméstica, ao papel reprodutivo e a características sociais próprias de “mães” em oposição a imagem atribuídas a mulher brasileira que está relacionada a profissão de prostituta, como corruptora da ordem social. (ROSALDO, 1974) Essa dualidade remete ao período colonial, quando no imaginário português a mulher europeia, branca e pura fazia contraste com as mulheres negras escravizadas que eram relacionadas a sensualidade e rebeldia, atributos que eram usados pelos colonizadores portugueses para “justificar” a violência e exploração.

A partir da matéria selecionada e do trabalho elaborado por Freitas (2009), constata-se que as profissionais do sexo brasileiras também enfrentam situações de discriminação, e não desejam ser vistas como "disponíveis", mas sim como profissionais que têm seus direitos e regras. (apud GOMES, 2013) Assim, o problema não está em perceber que todas as brasileiras carregam o estigma de prostitutas em Portugal, mas na própria existência desse estigma, que, associado à colonialidade, ao sexismo e ao racismo, cria papéis e imaginários para as mulheres. Nesse contexto, as brasileiras são vistas como "pecadoras, Evas, prostitutas, disponíveis, inferiores e hipersexualizadas". O cerne da questão está, portanto, no estigma do "corpo colonial", um corpo disponível, que afeta todas as brasileiras.

3.2.2 Matéria 2 - “As dores de crescimento de um biquíni”

O Jornal português Público possui grande influência e alcance, lançado no ano de 1990 foi um dos meios de comunicação que realizou uma cobertura midiática sobre o caso das Mães de Bragança, mas também diversos outros textos carregados de estereótipos. (ROSSI, 2011) Um desses casos é a reportagem “As dores de crescimento de um biquíni” (anexo B) - por Joana Amaral Cardoso, publicado no ano de 2012, que tinha o intuito de apresentar dados sobre a relevância de marcas brasileiras na moda praia no contexto do Fashion Rio, contudo acaba apresentando diversos tipos de estereótipos relacionados à mulher brasileira. Já de início a imagem (imagem 2) que acompanha a reportagem traz apenas a parte da cintura do corpo de uma mulher, utilizando uma peça de biquíni, fazendo referência a uma mulher brasileira vestindo roupas de praia, o que está vinculado ao tema de reportagem, contudo não explica a escolha da foto focado em uma parte específica do corpo feminino.



Figura 2 Foto: ANTONIO SCORZA/AFP

Ademais, já na primeira frase da matéria a autora salienta: “O Brasil é o mais sexy dos países do BRIC” (CARDOSO, 2012), uma clara alusão aos corpos das mulheres Brasileiras e não ao País em si, uma vez que o adjetivo usado “sexy” não é utilizado comumente para descrever um país, mas sim indivíduos. Nesse quesito, Rita Segato (2016) destaca em sua obra "*La guerra contra las mujeres*" que a violência contra as mulheres se caracteriza como uma pedagogia da crueldade que na sociedade demonstrar o lugar subalterno dos corpos femininos, e uma estrutura de dominação que se expressa por meio da instrumentalização e objetificação sexual das mulheres. Segato, foi responsável por popularizar o termo “violência de gênero” que nos ajuda a compreender essa estrutura em que os corpos femininos são instrumentalizados e simbolicamente apropriados para reforçar a hegemonia masculina, essa objetificação fica evidente com a imagem e a primeira frase escolhidas para a matéria do jornal.

No desenvolvimento do texto, ao citar o estilo de vida brasileiro a autora descreve: “Além das mulheres esculturais e dos sonhos de uma vida de Verão” (CARDOSO, 2012), mais uma vez chamando atenção para os corpos femininos brasileiros com conotação sutilmente sexual. Cabe destacar aqui que para Lélia Gonzalez (1984) a mulher negra, desde os tempos coloniais, foi reduzida a um corpo disponível, marcado pela sexualidade excessiva que a cultura dominante lhe atribuiu. Tal construção simbólica serviu para justificar múltiplas formas de exploração e desumanização, tornando-se um dos pilares do racismo à brasileira. Portanto, algumas frases específicas retiradas da matéria 2 atestam que essa visão de parte da comunidade portuguesa ainda carrega estereótipos vinculados a uma sociedade colonial e escravocrata, que propositalmente ou não mantém as imigrantes brasileiras em uma posição de subalternidade, principalmente no caso de mulheres racializadas.

Em suma, o texto ao tratar do evento *Fashion Rio* e destacar o sucesso das marcas de roupa de banho brasileiras, não teria a necessidade de fazer referência aos corpos das mulheres brasileiras, contudo como já vimos anteriormente não é a primeira nem única vez que propagandas destacam essa característica do país para vender uma imagem. Apesar do intuito, ocasionalmente, ter intenções positivas, a contínua imagem vinculada às brasileiras, contribui para a objetificação de seus corpos e para o aprofundamento de estereótipos sobre suas características, como se vestem, falam e com o que trabalham. Como colocado por Lélia Gonzalez no Coletivo de Mulheres Negras: “numa sociedade onde o racismo e o sexismo, enquanto fortes sustentáculos da ideologia de dominação, fazem dos negros e das mulheres cidadãos de segunda classe, não é difícil visualizar a terrível carga de discriminação a que está sujeita a mulher negra.” (NZINGA – Coletivo de Mulheres Negras - apud GONZALEZ, 2020, p.111), em uma sociedade onde a mulher vinda do Brasil já sofre com a sexualização que dificulta o ser aceita socialmente, a mulher racializada ainda enfrenta a barreira do racismo, uma vez que os meios de comunicação também transmite através de sistemas ideológicos tradicionais, a crença de que os valores da cultura ocidental branca são superiores e universais (GONZALEZ, 2020)

3.2.3 Matéria 3 - “Brasileiras são prostitutas, brasileiros são ladrões”

Para finalizar a análise de determinadas matérias do jornal O Público de Portugal que apresentam certos estereótipos com relação a mulher brasileira, a reportagem “Brasileiras são prostitutas, brasileiros são ladrões” (anexo C) de 2003 escrita por Ricardo Dias Felner, nos ajuda a verificar um processo de generalização da imigrante vinda do Brasil. A

reportagem foi publicada pouco tempo depois do caso citado anteriormente das Mães de Bragança e sinaliza como a comunidade de brasileiras que migraram pra Portugal na época eram generalizadas como trabalhadoras do mercado do sexo, principalmente por conta do caso em Bragança. O texto contém entrevistas com mulheres, que em suma relatam serem abordadas por portugueses acerca de propostas sexuais, ou que suas atitudes são interpretadas de forma equivocada. Um aspecto que merece destaque, diz respeito ao termo "prostituta", usado de forma pejorativa e estigmatizada para descrever mulheres em contextos relacionados à prostituição, com foco na sexualização e objetificação de seus corpos. Em certos contextos, o uso desse termo é associado a uma ideia de subordinação e desvalorização das mulheres, refletindo a construção histórica de estereótipos que as colocam em uma posição de marginalização.

Na matéria 3, algumas declarações expressam o descontentamento de imigrantes brasileiras que não trabalham com o mercado do sexo e culpam as brasileiras que efetivamente exercem a profissões relacionadas a prostituição e, como salientado acima, usam o termo de forma depreciativa, como em: “E aponta o dedo, sem concessões nacionalistas, às mulheres brasileiras ‘que fazem programa’. ‘A culpa é delas’” (FELNER, 2003). O repórter responsável pelas entrevistas com imigrantes brasileiras para questionar a relação delas com o mercado do sexo, descreve uma das entrevistadas como “uma jovem bonita, usando um decote pronunciado” (FELNER, 2003), evidenciando certo julgamento com relação as roupas utilizadas pela brasileira. Para Lugones (2007), a figura da "mulher colonizada" é frequentemente associada à prostituição e à sexualização, especialmente no contexto de mulheres indígenas e negras, a sexualidade feminina é um campo de luta onde as relações de poder se refletem e se perpetuam por meio de estereótipos e práticas opressivas. A observação sobre a roupa que a entrevistada estava usando destaca suas características sexuais pode ser analisada no contexto de como as mulheres imigrantes, especialmente as brasileiras, são vistas como “outras” em sociedades estrangeiras. Nesse caso, a roupa pode reforçar um estereótipo de subordinação de gênero e raça, em que o corpo da mulher é constantemente vigiado e usado como um meio para reforçar dinâmicas de poder entre diferentes culturas (Gonzalez, 1988; SEGATO, 2015).

Sendo assim, o texto discutido salienta como figura da mulher brasileira é frequentemente estigmatizada na mídia e na sociedade como sexualizada e objetificada, em grande parte devido à construção histórica de seu corpo como um “objeto de desejo” na cultura ocidental. Essa visão reflete um padrão colonial de exotificação que se estende a

mulheres brasileiras, especialmente as de classes sociais mais baixas ou de origens raciais marginalizadas (GONZALEZ, 1988). O decote, como um símbolo de feminilidade associada ao prazer e à sensualidade, pode ser um estigma que reforça a ideia de que a mulher brasileira é predominantemente associada à prostituição ou à disponibilidade sexual. Na seguinte seção do capítulo exemplos no Jornal Expresso ajudarão a complementar essa pesquisa sobre os estereótipos disseminados em veículos de comunicação em Portugal.

3.3 O caso do Jornal Expresso

No contexto da atuação das mídias portuguesas na construção de um imaginário estereotipado das imigrantes brasileiras, o jornal Expresso teve um papel intenso na cobertura do caso das Mães de Bragança, trazendo questionamentos sobre o fluxo migratório das mulheres brasileiras para o centro das discussões. Contudo, o jornal não passou a abordar o tema da mulher brasileira vivendo em Portugal após o episódio ocorrido em Bragança, o Expresso começou a circular em 1973 e a partir de 1999 já abordava assuntos que envolviam situações clandestinas, casos de violência e transgressões sobre as imigrantes vinda do Brasil. (PONTES, 2004) Inclusive, o jornal Expresso pode ser considerado um veículo de comunicação pioneiro na apresentação de assuntos políticos e diplomáticos entre Portugal e Brasil, que somente se intensificam com o aumento do fluxo migratório e o caso das Mães de Bragança. Levando o exposto em consideração, realizaremos a análise de duas matérias publicadas pelo Expresso no ano de 2008, ano em que a feminização das migrações começava a se aprofundar, e que possuem a mulher brasileira como tema. (SOUSA, 2020) De modo geral, será verificado o discurso utilizado pelo veículo para tratar desses assuntos que em geral associam a mulher brasileira imigrante com a clandestinidade em Portugal das seguintes: Matéria 4 - Coimbra: Mulheres exploradas sexualmente em Portugal são maioritariamente brasileiras e de Leste; Matéria 5 - Universidades: Senhorios recusam arrendar quartos a brasileiros e africanos;

3.3.1 Matéria 4 - Coimbra: Mulheres exploradas sexualmente em Portugal são maioritariamente brasileiras e de Leste

A reportagem de 8 de fevereiro de 2008, divulgada de forma física e online pelo jornal Expresso e produzida pela Agência de Notícias de Portugal¹⁸, “Coimbra: Mulheres exploradas sexualmente em Portugal são maioritariamente brasileiras e de Leste” (anexo D)

¹⁸ principal agência de notícias de Portugal, responsável pela coleta e distribuição de notícias nacionais e internacionais para veículos de comunicação portugueses e internacionais

utiliza a própria LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A. como autora. A matéria apresenta dados do estudo “Tráfico de Mulheres em Portugal para exploração sexual” de Madalena Duarte, investigadora do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e destaca os resultados que o estudo obteve sobre quem são as mulheres mais exploradas sexualmente em Portugal, além das causas dessa exploração e qual foi a resposta do Estado português diante dessa realidade. Salientando que a pesquisa de Madalena foi aplicada em Distritos de Lisboa, Porto e Guarda, majoritariamente na localidade de bares de *alterne*¹⁹ e ainda contou com entrevistas a órgãos de polícia criminal, magistrados e organizações não-governamentais.

Com o intuito de contextualizar, alguns dos resultados apresentados pela reportagem foram que existia certa “dificuldade das políticas de combate a este crime, a começar desde logo pelo recrutamento que, muitas vezes, passa por familiares, amigos e colegas de trabalho, que se aproveitam de “situações de vulnerabilidade económica e social” (LUSA, 2008) e que “as mulheres vítimas de exploração sexual em Portugal são principalmente brasileiras, seguidas das de leste, sobretudo romenas, e das africanas, em particular das nigerianas”. (LUSA, 2008). Com base nessas frases retiradas da matéria, a menção específica de mulheres “de Leste” e “brasileiras” cria uma separação étnica que reforça o olhar colonial sobre essas mulheres, como sendo estrangeiras e racializadas, sujeitas a uma forma particular de objetificação e exploração sexual. Como Lugones nos aponta, a colonialidade do gênero desumaniza mulheres racializadas, construindo uma hierarquia onde mulheres como as brasileiras são vistas através de lentes que as reduzem ao seu potencial de exploração sexual e de objetificação, em vez de indivíduos plenos com agência própria. Isso faz parte de um legado colonial que sexualiza corpos racializados para manter formas de controle e subordinação nos “quatro âmbitos básicos da vida humana: sexo, trabalho, autoridade coletiva e subjetividade/intersubjetividade, seus recursos e seus produtos” (QUIJANO, 2000)

Tendo por base a construção discursiva sobre o comportamento de imigrantes brasileiras em Portugal que já circulavam, lembrando que a matéria foi publicada aproximadamente 5 anos após o episódio das Mães de Bragança, a reportagem apresenta uma narrativa em que é possível interpretar certa homogeneização com relação as imigrantes brasileiras em Portugal e o tema prostituição. Essa colocação se torna perceptível nos trechos: “Mas a grande maioria, sobretudo as brasileiras, sabia que vinham para a prostituição”

¹⁹ Como são chamados estabelecimentos onde clientes, em sua maioria homens, interagem com funcionárias, geralmente mulheres, que recebem para socializar e manter a companhia dos frequentadores em Portugal

(LUSA, 2008), disseminando o estereótipo recorrente que associa mulheres brasileiras ao trabalho sexual, o que é reforçado por matérias que relacionam sua presença em um país à exploração sexual. Em adição, ao destacar majoritariamente a exploração sexual das mulheres brasileiras, há uma tendência de obscurecer outras dimensões das mulheres representadas, como suas histórias, suas agências e outras formas de trabalho ou presença social, essa construção não é meramente simbólica, mas mantém padrões de dominação social que condicionam o espaço de mulheres racializadas na sociedade. (SEGATO, 2016) Isso as coloca em uma posição que reduz sua complexidade a um único papel de vítima de exploração, estes estereótipos são problemáticos porque desumanizam as mulheres migrantes brasileiras e limitam o reconhecimento de suas identidades plurais, contribuindo para narrativas que reforçam preconceitos e dificultam o combate às estruturas de discriminação e exploração.

Dessa forma, a matéria exemplifica como a mídia pode reforçar e naturalizar padrões coloniais que continuam a posicionar mulheres racializadas em papéis subalternos e sexualizados, refletindo uma continuidade do colonialismo no presente. Esse processo de estigmatização e hipersexualização impede uma compreensão complexa e plural dessas mulheres, confinando-as a rótulos preconceituosos e reforçando estruturas de desigualdade. Se faz notável o impacto do episódio em Bragança na construção desse imaginário e também nas descrições das imigrantes brasileiras que passaram a se compartilhar em veículos de comunicação. Como Lippmann (1922) argumenta, os estereótipos funcionam como uma "imagem mental" simplificada, construída pela mídia e internalizada pela sociedade, orientando a maneira como as pessoas enxergam grupos sociais específicos.

3.3.2 Matéria 5 - Universidades: Senhorios recusam arrendar quartos a brasileiros e africanos;

A segunda reportagem, “Universidades: Senhorios recusam arrendar quartos a brasileiros e africanos”, (anexo E) também foi publicada no ano de 2008 e conta com a LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A. como autor, publicada apenas no formato online do jornal Expresso e traz relatos de estudantes brasileiros e africanos vivendo em Portugal, mas que enfrentam problemas em alugar uma moradia. O recorte da matéria se concentra no caso de uma estudante brasileira e também em declarações de instituições relacionadas a imigrantes ou instituições universitárias que apresentam situações também sofridas por imigrantes vindos de países africanos. Na época em que a publicação foi

efetivada, a imigração de mulheres brasileiras para Portugal estava sofrendo um crescimento expressivo, mas a receptividade oferecida muitas vezes é negativa com base em estereótipos criados anteriormente, como o próprio autor da reportagem afirma “As raparigas são associadas à prostituição e os rapazes à criminalidade” (LUSA, 2008). Os estereótipos percebidos nessa matéria envolvem associações negativas e generalizações de caráter cultural e racial. Essas ideias preconcebidas podem se relacionar, por exemplo, à percepção dos imigrantes brasileiros como barulhentos, desordeiros ou excessivamente sexuais, e dos africanos como desonestos ou problemáticos. Tais visões reforçam a segregação social e criam barreiras para o acesso a recursos e oportunidades fundamentais, como moradia.

Frantz Fanon (2008), em sua obra sobre o racismo e os efeitos psicológicos da colonização, destaca como a exclusão racial é usada para reafirmar a diferença e o domínio sobre os corpos negros e racializados. A exclusão na habitação universitária representa um exemplo de como o racismo opera no cotidiano para separar e limitar oportunidades para certos grupos, criando "zonas de exclusão". Para além das marcas que o movimento das Mães de Bragança acrescentou ao imaginário da mulher brasileira em Portugal, essa rejeição também foi agravada por fatores econômicos que também impulsionou uma disputa entre os portugueses e os imigrantes, levando em consideração que a própria matéria destaca a expressividade do número de imigrantes brasileiros no país. (ROSSI, 2011)

Na narrativa apresentada no texto, enunciações expressam uma valorização da cultura portuguesa em depreciação as outras, principalmente no quesito dos sotaques percebidos pelos proprietários dos imóveis, conforme relatos “quando o sotaque é português aqueles quartos estão livres.” (LUSA, 2008) Além disso, com base nessa publicação, se torna evidente que no imaginário de parte da população portuguesa permanece a ideia de que as mulheres brasileiras possuem comportamento diferente em relação à mulher portuguesa, a dicotomia já discutida anteriormente da mulher recatada em oposição a mulher sensual. Nesse sentido, a matéria até reconhece essa associação como forma de preconceito por parte dos portugueses como no trecho: “[...] ‘E sobre as brasileiras existe um grande preconceito de que possam ser prostitutas e não estudantes’, criticou Luis Ricardo Ferreira, presidente da Associação Acadêmica de Aveiro” (LUSA, 2008). Contudo, apesar desse reconhecimento sobre a aplicação de estereótipos a este grupo de mulheres na reportagem existe uma centralização do tema, sem buscar problematizar as causas ou como combater essa discriminação, apenas comunicar a situação que aconteceu com Maria (nome fictício).

A matéria denuncia certo padrão em descredibilizar as mulheres brasileiras, como no caso que se apresenta a desconfiança que os proprietários têm com relação ao motivo que levou as imigrantes brasileiras a Portugal, a ideia de que elas possam ser apenas estudantes gera dúvidas a ponto de alguns solicitar comprovação de vínculo com universidade. Alguns enunciados confirmam a produção desse sentido: “Depois de cinco telefonemas, [...] surge finalmente alguém disposto a recebê-la [Maria, nome fictício, estudante brasileira]. Mas com uma condição: ‘Tem que trazer comprovativo da faculdade em como está a estudar’ [...]” (LUSA, 2008).

A mensagem geral do autor busca destacar que a comunidade portuguesa tende a discriminar imigrantes de diferentes localidades, como eles citam casos de estudantes vindos de países africanos e como são tidos como barulhentos, mas no caso do Brasil o preconceito é majoritariamente associado às mulheres. A noção de "colonialidade do poder" (QUIJANO, 2000), que destaca como as relações de dominação modernas são vestígios de estruturas coloniais, onde raça e cultura definem hierarquias sociais e econômicas. Os estereótipos ligados a brasileiros e africanos como inquilinos "indesejáveis" mostram uma continuidade dessas hierarquias coloniais, que reforçam as dinâmicas de exclusão com base em construções racializadas, no caso das mulheres brasileiras, a constante relação com a sexualização. No próximo tópico, matérias mais atuais do Diário de Notícias de Portugal contribuem para verificar como os estereótipos se apresentam em determinadas mídias portuguesas nos dias atuais.

3.4 Casos atuais do Diário de Notícias de Portugal

Após analisar reportagens que aludem a época em que acontecia um crescimento expressivo na migração de mulheres brasileiras para Portugal, agora o presente tópico busca declarações mais atuais sobre como as imigrantes são mencionadas nas mídias portuguesas. Nesse sentido, analisaremos duas matérias do Diário de Notícias de Portugal, um jornal fundado pelo jornalista Eduardo Coelho e pelo seu sócio Tomás Quintino, em 29 de dezembro de 1864 durante a monarquia portuguesa, permanecendo até atualmente (DN, 2024). Contudo a ideologia apresentada em suas redações sofreu profundas mudanças no decorrer dos anos, durante a ditadura portuguesa, por exemplo, a Empresa do Diário de Notícias foi convertida na Empresa Nacional de Publicidade - ENP, passou a ser dirigida por José Saramago em 1975 e em 1991 o jornal foi adquirido pela Lusomundo, empresa vocacionada para a distribuição cinematográfica e liderada pelo coronel Luís Silva, que

também comprou o Jornal de Notícias. (DN, 2024) Nas últimas atualizações sobre a aquisição do Jornal Diário de Notícias de Portugal, o World Opportunity Fund (WOF) teria obtido a maior parte das ações, anunciando redução da equipe, o que levou a situação no início de 2024 de greve por falta de salário. Após breve resumo sobre a história do periódico, selecionamos uma matéria mais atuais para análise da visão da mulher brasileira na mídia portuguesa através do Diário de Notícias: Matéria 6 - Mercado de trabalho: estereótipo sexual ainda atrapalha brasileiras, aponta especialista.

3.4.1 Matéria 6 - Mercado de trabalho: estereótipo sexual ainda atrapalha brasileiras, aponta especialista

A publicação de setembro de 2024, “Mercado de trabalho: estereótipo sexual ainda atrapalha brasileiras, aponta especialista” por Caroline Ribeiro, foi compartilhada no veículo online do Diário de Notícias de Portugal e apesar de ter sido redigido por uma brasileira, conta com enunciados de cidadãos portugueses sobre a situação do mercado de trabalho para imigrantes brasileiras. No início da matéria a autora traz um depoimento da brasileira Camila Souza “Na minha experiência enquanto imigrante brasileira em Portugal, que tem um recorte específico, percebi que tinha o agravante desse estereótipo da mulher brasileira, que ainda é o sexual” (DN, 2024) salientando as barreiras acarretadas pelos estereótipos já comentados que são vinculados a profissionais do sexo. Posteriormente a entrevistada se volta para a presidente da direção da Associação Diáspora, Elisangela Rocha, que como líder de uma organização que busca apoiar os imigrantes no país, destaca os desafios enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho, como no exemplo que a própria compartilha com a entrevistadora: “Na semana passada atendi uma brasileira que era educadora no Brasil, especialista em educação especial, e que não tem conseguido nem trabalho de limpeza aqui” (DN, 2024).

Contudo, o que chama atenção no discurso da publicação é certa camuflagem dos estereótipos abordados pela Camila Souza, também os reais motivos dessa segregação no mercado de trabalho não são mencionados, a questão de raça, tão relevante quando falamos desse tema de acesso ao mercado de trabalho por imigrantes, foi esquecido. Um exemplo disso se encontra no trecho: “um dos agravantes é a burocracia. ‘Tem toda a dificuldade de reconhecimento das habilitações. É um processo caro, demorado, burocrático e não é garantido.’” (DN, 2024) e “Uma das atividades da Diáspora tem sido realizar workshops e outros projetos focados em apoiar especificamente as mulheres migrantes na busca de

emprego” (DN, 2024). Em suma, o texto parece refletir como o imaginário social europeu associa mulheres brasileiras à sensualidade e a profissões relacionadas com o entretenimento sexual, dificultando sua aceitação em outras áreas profissionais. Em *O Patriarcado do Salário* (Federici, 2004), Silvia Federici aborda como a divisão sexual do trabalho foi uma ferramenta crucial na consolidação do patriarcado e do colonialismo. Ela argumenta que, historicamente, o trabalho feminino foi relegado a esferas desvalorizadas e subalternas, o que facilitou o controle social sobre as mulheres. O patriarcado do salário, como conceito, descreve o processo pelo qual as mulheres foram sistematicamente excluídas da esfera pública e econômica, sendo confinadas ao trabalho reprodutivo no lar ou a atividades que eram socialmente desvalorizadas, como trabalhos relacionados a prostituição.

A partir dessa perspectiva, a matéria sobre as brasileiras no mercado de trabalho, que associa as imigrantes a estereótipos sexuais, pode ser vista como uma continuação de um sistema de opressão que as coloca em posições subalternas. Assim como as mulheres historicamente foram confinadas ao trabalho não remunerado ou de baixo prestígio, as brasileiras são muitas vezes associadas ao trabalho sexualizado ou a papéis subalternos dentro da economia. O trabalho de Federici (2004) pode ser relacionado com os conceitos decoloniais discutidos por autores como Aníbal Quijano (2000), que argumenta que as hierarquias coloniais ainda se manifestam nas formas de trabalho e nas relações de gênero. A divisão sexual do trabalho, conforme abordada por Federici, reflete uma colonialidade que permanece viva em muitos contextos atuais, como as relações de trabalho das mulheres brasileiras em Portugal, onde são muitas vezes limitadas a ocupações que reforçam o estigma da subordinação e da exploração sexual.

O artigo também destaca que, embora as brasileiras sejam reconhecidas por sua força de trabalho em diversas áreas em Portugal atualmente, esse estigma sexualiza sua presença no mercado de trabalho, resultando em discriminação e marginalização. Em certos casos, as mulheres brasileiras enfrentam uma resistência maior para alcançar cargos de destaque ou mesmo serem tratadas com respeito no ambiente de trabalho. Esses estereótipos podem ser compreendidos dentro de uma perspectiva de colonialidade de gênero e raça, como já discutido por diversos teóricos decoloniais citados nesse trabalho, como Quijano (2001) que argumenta que as estruturas coloniais ainda operam na sociedade moderna, perpetuando a marginalização e exploração de mulheres racializadas. A sexualização das mulheres brasileiras em Portugal, como subproduto dessas estruturas, é uma forma de manutenção do poder patriarcal e colonial, onde os corpos das mulheres são objetos de controle e

subordinação. Em relação a autores como Rita Segato (1992), que discute a instrumentalização dos corpos femininos, é possível perceber que a sexualização das mulheres brasileiras está diretamente ligada a formas de controle social, sendo um reflexo das relações de poder estabelecidas em contextos históricos de dominação colonial. Esses estereótipos, portanto, não são apenas aspectos isolados ou infundados da cultura popular, mas uma manifestação do racismo e sexismo estruturais que ainda prevalecem nas sociedades contemporâneas, afetando a forma como as mulheres brasileiras são vistas e tratadas, seja em Portugal ou em outros contextos internacionais.

3.5 Conclusões parciais

Com base nas matérias de jornais portugueses selecionadas para análise no presente trabalho, um tópico em comum se concentra na própria perpetuação de estereótipos negativos sobre as mulheres brasileiras e a forma como essas representações alimentam a discriminação racial e de gênero. Os títulos, “Brasileiras são prostitutas, brasileiros são ladrões” e “Mulheres exploradas sexualmente em Portugal são majoritariamente brasileiras e de Leste” exprimem a associação das imigrantes brasileiras com o prazer sexual em Portugal, refletindo o estigma que objetifica as mulheres e reduz suas identidades. As matérias também refletem um discurso racializado em que as mulheres brasileiras são associadas a características negativas, como vulnerabilidade ou ligação com o crime, como também visto no estereótipo “Brasileiras são prostitutas, brasileiros são ladrões”. Esse tipo de categorização é um exemplo claro de como a raça e o gênero se interseccionam para formar um outro que é estigmatizado e marginalizado. Segundo Aníbal Quijano (2000), essa classificação e diferenciação racial, associada à sexualidade, é parte de uma matriz colonial de poder, que segue presente nas relações sociais atuais, fazendo com que indivíduos e grupos de origem não europeia continuem sendo tratados de forma desigual e subordinada: “A colonialidade do poder é um fenômeno estruturante da modernidade, com a racialização do mundo e a diferenciação social e cultural associada à sexualidade, ao corpo e à identidade.” (Quijano, 2000).

Ainda no contexto da imigração brasileira, o estereótipo da mulher brasileira como exótica e sexualizada ressurge, com traços que lembram a representação colonial das mulheres indígenas e negras como objetos de desejo ou submissão, como evidenciado na matéria “Mercado de trabalho: estereótipo sexual ainda atrapalha brasileiras”. Esse tipo de estigmatização sexual é uma forma de continuar a dominação sobre esses corpos racializados, como apontado por Rita Segato (1992), que descreve a instrumentalização do corpo feminino

como uma ferramenta de controle social, perpetuando uma hierarquia de poder entre as mulheres racializadas e os homens europeus. Esse estereótipo no mercado de trabalho não é só uma questão de visão cultural, mas também uma forma de controle e exclusão, em que o corpo da mulher brasileira é usado para definir seu valor social,

Fica evidente que a colonialidade não desaparece com a independência formal dos países, mas se mantém através de práticas sociais, culturais e simbólicas que continuam a subordinar e racializar grupos marginalizados, como as mulheres brasileiras. Esses estereótipos têm um impacto profundo na maneira como elas são tratadas, tanto na sociedade portuguesa quanto em outras partes do mundo, refletindo a herança colonial que ainda marca as relações sociais contemporâneas. Como exposto na Matéria 5, “Universidades: Senhorios recusam arrendar quartos a brasileiros e africanos”, a recusa de arrendamento, mencionada na matéria, muitas vezes reflete uma preocupação com a ‘moral’ ou a ‘conduta’ associada a um perfil racista e colonial. Este ato não apenas reflete uma discriminação em termos de acesso à moradia, mas também sugere que mulheres brasileiras são vistas através de lentes estereotipadas, principalmente pela associação a dúvidas sobre o comportamento moral, que remete diretamente a noções de sexualização. A imprensa, como também discute Walter Lippmann (1922), contribui para a construção dessas imagens e percepções sociais, quando estigmatiza grupos inteiros a partir de traços característicos ou preconceitos difundidos socialmente.

Já na matéria “As dores de crescimento de um biquíni”, a sexualização através da moda (no caso, trajes de banho), carrega um passado colonial que ainda marca a imagem pública da mulher brasileira no exterior. A sexualização da mulher brasileira, quando associada a roupas como o biquíni, não é apenas um fenômeno de consumo ou de mercado de moda, mas sim uma herança do colonialismo, que atribui aos corpos femininos uma função sexualizada e exotizada. Isso reflete o conceito de colonialidade do ser, que Mignolo (2003) sugere que o corpo da mulher racializada e exótica continua sendo um campo de batalha simbólica em que as imagens do passado colonial se atualizam. A instrumentalização do corpo feminino como um símbolo de prazer e consumo está intimamente ligada ao colonialismo de gênero, onde o corpo das mulheres negras e indígenas brasileiras continua a ser moldado e projetado por um olhar patriarcal e colonial.

Esses pontos comuns nas matérias citadas discutem um sistema de estigmatização que une raça, gênero e classe social, contribuindo para a manutenção de desigualdades no

contexto da imigração brasileira em Portugal. As narrativas midiáticas frequentemente reforçam as ideias de subordinação das mulheres brasileiras, essencializando sua identidade a partir de estereótipos que limitam suas possibilidades de representação e reconhecimento na sociedade. Portanto, as matérias sobre a sexualização das mulheres brasileiras em Portugal e a forma como elas são associadas ao estigma da prostituição podem ser analisadas à luz do racismo estrutural e da perpetuação da colonialidade do poder. Assim como no Brasil, as mulheres brasileiras são "afagadas" pela promessa de uma vida melhor, mas "apedrejadas" pela imposição de um estigma sexualizado que reforça sua subordinação e marginalização. (SILVA, 2020)

Por fim, pode-se inferir que os estereótipos coloniais sobre a mulher brasileira ainda estão presentes no imaginário português, refletindo-se frequentemente no material jornalístico português sobre imigrantes originárias do Brasil. Esses estereótipos são frequentemente reproduzidos e reforçados em diversos meios, incluindo nas reportagens selecionadas, em que as mulheres brasileiras são frequentemente associadas a características sexuais hipersexualizadas, à prostituição ou à exploração sexual, como evidenciado nas matérias jornalísticas mencionadas, como "Mercado de trabalho: estereótipo sexual ainda atrapalha brasileiras, aponta especialista" e "Brasileiras são prostitutas, brasileiros são ladrões".

Esses estereótipos estão enraizados em uma visão colonial que remonta ao período da escravidão, quando as mulheres negras e indígenas foram sexualizadas e objetificadas, sendo, muitas vezes, tratadas como propriedades ou corpos para exploração. O conceito de "colonialidade do ser" de Mignolo (1995) se aplica aqui, pois ele nos ajuda a entender como essas representações negativas ainda continuam a moldar a percepção das mulheres brasileiras no contexto contemporâneo, especialmente no campo da mídia e das relações sociais. A colonialidade do poder, abordada por Quijano (2000), também está presente, pois reflete o modo como as dinâmicas de poder continuam a desumanizar as mulheres racializadas, reproduzindo uma hierarquia que as coloca em posições subalternas, especialmente na sociedade portuguesa. Em suma, a perpetuação de estereótipos negativos sobre as mulheres brasileiras em Portugal, como visto nas reportagens, pode ser vista como uma continuação do legado colonial, em que os corpos femininos continuam a ser objetos de subordinação e controle, refletindo um ciclo de opressão histórica que não foi rompido.

Considerações finais

O objetivo da presente monografia se concentrou em compreender como a partir da herança colonial e das dinâmicas históricas e culturais entre Brasil e Portugal, os estereótipos coloniais sobre a mulher brasileira ainda fazem parte do imaginário português refletido por determinados materiais jornalístico que abordam imigrantes originárias do Brasil atualmente. Sendo os objetivos específicos determinados: i) entender como o passado da relação de colonização entre Portugal e Brasil contribuiu para o surgimento de estereótipos e preconceitos de gênero pautados na mulher brasileira e suas características; ii) analisar como os fluxos migratórios do Brasil para Portugal se feminilizar e quais as barreiras impostas pela permanência de estereótipos preconceituosos no país receptor; iii) apresentar as amostras que manifestam a discriminação e exprimem estereótipos sobre a mulher brasileira em jornais e revistas de Portugal com o intuito de comprovar a teoria, salientando a teoria social das mídias.

A análise dos estereótipos sobre a mulher brasileira em Portugal, à luz das teorias decoloniais e das relações históricas de colonização entre Brasil e Portugal, revela como a construção social de gênero, raça e sexualidade foi moldada ao longo do tempo, refletindo e perpetuando desigualdades estruturais que ainda impactam as mulheres brasileiras no país receptor. A conclusão da análise sobre os estereótipos de gênero, especialmente no contexto da mulher brasileira em Portugal, pode ser aprofundada a partir das contribuições da teoria da colonialidade, decolonial e de gênero. Ao discutir o racismo estrutural e a interseção entre raça e gênero, revela como as mulheres negras no Brasil, e por extensão as brasileiras, são historicamente sexualizadas e objetificadas (GONZALEZ, 1988), salientando que essa sexualização dos corpos femininos não é apenas um estigma cultural, mas uma estrutura de poder que reflete e reforça as desigualdades sociais (SEGATO, 2016).

O controle sobre o trabalho e os corpos das mulheres, inclusive no contexto das migrações, é uma das formas pelas quais o colonialismo continua a se manifestar, criando barreiras e desigualdades no mercado de trabalho, como as que as brasileiras enfrentam em Portugal. Nesse quesito, os estereótipos raciais e de gênero, como o de serem sexualizadas ou associadas à prostituição, refletem uma continuidade dessas relações desiguais, que se manifestam nas relações internacionais de poder, frequentemente ignoradas nos debates acadêmicos e políticos contemporâneos. Bhabha (1994) sugere que essa produção discursiva do "outro" é uma forma de manter controle e poder, reiterando o estereótipo em uma relação

que parece fixa, mas que é, de fato, marcada por uma instabilidade e ansiedade do grupo dominante em preservar seus limites identitários

Ademais, a colonialidade do poder, ajuda a entender como a relação histórica entre Brasil e Portugal ainda se reflete nas relações contemporâneas de subordinação das mulheres brasileiras, marcadas por estigmas que as associam a papéis subordinados e sexualizados. (QUIJANO, 2000). Em complemento a colonialidade do ser amplia essa ideia ao sugerir que, ao longo da história, as mulheres brasileiras foram construídas como “outras”, subalternizadas não apenas racialmente, mas também sexualmente, contribuindo para um imaginário coletivo que ainda persiste no ocidente. (MIGNOLO, 2000) Por fim, a formação de estereótipos na opinião pública, nos ajuda a compreender como a mídia contribui para reforçar essas imagens distorcidas das mulheres brasileiras, criando um imaginário coletivo que está longe da realidade das experiências dessas mulheres. (LIPPMANN, 2008) Como ele explica, as imagens construídas pela mídia são uma simplificação que serve para consolidar um sistema de poder, no qual a mulher brasileira é reduzida a um estereótipo sexualizado e exótico, perpetuando a discriminação.

Além disso, como Silva (2020) salienta, o fenômeno da migração feminina não pode ser dissociado das questões de violência sexual e vulnerabilidade exacerbada, especialmente quando consideramos a situação de mulheres racializadas ou imigrantes não brancas, que enfrentam, além das barreiras culturais, linguísticas e legais comuns a todos os migrantes, a amplificação de sua vulnerabilidade devido à opressão de gênero e à discriminação racial. Os estudos de Maria Lugones (2008) reforçam essa análise ao apontarem que a opressão de gênero deve ser compreendida de forma interseccional, reconhecendo sua inseparabilidade da opressão racial e da exploração colonial. O feminismo decolonial, portanto, emerge como uma resposta crítica a essa realidade, buscando descolonizar as abordagens feministas que, muitas vezes, universalizam a experiência feminina e ignoram as especificidades das mulheres imigrantes e racializadas.

No campo dos dados quantitativos, é relevante observar as estatísticas que apontam para o crescimento expressivo da migração feminina. Dados da Organização Internacional para as Migrações (OIM) mostram que em 2017, 48,8% dos migrantes globais eram mulheres, o que equivale a aproximadamente 125 milhões de mulheres migrantes. (OIM, 2020) Este número não só reflete o aumento da migração feminina, mas também destaca uma tendência crescente nos últimos anos, com cerca de 130 milhões de migrantes mulheres em

2018. Como aponta o Migration Policy Institute, essa mudança reflete o que pode ser caracterizado como uma "nova era da migração internacional e da globalização", um fenômeno que evidencia a participação crescente das mulheres nos fluxos migratórios, muitas vezes motivada por fatores econômicos, como o desemprego e a pobreza, principalmente no Sul Global.

Nesse sentido, a análise das matérias enviadas confirma e reforça a hipótese de que a construção midiática da identidade feminina brasileira em Portugal, associada a estereótipos de hipersexualização e exotização, perpétua concepções distorcidas sobre este grupo social, influenciando a percepção e a aceitação dessas representações pela sociedade portuguesa. As reportagens investigadas, como “Mercado de trabalho: estereótipo sexual ainda atrapalha brasileiras, aponta especialista” e “Universidades: Senhorios recusam arrendar quartos a brasileiros e africanos”, revelam um padrão recorrente na mídia portuguesa, onde a mulher brasileira é frequentemente associada à prostituição, sensualidade exacerbada e características de subordinação sexual. Esses estereótipos são amplamente visibilizados nos discursos midiáticos e se relacionam diretamente com os legados coloniais e escravocratas que moldaram a história da relação entre Brasil e Portugal. O tratamento da mulher brasileira como um corpo sexualizado é um reflexo claro de uma estrutura social que ainda está impregnada com valores colonialistas, conforme discutido por Lélia González (1988) e Rita Segato (2016), que argumentam que a objetificação e sexualização das mulheres, especialmente as racializadas, serve para consolidar relações de poder patriarcais e coloniais.

Além disso, Walter Lippmann reforça a ideia de que a mídia desempenha um papel crucial na formação de estereótipos, como as imagens internas que distorcem a realidade, conforme citado na obra “Opinião Pública” (2008). As matérias jornalísticas analisadas, portanto, não só reforçam os estereótipos como também validam uma visão preconceituosa sobre a mulher brasileira, moldando a opinião pública em Portugal e reforçando o ciclo de exclusão e marginalização desse grupo. A criação e manutenção de um estereótipo sexual da mulher brasileira na mídia, portanto, funciona como um mecanismo de perpetuação de desigualdades de gênero e raça, com raízes profundas no período colonial.

Portanto, essas matérias, ao replicar tais estereótipos, corroboram a hipótese de que a mídia portuguesa contribui para a objetificação da mulher brasileira e para a perpetuação de práticas discriminatórias que refletem um legado colonial. O imaginário social português, influenciado por essas representações midiáticas, continua a sustentar práticas

discriminatórias e desigualdades estruturais que, por sua vez, mantêm vivas as divisões de classe, raça e gênero entre os imigrantes brasileiros em Portugal e a sociedade portuguesa.

Referências:

ADAIR, Philippe; NEZHIVENKO, Oksana. Assessing how large is the market for prostitution in the European Union. **Éthique et économique/Ethics and economics, Éthique et économique**, 2017, v. 14, n.2, p.116-136. Disponível em: <https://hal.archivesouvertes.fr/hal-01672872/document>. Acesso em: 13 de out. de 2024

ADELMAN, Miriam. **A voz e a escuta: encontros e desencontros entre a teoria feminista e a sociologia contemporânea**. São Paulo: Blucher Acadêmico. 2009. Disponível em: <https://openaccess.blucher.com.br/article-list/a-voz-e-a-escuta-encontros-e-desencontros-entre-a-teoria-feminista-e-a-sociologia-contemporanea-308/list/#undefined>. Acesso em: 27 set. 2024

AGUIAR, Marco Aurélio. Globalização e mercado de trabalho: um estudo sobre a situação dos brasileiros em Portugal. 2007. 210 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/385/1/Texto%20Completo.pdfm>. Acesso em: 22 set. 2024.

ALIMONDA, Héctor. La colonialidad de la naturaleza: Una aproximación a la Ecología Política latinoamericana. In: ALIMONDA, H (org.). **La naturaleza colonizada: ecología política y minería en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2011, p. 21-58. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20120319035504/natura.pdf>. Acesso em 10 out. 2024.

ALVES, Mariana Castro. **O Brasil sob o olhar do viajante estrangeiro**. Carta Potiguar, 16 nov. 2013. Disponível em: <http://www.cartapotiguar.com.br/2013/11/16/o-brasil-sob-o-olhar-do-viajante-estrangeiro/>. Acesso em: 15 set. 2024.

BARRUCHO, Luis. Discriminação contra brasileiros em Portugal: 'Tive que falar inglês para ser bem tratado'. **BBC News Brasil**. Londres, 6 maio de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61241139>. Acesso em: 26 set. 2024.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Tradução de Myriam Avila, Eliane Livia reis, Glauce Gonçalves. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1998. BRASIL. Ministério da Educação e Ciência. Portal Ciência Sem Fronteiras. 2016. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=467839&forceview=1>, Acesso em: 05 nov. 2024.

BORN, R. C. **O Transconstitucionalismo dos Direitos Políticos entre os Países de Língua Portuguesa**. IUS GENTIUM, v. 5, p. 69-87, 2011. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/iusgentium/index.php/iusgentium/article/view/40/pdf>. Acesso em: 26 set. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República,. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 02 out. 2024.

Brasileiros sem-teto em Portugal: crise de moradia empurra imigrantes para ruas de Lisboa; veja vídeo. **G1**, 17 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/03/17/brasileiros-sem-teto-em-portugal-crise-de-moradia-empurra-imigrantes-para-ruas-de-lisboa-veja-video.ghtml>. Acesso em: 30 nov. 2024.

CABECINHAS, Rosa. **Processos cognitivos, cultura e estereótipos sociais**. In: CONGRESSO IBÉRICO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 2., 2004, Covilhã. Atas. Braga: CECS, 2004. p. 21-24. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/1650>. Acesso em: 15 out. 2024.

CARAPÊTO, M. J. Livro de Atas da Conferência Igualdade de Gênero e Mobilidade: desafios e oportunidades na lusofonia. Portugal, Universidade Nova de Lisboa, 2020. Disponível em: <https://catalogo.biblioteca.iscte-iul.pt/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=107255>. Acesso em: 20 out. 2024.

CARDOSO, Joana Amaral. As dores de crescimento de um biquíni. **Público**, 28 maio 2012. Disponível em: <https://www.publico.pt/2012/05/28/jornal/as-dores-de-crescimento-de-um-biquini-24615924>. Acesso em: 25 out. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011. Disponível em:

https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/164558/racismo_sexismo_desigualdade_carneiro.pdf. Acesso em: 05 de nov. 2024.

CARVALHO, Guilherme Paiva de. Pensamento pós-colonial, gênero e poder em Maria Lugones: multiplicidade ontológica e multiculturalismo. **Trans/Form/Ação**, [S.L.], v. 45, n. , p. 311-338, jan. 2022. Fap UNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-3173.2022.v45esp.16.p311>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/10803>. Acesso em: 10 out. 2024.

CASTLES, Stephen. **Globalização, Transnacionalismo e Novos Fluxos Migratórios**: dos trabalhadores convidados às Migrações Globais. S.I., Fim de Século, Lisboa, 2005.

_____. Understanding global migration: a social transformation perspective. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 36, p. 1565-1586, 2010. Disponível em: <https://www.migrationinstitute.org/files/news/sc-paper-imiscoe-theory-conf-d3.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

CORREIA, Cristina; NEVES, Sofia. Ser brasileira em Portugal – uma abordagem às representações, preconceitos e estereótipos sociais. In: OLIVEIRA, Valéria de; LEANDRO, Ederson Lauri; OLIVEIRA, José Januário (org.). **Migração: múltiplos olhares**. São Carlos: Pedro João Editores, 2011. p. 157-185. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/264896040_Correia_C_Neves_S_2011_Ser_brasileira_em_portugal_-_uma_abordagem_as_representacoes_preconceitos_e_estereotipos_sociais_In_V_de_Oliveira_Amaral_Orgs_Migracao_mul. Acesso em: 20 set. 2024.

CUNHA, Isabel Ferin; SILVEIRINHA, Maria João; PEIXINHO, Ana Teresa; SANTOS, Clara Almeida. **Media, imigração e minorias étnicas**. Lisboa: Acidi, 2008. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/ClaraAlmeidaSantos.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

COUTINHO, Francisco Pereira; OIVEIRA, Emelin de; CARAPÊTO, Maria João (org.). **Igualdade de Género e Mobilidade**: desafios e oportunidades para o desenvolvimento da lusofonia. Lisboa: Cedis, 2020. Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/165938>. Acesso em: 22 set. 2024.

D'AVILA, Lucas. **“Cardápio exótico”**: a mercantilização e hipersexualização de mulheres prostitutas migrantes na indústria sexual alemã. 2021. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/209703>. Acesso em: 02 nov. 2024.

DE OLIVEIRA, J. P. O “Calibã E A Bruxa: Mulheres, Corpo E Acumulação Primitiva” A Possibilidade De Novas Perspectivas A Partir Da História Das Mulheres: Resenha. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 10, p. 353–357, 2024. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/85317>. Acesso em: 05 set. 2024.

DEL PRIORE, Mary. **Ao Sul do Corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. Rio de Janeiro, José Olympio/Brasília, EdUnb, 1993. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27704>. Acesso em: 02 set. 2024.

DELGADO, Anabela Delgado Carlota; DIAS, Carlos. & PAULINO, Paula. Caracterização da população estrangeira a residir em Portugal, com base nos Censos 2011. **Revista de Estudos Demográficos**, 53, 35-76. 2014. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=226328623&att_display=n&att_download=y. Acesso em: 18 set. 2024.

DIOGO, Hélen Rejane Silva Maciel; RIBEIRO, T. DE M. NEGROS (IN)DÓCEIS: A PRODUÇÃO DO CONTROLE E DO PUNIR NO(S) CORPO(S) FEMININO(S) NEGRO(S) QUE HABITAM AS PRISÕES. **D’GENERUS: Revista de Estudos Feministas e de Gênero**, v. 1, n. 1, p. 203-217, 1 mar. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/dgenerus/article/view/23137/19535>. Acesso em: 14 nov. 2024.

DN em luta. 159 anos na vida de Portugal. **DN**, 20 jan. 2024. Disponível em: <https://www.dn.pt/1033651592/dn-em-luta-159-anos-na-vida-de-portugal/>. Acesso em: 01 nov. 2024.

ESTEVES, Alina. **Condições de vida e inserção laboral de imigrantes em Portugal**: efeitos da crise de 2007-2008. Lisboa: Alto Comissariado Para As Migrações, I.P, 2017. 191 p. Disponível em: <https://repositorio.ulisboa.pt/handle/10451/38415>. Acesso em: 19 set. 2024.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. Disponível em: <https://cursosextensao.usp.br/mod/resource/view.php?id=169911&forceview=1>. Acesso em: 02 set. 2024.

_____. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. Disponível em: https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/05/Frantz_Fanon_Pele_negra_mascaras_branças.pdf. Acesso em: 05 set. 2024.

FELNER, Ricardo Dias. "Brasileiras são prostitutas, brasileiros são ladrões". **Público**, 2 nov. 2003. Disponível em: <https://www.publico.pt/2003/11/02/jornal/brasileiras-sao-prostitutas-brasileiros-sao-ladros-207187>. Acesso em: 25 out 2024.

FIDALGO, Helena. "Mães de Bragança" acusam brasileiras de provocar "onda de loucura" na cidade. **Público**, 1 maio 2003. Disponível em: <https://www.publico.pt/2003/05/01/jornal/maes-de-braganca-acusam-brasileiras-de-provocar-onda-de-loucura-na-cidade-200790>. Acesso em: 26 out. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FRANÇA, Thais. **Lindas mulatas com rendas de Portugal: A inserção das mulheres brasileiras no mercado de trabalho português**. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia – Relações do trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/21124/4/TeseThaisFran%C3%A7a_Vers%C3%A3o%20Digital.pdf. Acesso em 24 set. 2024.

_____; PADILLA, Beatriz. Imigração brasileira para Portugal: entre o surgimento e a construção midiática de uma nova vaga. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 33, n. 2, 2019. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CAD/article/view/1773>. Acesso em: 15 out. 2024.

GILBERT, Gustave Mark. Stereotype persistence and change among college students. **The Journal Of Abnormal And Social Psychology**, [S.L.], v. 46, n. 2, p. 245-254, abr. 1951.

American Psychological Association (APA). <http://dx.doi.org/10.1037/h0053696>. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1951-08022-001>. Acesso em: 02 nov. 2024.

GOMES, Mariana Selister. O imaginário social em Portugal: uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação. **Dados**, [S.L.], v. 56, n. 4, p. 867-900, dez. 2013. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/KfQJH99yZRFvXYxGw569vtp/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

GONZALES, Lélia. Por um feminismo afro-latino-americano. In: RIOS, F.; LIMA, M. (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 139-150. Disponível em: <https://www.studocu.com/pt-br/document/centro-universitario-internacional/educacao-e-trabalho/gonzalez-lelia-racismo-e-sexismo-na-cultura-brasileira-in-rios-flavia-lima-marcia-orgs-2020-p-67-83-livro-completo-na-midiateca/64491256>. Acesso em: 5 out. 2024.

GROSFUGUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. Periferia, [S. l.], v. 1, n. 2, 2012. DOI: 10.12957/periferia.2009.3428. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/3428>. Acesso em: 27 set. 2024.

HORKHEIMER, Max. (2002), “Art and mass culture”. In: HORKHEIMER, Max. **Critical theory: selected essays**. Nova York, Continuum, pp. 273-290.

IBGE. (2000). **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/>. Acesso em: 20 set. 2024.

INE. **A População Estrangeira em Portugal 2011**. Lisboa, Portugal: INE, Instituto Nacional de Estatística. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=150133806&att_display=n&att_download=y. Acesso em: 30 ago. 2024

INE. **Censos**. Resultados Definitivos Portugal, 2011. Disponível em: http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=ine_censos_publicacao_det&contexto=pu&PUBLICACOESpub_boui=73212469&PUBLICACOESmodo=2&selTab=tab1&pcensos=61969554. Acesso em: 21 set. 2024.

INSTITUTO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL. Os media em Portugal. Lisboa: Instituto da Comunicação Social. 2000.

IORIO, Juliana Chatti. La movilidad internacional de los estudiantes de educación superior brasileños para Portugal. **Ra-Ximhai**, v. 10, n.1, p. 213-235, jan.-jun., 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/461/46129579010.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

KATZ, David; BRALY, Kenneth. Racial prejudice and racial stereotypes. **The Journal of Abnormal and Social Psychology**, v. 30, n. 2, p. 175-193, 1935. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1936-02115-001>. Acesso em: 02 nov. 2024.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. Tradução: Jacques A. Wainberg. Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/8277581/mod_resource/content/1/LIPPMANN%20Opini%C3%A3o%20publica.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamentos Feministas Hoje: Perspectivas Decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020a. p. 52-83. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.). **Pensamento Feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020a. p. 52-83. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/obras_digitalizadas/heloisa-buarque-de-hollanda-pensamento-feminista-hoje_-_perspectivas-decoloniais-bazar-do-tempo-_2020.pdf. Acesso em: 15 set. 2024.

LUSA, Mulheres exploradas sexualmente em Portugal são maioritariamente brasileiras e de Leste. RTP, 2008. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/mulheres-exploradas-sexualmente-em-portugal-sao-maioritariamente-brasileiras-e-de-leste_n56626. Acesso em: 28 out. 2024.

LUSA, Senhorios recusam arrendar quartos a brasileiros e africanos. RTP, 2008. Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/pais/senhorios-recusam-arrendar-quartos-a-brasileiros-e-africanos_n65378#google_vignette. Acesso em: 28 out. 2024

MACHADO, Igor Jose de Reno. **Cárcere público**: processos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal. 2003. 329p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1594436>. Acesso em: 25 set. 2024.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón (orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre, 2007. Disponível em: <https://ram-wan.net/restrepo/decolonial/17-maldonado-colonialidad%20del%20ser.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

MALHEIROS, Jorge. (org.). **A imigração brasileira em Portugal**. Lisboa: ACIDI, 2007. Presidência do Conselho de Ministros. Disponível em: https://pedrorossi.org/wp-content/uploads/2007/06/Livro_-ImigrBrazileira.pdf. Acesso em: 24 set. 2024.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais / projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003. Disponível em: <https://editoraufmg.com.br/arquivo/public/1282>. Acesso em: 10 out. 2024.

_____. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. 2017, vol.32, n.94, e329402. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/mod/resource/view.php?id=3064638&forceview=1>. Acesso em: 12 out. 2024.

NUNES, Vicente. Brasileiros contribuem com mais de 1 bilhão de euros para a Previdência de Portugal, um recorde. **Público**, 2024. Disponível em: <https://www.publico.pt/2024/10/14/publico-brasil/noticia/brasileiros-recolhem-1-bilhao-euros-previdencia-portugal-recorde-2107822>. Acesso em: 10 out. 2024.

NOUSS, Alexis. **Pensar o exílio e a migração hoje**. Tradução de Ana Paula Coutinho. Porto: Afrontamento, ILCML-FLUP, 2016, p. 163. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/afluente/article/download/12512/7082/39201>. Acesso em: 15 out. 2024.

OIM. **Volumen tres**: gestión de la migración. 2006. Disponível em: <https://chile.iom.int/es/lee-las-cronicas-migrantes-volumen-3-chile>. Acesso em: 12 out. 2024.

OIM. **Relatório Mundial sobre Migração 2020**. Genebra: OIM, 2020. Disponível em: <https://publications.iom.int/es/system/files/pdf/wmr-2020-po-ch-2.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

OLIVEIRA, Alexandra. Prostituição em Portugal: Uma atividade marginalizada num país que tolera mais do que persegue. **Bagoas**, v. 11, n. 17, p. 201-224, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufm.br/bagoas/article/download/13525/9194/0>. Acesso em: 09 set. 2024.

OLIVEIRA, Emellin de. Migrações e Igualdade de Género: o Desenvolvimento Sustentável no Feminino. In: COUTINHO, F. P, OLIVEIRA, E. D., & CARAPETÔ, M. J. **Livro de Atas da Conferência Igualdade de Género e Mobilidade: desafios e oportunidades na lusofonia**. Portugal, Universidade Nova de Lisboa, 2020. Disponível em: <https://cedis.novalaw.unl.pt/wp-content/uploads/2020/03/LIVRO-ODS-5-IGUALDADE-GENERO-MOBILIDADE-compactado-min.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.

OLIVEIRA, Catarina Reis de. **Indicadores de integração de imigrantes**: relatório estatístico anual 2023. Lisboa: Observatório das Migrações, Alto Comissariado para as Migrações, 2023. ISBN 978-989-685-138-5. Disponível em: <https://www.om.acm.gov.pt/publicacoes-om/colecao-imigracao-em-numeros/relatorios-anuais>. Acesso em: 22 set. 2024.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Editora Bazar do Tempo, 2021. 324 p. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Disponível em: https://www.professores.uff.br/ricardobasbaum/wp-content/uploads/sites/164/2022/05/Oyewumi_Oyeronke_A_Invencao_das_Mulheres.pdf. Acesso em: 30 ago. 2024.

PACHECO, N. No princípio eram zeros. E assim nasceu um jornal. **Público**, 2018. Disponível em: <https://www.publico.pt/2018/03/05/sociedade/noticia/no-principio-eram-zeros-e-assim-nasceu-um-jornal-1805157>. Acesso em: 28 out. 2024.

PEIXOTO, João. Tráfico, contrabando e imigração irregular: os novos contornos da imigração brasileira em Portugal. **Revista Brasileira de Estudos de População**, n. 53, p. 91-115, 2007. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/646>. Acesso em: 02 set. 2024.

PORTUGAL. [Constituição (1976)]. **Constituição da República Portuguesa**. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/sites/EN/Constitution/Constitution.aspx>. Acesso em: 02 out. 2024

PORTUGAL. Serviços de Estrangeiros e Fronteiras. **Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2006**. Lisboa: SEF, 2007. Disponível em: https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2006.pdf. Acesso em: 20 ago. 2024.

PORTUGAL. Serviços de Estrangeiros e Fronteiras. **Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2014**. Lisboa: SEF, 2015. Disponível em: https://sefstat.sef.pt/Docs/Rifa_2006.pdf. Acesso em: 01 set. 2024

PORTUGAL. **Serviços de Estrangeiros e Fronteiras. Relatório de imigração, fronteiras e asilo 2022**. Lisboa: SEF, 2023. Disponível em: Disponível em: <https://www.sef.pt/pt/Documents/RIFA2022%20vF2a.pdf>. Acesso em: 01 set. 2024.

QUEIROZ, Camila Craveiro da Costa Campos e. **Os estereótipos também envelhecem?** Uma análise decolonial das intersecções entre racismo, sexismo e idadismo, a partir das vivências de migrantes brasileiras em Portugal. 2018. 279 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Comunicação, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/56245>. Acesso em: 30 ago. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, 2005. p. 107-30. Disponível em: https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

_____. **Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder**. Buenos Aires: CLACSO, 2014. Disponível em: <https://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140424014720/Cuestionesyhorizontes.pdf>. Acesso em: 05 out. 2024.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. Tradução de Sérgio Molina e Rubia Goldoni. São Paulo: MASP Afterall, 2019. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>. Acesso em: 15 set. 2024.

RATTNER, Jair. Quase 150 mil brasileiros foram autorizados a residir em Portugal em 2023. **Público**, 2024. Disponível em:

<https://www.publico.pt/2024/09/17/publico-brasil/noticia/quase-150-mil-brasileiros-autorizados-residir-portugal-2023-2104401>. Acesso em: 02 nov. 2024.

RIBEIRO, Caroline. Mercado de trabalho: estereótipo sexual ainda atrapalha brasileiras, aponta especialista. **Diário de Notícias**, 2024. Disponível em: <https://www.dn.pt/4614038988/mercado-de-trabalho-estereotipo-sexual-ainda-atrapalha-brasileiras-aponta-especialista>. Acesso em: 27 out. 2024.

ROCHA, Sara de Melo. Agência da ONU alerta para preconceitos contra migrantes brasileiras em Portugal. **ONU News**, 2024. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2024/09/1837596>. Acesso em: 27 set. 2024.

ROSSI, Jéssica de Cássia. **As representações da mulher brasileira na mídia portuguesa: jornal Expresso**. 2011. 255 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2011. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/items/8244d335-5647-48fb-ad9a-5239d42f4e59>. Acesso em: 02 out. 2024.

_____. Interdiscursividade além das fronteiras: a categoria “mulher brasileira” na mídia lusitana. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, SP, v. 18, n. 1, p. 134–153, 2023. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/CM/article/view/589>. Acesso em: 27 out. 2024.

SANTOS, Aline Lima. **Sistema migratório Brasil-Portugal: breve histórico e especificidades atuais**. In: XV Encontro dos Geógrafos da América Latina, 2015, La Habana. Anais do XV Encontro dos Geógrafos da América Latina, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiacultural/32.pdf>. Acesso em: 22 set. 2024.

SASSEN, Saskia. The feminisation of survival: alternative global circuits. In: MOROKVASIC, M.; EREL, U.; SHINOZAKI, K. (ed.). **Crossing Borders and Shifting Boundaries. Schriftenreihe der Internationalen, Frauenuniversität, Technik und Kultur**, v. 10. Verlag für Sozialwissenschaften, Wiesbaden, 2003, pp 59-79. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007%2F978-3-663-09529-3.pdf>. Acesso em: 25 set. 2024.

SCHLICKMANN, Eugênia; PIZARRO, Daniella, A evolução da mulher no mercado de trabalho: uma abordagem sob a ótica da liderança. **Revista Borges**, v.3, n.1, p.70-89, 2013.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/325095514_DESAFIOS_DAS_MULHERES_EM_CARGOS_DE_LIDERANCA/fulltext/5af642b50f7e9b026bceeaf1/DESAFIOS-DAS-MULHERES-EM-CARGOS-DE-LIDERANCA.pdf. Acesso em: 27 set. 2024.

SEGATO, Rita Laura. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: Espinosa Miñoso, Yuderlys, Diana Gómez y Karina Ochoa. (Org.). **Tejiendo de Otro Modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. 00 ed. Cali: Editora de la Universidad del Cauca, 2013,

Disponível em:

<https://repositoriointerculturalidad.ec/xmlui/bitstream/handle/123456789/32454/Tejiendo%20de%20otro%20modo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 out. 2024.

_____. **La guerra contra las mujeres**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

Disponível em: <https://www.traficantes.net/libros/la-guerra-contra-las-mujeres>. Acesso em: 05 out. 2024.

SILVA, Karine de Souza. “A mão que afaga é a mesma que apedreja”: direito, imigração e a perpetuação do racismo estrutural no Brasil. *Revista Mbote*, Salvador, Bahia, v. 1, n.1, p.020-041. jan./jun., 2020. Disponível em:

<https://www.revistas.uneb.br/index.php/mbote/article/view/9381?fbclid=IwAR1uO6TGrDkro4jN4G8IOpdAUTB4AdVXeCBjZNCzhRr0w-K37zH5yeT64>.

Acesso em: 02 nov. 2024.

_____; MORAIS, Pâmela S. V. Gênero, raça e interseccionalidades no processo de feminização da migração: entre silenciamentos e protagonismos de mulheres negras em Florianópolis. **Revista ABPN**, v. 13, p. 312-339, 2021. Disponível em:

<https://abpnrevista.org.br/site/article/view/1231>. Acesso em: 02 nov. 2024.

SILVA, M. O. O legado anticolonial da obra de Lélia Gonzalez. **Revista Multilingüe de Lengua, Sociedad y Educación**, v. 3, n. 2, p. 45-50, 2021. Disponível em:

<https://orcid.org/0000-0001-5877-7531>. Acesso em: 10 out. 2024.

SOUSA, Constança Urbano de. O Pacto Global para uma Migração Segura, Ordeira e Regular: a perspectiva de género como princípio orientador. In: COUTINHO, F. P, OLIVEIRA, E. D., & CARAPETÔ, M. J. **Livro de Atas da Conferência Igualdade de Género e Mobilidade**: desafios e oportunidades na lusofonia. Portugal, Universidade Nova de Lisboa, 2020. Disponível em: <https://cedis.novalaw.unl.pt/wp-content/uploads/2020/03/LIVRO-ODS-5-IGUALDADE-GENERO-MOBILIDADE-compactado-min.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024

SOUSA, M. R. Portugal e o Expresso. 10 jan. 1998. **Jornal Expresso**. Disponível em: <http://group.xiconhoca.com/2008/11/25/destaque-portugal-e-o-Expresso.marcelo-de-rebelode>. Acesso em: 28 ago. 2024.

SPIVAK, Gayatri Chakraverty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte, Editora UFMG. 2014. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7964211/mod_resource/content/0/spivak-pode-o-subalterno-falar.pdf. Acesso em: 08 out. 2024.

TAJFEL, H.; WILKES, A. L. **Classification and quantitative judgement**. **British Journal of Psychology**, v. 54, n. 2, p. 101-114, 1963. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/1964-00117-001>. Acesso em: 01 nov. 2024.

THOMAS, William Isaac; ZNANIECKI, Florjan. **The polish peasant in Europe and America** Charleston: Nabu Press, 2012.

THOMPSON, John Brookshire. **A Teoria Social da Mídia**. Tradução de Wagner de Oliveira Brandão. 9 ed. Vozes: Petrópolis. 2008.

ANEXOS

ANEXO A – Matéria 1 "Mães de Bragança" acusam brasileiras de provocar "onda de loucura" na cidade

"Mães de Bragança" acusam brasileiras de provocar "onda de loucura" na cidade

Helena Fidalgo (Lusa) - 1 de Maio de 2003, 0:00



Um grupo de "mães" de Bragança pôs a correr um abaixo-assinado pedindo às autoridades ajuda para "salvar" a cidade de "uma onda de loucura" provocada por imigrantes brasileiras alegadamente ligadas à prostituição. Cerca de um centena de pessoas já subscreveram o documento da autoria de quatro mulheres que se auto-intitulam "Mães de Bragança", embora seja essencialmente enquanto esposas que mais se queixam. "Sabemos que desde o início dos tempos sempre houve prostituição, mas o que está a acontecer em Bragança é uma autêntica onda de loucura, que tem de ser combatida e travada". Este é o apelo feito no texto que suporta o abaixo-assinado e que já foi entregue ao governador civil, às polícias e à Câmara de Bragança. No documento, a que a agência Lusa teve acesso, as autoras dizem ter os seus lares desfeitos pelo "flagelo da prostituição que assola a cidade" e ao qual pretendem declarar "guerra aberta" com a ajuda das autoridades locais. "(...) Somos agora invadidas e fustigadas por dezenas de prostitutas aquarteladas em 'boîtes', mesmo durante o dia, em bairros residenciais, em todo o canto e esquina

Torne-se assinante a preços **Black Friday**

Assine já

como a cidade número um em vida nocturna, em droga, em consumo de bebidas alcoólicas e em prostituição", acrescenta a carta. As autoras contaram, sob anonimato, que o motivo da sua atitude se prende com o que têm observado na cidade e particularmente em suas casas. Dizem ter os lares e o que construíram durante uma vida desfeitos pela "onda de loucura" que atingiu também os maridos. De um dia para o outro, afirmam, deixou de entrar dinheiro, os maridos passaram a dormir fora de casa, começaram os maus tratos, as dívidas acumularam-se e o património que tinham começou também a desaparecer. Acusando "as prostitutas brasileiras que nos últimos tempos invadiram a cidade" de terem dado a volta à cabeça dos maridos, este grupo de mães insurge-se contra a proliferação de casas de alterne, mas alertam para o facto de esta realidade já não se confinar apenas a estes espaços. Garantem mesmo que aquelas mulheres estão por toda a cidade, em apartamentos, e que vários homens já deixaram as famílias para se juntarem com elas. E falam em "comerciantes sem escrúpulos", referindo-se àqueles que as trazem do Brasil para as casas de alterne, e que depois as "passam" a homens, que pagam os custos das viagens e ficam com elas, em alguns casos também para as explorar. As autoras da carta afirmam-se "impotentes" perante estes "flagelos sociais", mas referem estar cientes de que, "com a ajuda das forças vivas e responsáveis da terra", poderão "contribuir para um mundo mais justo, uma sociedade mais saudável e feliz". A presença de cidadãs brasileiras na cidade é conhecida das autoridades e a sua associação à exploração em casas de alterne é frequente nas conversas do dia-a-dia. Com alguma regularidade são feitas detenções em rusgas a estes locais de diversão nocturna, começando a aumentar o número de queixas por agressão. Segundo disse à Lusa fonte policial, algumas das relações que resultam dos "engates" acabam em pancadaria e com estas imigrantes a queixarem-se à polícia das agressões de que são vítimas. Este ano, foram apresentadas três queixas à PSP de Bragança. As consequências sociais relatadas na carta apanharam de surpresa os destinatários do apelo, que, questionados pela Agência Lusa, pediram "tempo" para analisar a situação, remetendo para mais tarde uma reacção. Fonte policial disse, no entanto, que as questões levantadas são de difícil tratamento legal. As autoridades só podem intervir mediante queixa ou provas de práticas de exploração ou da actividade ilícita destas mulheres. A mesma fonte admitiu que possa estar a surgir um "esquema" paralelo de prostituição, apoiado nas dificuldades com que se deparam as autoras para actuar em residências particulares. As autodenominadas "mães de Bragança" disponibilizam-se para colaborar com as autoridades e dizem ter já denunciado alguns casos concretos ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a autoridade nacional em matéria de imigração. "Queremos evitar fazer justiça pelas nossas próprias mãos, mas, se a isso formos obrigadas, não nos esquivaremos, pois queremos, necessitamos e merecemos ter paz nos nossos lares, nos nossos corações", concluem. A população de Bragança habituou-se nos últimos tempos a conviver com o sotaque e a presença exótica de mulheres brasileiras. "Chegaram as meninas da..." - é comentário quase espontâneo de quem ouve um sonoro "oi!", quando numa loja ou outro qualquer estabelecimento entra um grupo de cidadãs brasileiras. Mas se, para alguns, este simples cumprimento é motivo de gracejo e olhar matreiro, para as promotoras do abaixo-assinado transformou-se no avivar de um pesadelo que tentam afastar, algumas com apoio psiquiátrico, recorrendo agora a um pedido de ajuda às autoridades locais. Uma das "mães" admite estar "descontrolada", mas diz que "luta todos os dias" para assegurar um pequeno negócio que o tribunal lhe quer penhorar para pagamento das dívidas que o marido contraiu (por causa das alegadas prostitutas brasileiras) e que já lhe levaram tudo o que tinha em casa. As vivências são comuns a todas elas e envolvem maus tratos, com agressões físicas, abandono do lar e despreocupação com o sustento dos filhos e compromissos assumidos. Alguns destes casos chegaram mesmo aos tribunais com queixas-crime contra os maridos e aquelas mulheres de nacionalidade brasileira. O processo judicial é a esperança de uma das autoras do abaixo-assinado: "Talvez a 'brasileira' tenha medo ao processo e fuja para o Brasil", diz, manifestando a convicção de que, se isso sucedesse, o marido voltaria para casa. Frases "Sabemos que desde o início dos tempos sempre houve prostituição, mas o que está a acontecer em Bragança é uma autêntica onda de loucura, que tem de ser combatida e travada" "Somos agora invadidas e fustigadas por dezenas de prostitutas aquarteladas em 'boîtes' mesmo durante o dia, em bairros residenciais, em todo o canto e esquina da cidade"

ANEXO B - Matéria 2 - "As dores de crescimento de um biquíni"

As dores de crescimento de um biquíni

Joana Amaral Cardoso, no Rio de Janeiro - 28 de Maio de 2012, 0:00



ANTONIO SCORZA/AFP

O Brasil é o mais sexy dos países do BRIC e por isso tanto se vende a sua imagem quanto se teme a chegada, em curso, dos gigantes da moda do hemisfério Norte. Todos querem uma fatia do mercado brasileiro e uma das suas defesas pode muito bem ser um fato de banho

Um grupo de modelos olha-nos, inquisitivo, das alturas seminuas dos bastidores de um desfile de fatos de banho no Fashion Rio. O Brasil é o mais sexy dos países do BRIC. Supermulheres, sobretudo loiras. "São todas do Sul do Brasil e moram todas em Nova Iorque", explicam-nos, preparadas para o desfile da Cia. Marítima. Esta é a moda que o Brasil primeiro começou a exportar - o seu corpo, em especial da região que deu ao mundo Gisele Bündchen. Agora que chegam ao Brasil as marcas de luxo do hemisfério Norte e as cadeias campeãs de vendas de moda rápida, a moda brasileira quer passar à ofensiva. E o que é mais perfunteramente brasileiro do que um biquíni?

Nos bastidores do seu desfile, que há uma semana inaugurou o Fashion Rio, Thomaz Azulay, o jovem designer da marca de biquínis Blue Man, sobrinho de David Azulay, o "fundador" da moda de praia nos anos 1960 no Rio de Janeiro, está rodeado de peças tão coloridas quanto reduzidas. "Todo o mundo quer ser carioca, especialmente agora que o Brasil está em alta. A moda de praia brasileira é a principal do mundo." Mas "todo o mundo" também "imita o corte e modelo do biquíni brasileiro", diz Azulay, e a concorrência não está só na praia, foco deste evento organizado pela Luminosidade, que também produz a quinta maior semana de moda do mundo, a São Paulo Fashion Week.

O nó de Dilma

Seis marcas de moda de praia e um punhado de outras que exalam a descontração das ruas cariocas estiveram, num total de 29 desfiles, no Fashion Rio a mostrar o Verão 2012 brasileiro, o 2013 do hemisfério Norte. É este que domina o calendário internacional de moda e o plano da Luminosidade é ajustar a moda brasileira, da produção às vendas, ao mercado externo. O que não acontece sem algumas dores de crescimento.

A conferência sobre o clima *Rio+20* em Junho, o Mundial de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 são os importantes marcos temporais iminentes para o Brasil, e acções como a embaixada de moda, *design* e música que os armazéns Macy's, nos Estados Unidos, encomendaram ao brasileiro Francisco Costa, director criativo da Calvin Klein, representam aquilo que deseja Fernando Pimentel, director da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confeção (ABIT): "Tornar o *lifestyle* brasileiro num objecto de desejo." Mas está confirmado: a sueca H&M chega ao Brasil no início de 2013; a britânica TopShop deve seguir-se. A inglesa Debenhams e o espanhol El Corte Inglés estão em prospeção no mercado brasileiro. Marcas de luxo como a Prada, a Chanel ou a Gucci assomam à porta do país de Chico e Tom para reencontrarem a sua clientela classe A e para tentarem a nova classe média, a C, de cartão de crédito em riste.

O mercado de moda brasileiro tem receitas de 52 mil milhões de dólares (41,5 mil milhões de euros) anuais como indústria, dos quais apenas 1,4 mil milhões (1,1 mil milhões) são exportações. Mas os seus protagonistas, os designers, queixam-se dos elevados preços da importação de tecidos que encarecem as peças, alguns pedem um novo parque industrial para aumentar a qualidade do produto e os problemas burocráticos e de sobretaxação são um problema constantemente mencionado.

As marcas que desfilam na *passerelle* do Fashion Rio ou na de São Paulo, por mais comerciais que sejam, têm na sua maioria preços bastante elevados, a par dos das mais conceituadas marcas mundiais. No meio do arvoredo do Jockey Club, vislumbrando-se a pista de corridas que serviu de pano de fundo aos 29 desfiles do Fashion Rio, Graça Cabral, directora de parcerias estratégicas da Luminosidade, é clara: as marcas internacionais que chegam em força têm como alvo "mercados onde o consumo e os rendimentos são elevados, como São Paulo". Mas as marcas brasileiras, diz ela, também se posicionam nesse mercado pelos seus preços altos devido ao "custo Brasil", uma expressão que descreve os problemas e entraves que ao longo dos anos têm constrangido o investimento no Brasil, desde a burocracia e custos elevados de impostos à fuga aos mesmos. Essas marcas, "vão lutar pelos mesmos clientes", diz Graça Cabral.

No "custo Brasil" conta-se o problema da importação, quer para as marcas que chegam ao país, quer para as empresas brasileiras que comprem materiais fora. "Até aos anos 1990, o Brasil era um mercado fechado em termos de exportação. Como as importações de produtos no Brasil eram proibidas, a cultura industrial brasileira voltou-se para o mercado interno, que ainda é muito forte. E que está crescendo com a nova classe média", refere Rafael Cervone, director executivo do Texbrasil, o Programa de Exportações da Indústria de Moda Brasileira. Tal como a ABIT, defende o têxtil nacional, o sexto maior do mundo, não criticando as actuais e elevadas taxas de importação de tecidos e outros materiais. Importar material é caro, consumir *made in Brasil* também, apesar da forte produção de algodão e dos 30 mil centros de produção têxtil (o país é o segundo maior produtor mundial de ganga, por exemplo). "Somos muito competitivos até ao portão da fábrica, dali para fora entra uma carga tributária brutal que chega aos 60%", reconhece, algo que está em discussão com o Governo de Dilma Rousseff.

Graça Cabral, que trabalha em moda há mais de 20 anos, acha que a indústria tem "visão protectionista", mas compreende-a em alguns aspectos - a China e a sua penetração nem sempre transparente no mercado brasileiro e mundial surgem sempre nas conversas com o PÚBLICO. A estratégia da Luminosidade sugere que a moda "devia ser vista como indústria de ponta porque precisa de tecidos diferenciados, que a indústria brasileira não oferece, para ser competitiva. O Governo tem um nó nessa questão da indústria."

Genes brasileiros

Urge desfazer este nó, diz Paulo Borges, director criativo do Fashion Rio e da São Paulo Fashion Week e um dos homens mais poderosos da moda no país. Pressiona Brasília: "O Governo não conhece essa indústria criativa de moda, só conhece a indústria pesada, tradicional. Não adianta ter só o tecido para fazer a roupa. E quem tem a tesoura na mão são os criadores. Estas duas representações industriais precisam de estar alinhadas."

O ruído das argolas é cadenciado nas salas da mansão hoje conhecida como Casa Firjan, em Botafogo, tornada *show-room* para as vendas de 119 marcas, algumas presentes no Fashion Rio, mas sobretudo para pequenas marcas do estado do Rio de Janeiro - forte centro industrial de produção têxtil que esteve na origem da criação, em 2001, do próprio evento Fashion Rio. As argolas coloridas são penduradas nos cabides das peças que os compradores do retalho vão encomendar para vender nas suas lojas. "Não exportamos", continua a ser uma resposta frequente às perguntas do PÚBLICO. Noventa por cento do que se produz na moda brasileira é para o mercado interno e os vendedores estão contentes e esperavam um aumento de dez por cento (em relação à edição de Janeiro) nas vendas neste salão.

Mas há quem exporte, e muito, e tenha sido penalizado pelo mercado cambial, que na semana passada foi agitado para a moeda brasileira. "Quando tínhamos um real menos valorizado, chegámos a exportar mais do que vendíamos internamente", constata Paola Robba, responsável da Poko Pano, uma marca de biquínis e *beachwear* que começou a sua internacionalização em Portugal nos anos 1990 e depois se espalhou pelo mundo. A Poko Pano é uma das marcas de praia que esta estação migrou da *passerelle* de São Paulo para o 21.º Fashion Rio; outra delas é a Cia. Marítima, que já passou pela ModaLisboa várias vezes, conhecida pelos supermodelos femininos que contrata e pelos desfiles-acontecimento. Outras marcas de moda de praia de alta gama, como a Lenny, de Lenny Niemeyer, neta de Óscar, o arquitecto, pontuaram um calendário variado, que mostrou várias faces da moda brasileira. É o estilo de vida à venda, com festa e profissionalismo.

Além das mulheres esculturais e dos sonhos de uma vida de Verão, a cultura *skate* do Rio rolou na *passerelle* com a R. Groove. Portugal, a loiça Vista Alegre e as mesas de jantar, mais os Dead Combo em alta de popularidade também marcaram a semana, através da colecção da jovem Nica Kessler. A Coven confirmou-se como uma das mais interessantes marcas do Brasil, de Minas Gerais para o mundo (exporta para vários países). "Não queremos que alguém se vá inspirar na Europa e depois traga para o Brasil. Isso não funciona", diz Rafael Cervone, depois de Oskar Metsavaht, fundador da marca Osklen, uma das mais internacionais do Brasil, ter previsto na *Folha de São Paulo* que "as marcas locais de luxo que trabalham com cópias de roupas europeias vão quebrar [falar] com a chegada dos originais" ao mercado brasileiro - uma tradição herdada de décadas sem acesso generalizado à informação de moda e em que as marcas brasileiras reproduziam as tendências dos principais centros mundiais. "O que funciona são os atributos únicos do Brasil, que se reflectem nas formas, nas cores, nas texturas. Foi o que fez a Havaianas", diz Rafael Cervone, dando talvez o maior exemplo de sucesso recente de um produto brasileiro que atingiu estatuto de ícone internacional.

No 21.º Fashion Rio, as tendências ditadas por Paris ou Milão eram óbvias em alguns dos desfiles, das peças-chave que serão um garante de vendas ao *styling* ou encenações inspirados em campanhas publicitárias ou desfiles muito mediatizados dos Estados Unidos ou Paris. A cultura de moda e imagem global tem destas coisas. No fim, nos padrões e no ambiente, o tropicalismo - e este último tem, sem dúvida, genes brasileiros.

ANEXO C - “Brasileiras são prostitutas, brasileiros são ladrões”

DESTAQUE

"Brasileiras são prostitutas, brasileiros são ladrões"

Ricardo Dias Felner - 2 de Novembro de 2003, 0:00



Um dia meteram-lhe 1500 euros na mão, numa estação de serviço, na Amadora. Ingrid, 23 anos, tinha ido comprar cervejas, quando o grupo de homens excitados a abordou, à saída do estabelecimento - e lhe fez a proposta. Em notas. "Homem português é assim. Não se aproxima para ter uma relação de amizade: vai logo direito ao assunto." "A jovem sabe a razão deste comportamento. E aponta o dedo, sem concessões nacionalistas, às mulheres brasileiras "que fazem programa". "A culpa é delas. Por causa de umas pagam as outras", atira. "Não é legítimo." Os abusos são quase diários. E começaram mal pôs o pé no aeroporto. No controlo do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, após aterrar na Portela, pediram-lhe para abrir a mala. O agente resolveu, então, tirar a etiqueta da bagagem: agarrou numa caneta, escreveu na superfície branca e introduziu-a de seguida entre as folhas do passaporte. Antes de o entregar e autorizar a passagem à brasileira vinda de S. Paulo, ainda disparou o convite: "Espero você me ligar." Quando Ingrid abriu o documento e viu a etiqueta, deparou-se com o número de telefone e a morada do agente. Andreia, 30 anos, em Portugal há quase dois, nem quer ouvir falar em experiências amorosas. Como Ingrid, culpa as prostitutas conterrâneas. "É uma solução fácil. Toda a gente consegue fazer dinheiro assim. Mas é algo sujo, que destrói a personalidade da pessoa." As duas jovens sabem do que falam. Tanto Ingrid como Andreia conhecem imigrantes que chegaram a Portugal com outras ambições, mas acabaram por seguir esse caminho. "Assisti a uma mulher, com dois filhos no Brasil, que vivia no meu apartamento, a entrar na prostituição. Começou dançando num bar de alterne, mas um dia apareceu em casa, de manhã, completamente destruída. Percebemos logo que tinha feito programa." Ingrid, que também frequentava a casa, lembra que chegou "a arrumar" a amiga, uma mulher provinciana, para ir ter com os clientes. "Vestia-a e chorava ao mesmo tempo", recorda. Dificuldade em arranjar namorado. Ao contrário da maioria das imigrantes brasileiras, Andreia, recepcionista no restaurante-bar Armazém F, o mais conhecido local de "fórró" e "pagode" de Lisboa, "baby-sitter" durante o dia, já teve três relações com portugueses. "Recuso-me a falar disso", responde, interpelada sobre o desfecho dos namoros, com uma expressão desolada. "O que eu posso dizer é que acho que os portugueses são mais brutos. Fazem mais sacanagens com as mulheres. Acho que isso deriva, em parte, do facto de as mulheres portuguesas serem mais submissas", sugere. A esta explicação Simone, uma jovem bonita, usando um decote pronunciado, acrescenta a maior extroversão do povo brasileiro. E diz que as confusões não são só com os rapazes. "No meu local de trabalho, se me viam a falar com alguém, logo diziam que eu dava moral para todo o homem", afirma. "Os portugueses vêem-nos a dançar, a rebolar a bunda - sabe como é? - e julgam logo que nos estamos a oferecer ou que queremos ir para a cama com eles." Tal como outras brasileiras, também Simone já foi seduzida para entrar no "negócio". E, tal como elas, não foi preciso estar muito tempo em Portugal. "Chegámos ao aeroporto e dissemos ao taxista para nos indicar uma pensão. Ele levou-nos para uma em Belém. Quando lá chegámos, o dono perguntou-nos logo o que é que estávamos dispostas a fazer." E com os rapazes brasileiros? Como é a relação deles com os portugueses? "As brasileiras são prostitutas, os brasileiros são ladrões", contrapõe automaticamente Simone. Para os homens, de facto, parece ainda mais difícil fazer amizades ou outras intimidades. São os próprios que o assumem. Janderson, 17 anos, diz que "pouquíssimos portugueses têm conversa". E que há um tratamento diferente consoante o género: "Os portugueses vão na rua e não mexem com os brasileiros. Mas se passa uma brasileira começam logo a assobiar", sustenta, admitindo que os seus amigos "são quase todos brasileiros". Ailton, 35 anos, casado com uma portuguesa, é da mesma opinião. Estudante de Ciências Políticas na Universidade Católica, há 14 anos em Portugal, dono de uma pequena empresa de tectos falsos, acredita, ainda assim, que o sexo feminino é mais aberto. "Você fala com um português de 20 anos e ele parece um bebé grande. Enquanto as mulheres portuguesas são mais adultas", defende. Por isso, o baiano, bonacheirão e comunicativo, não hesita em aconselhar os seus conterrâneos a procurar primeiro o convívio com as mulheres. "Você conhece primeiro elas e depois talvez ganhe o respeito delas." destaque: "Os portugueses vêem-nos a dançar, a rebolar a bunda - sabe como é? - e julgam logo que nos estamos a oferecer ou que queremos ir para a cama com eles"


ANEXO D - Mulheres exploradas sexualmente em Portugal são maioritariamente brasileiras e de Leste

Mulheres exploradas sexualmente em Portugal são maioritariamente brasileiras e de Leste

por © 2008 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A.



« Ouvir »

Coimbra, 07 Fev (Lusa) - A maioria das mulheres exploradas sexualmente em Portugal são jovens brasileiras de Leste até aos 35 anos, provenientes de contextos sociais fragilizados, classes baixas e com filhos, revela um estudo hoje apresentado em Coimbra. 

O perfil foi hoje à noite apresentado na Livraria Almedina (Estádio) pela investigadora Madalena Duarte, do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, que orientou o estudo "Tráfico de Mulheres em Portugal para exploração sexual", realizado entre 2005 e 2007.

Segundo a investigadora e socióloga, as mulheres vítimas de exploração sexual em Portugal são principalmente brasileiras, seguidas das de leste, sobretudo romenas, e das africanas, em particular das nigerianas, que geralmente não ficam mais de três meses no mesmo local.

Entre as exploradas, Madalena Duarte refere que existem dois tipos: "as que sabiam que vinham para a indústria do sexo mas desconheciam as condições e as que desconheciam que vinham para a prostituição e foram obrigadas".

"Mas a grande maioria, sobretudo as brasileiras, sabia que vinha para a prostituição", salientou a investigadora, contrariamente às de Leste que "desconheciam que vinham para a prostituição".

A tendência, segundo a socióloga, é para as brasileiras e as de Leste serem colocadas "em prostituição abrangida e de luxo e as africanas e romenas nas ruas".

Quanto aos traficantes, a autora do estudo diz que actuam a dois níveis, um mais organizado, com estrutura hierárquica, onde se inserem as máfias de Leste, e outro mais artesanal, constituído por três ou quatro indivíduos, mais ligados ao tráfico de jovens brasileiras e africanas.

São, na sua maioria, homens entre os 30 e 40 anos, havendo envolvimento de portugueses, que assumem o papel de donos, transportadores e seguranças mas há também mulheres envolvidas no recrutamento, na exploração e também no controlo.

Madalena Duarte alertou para a dificuldade das políticas de combate a este crime, a começar desde logo pelo recrutamento que, muitas vezes, passa por familiares, amigos e colegas de trabalho, que se aproveitam de "situações de vulnerabilidade económica e social".

Por outro lado, destaca que as mulheres exploradas são submetidas "a um controlo muito intenso e sujeitas a forte violência física, sexual e psicológica, com ameaças aos familiares que estão nos países de origem".

Situações que tornam difícil a obtenção de prova e colocam grande pressão nas vítimas para que não denunciem os casos de exploração.

Reconhecendo que existem "bloqueios" na investigação deste tipo de crimes, a investigadora do CES defende uma "maior articulação entre as polícias nacionais e as congéneres dos países de origem", uma vez que os recrutadores estão na origem, local para onde as mulheres pretendem depois regressar.

Madalena Duarte adiantou que os operadores judiciais têm uma "visão optimista" do novo Código do Processo Penal, embora um aspecto da Lei que se prende com a criminalização dos clientes esteja envolto em polémica.

De acordo com a responsável do estudo, há quem considere que essa prática tenha um "efeito preservo e que os clientes passem a ter medo de denunciar as situações".

Não existem números rigorosos quanto ao fenómeno em Portugal, que é um país de destino mas dados revelados pelas polícias referente aos últimos anos, excluindo 2007, revelam que a PSP registou 184 casos, a GNR 81 e o SEF 96.

O Ministério da Justiça adiantou que entre 1996 e 2004 foram registados 194 processos, de que resultaram 92 condenações.

O estudo "Tráfico de Mulheres em Portugal para exploração sexual" foi encomendado ao CES da Universidade de Coimbra pela Comissão para a Igualdade e Género, tendo nele colaborado Boaventura Sousa Santos (co-autor), Conceição Gomes e Maria Ioannis Baganha.

Abrangeu os Distritos de Lisboa, Porto e Guarda, tendo os seus autores recorrido à observação em bares de alterne, análise de anúncios sexuais, entrevistas com órgãos de polícia criminal, magistrados, organizações não-governamentais, articulada com o levantamento de legislação, casos relatados pela imprensa e outros estudos.

AMV.

ANEXO E - Senhorios recusam arrendar quartos a brasileiros e africanos

Senhorios recusam arrendar quartos a brasileiros e africanos

por © 2008 LUSA - Agência de Notícias de Portugal, S.A.



Lisboa, 22 Set (Lusa) - Anúncio após anúncio, a jovem brasileira ouve sempre a mesma resposta: "O quarto já está arrendado". Há até quem lhe exija um comprovativo da universidade em como é estudante. Mas a Lusa descobriu que quando o sotaque é português aqueles quartos estão livres.

São cerca de três mil os brasileiros a estudar no ensino superior em Portugal. Os que não têm familiares ou amigos a viver no país atravessam sérias dificuldades para conseguir arrendar um quarto ou uma casa. As raparigas são associadas à prostituição e os rapazes à criminalidade. Há quem acuse os portugueses de "um racismo camuflado".

Maria (nome fictício) sabe, por experiência própria, que as brasileiras têm grande dificuldade em arrendar quartos, mas nada disso a faz desistir de procurar casa em Lisboa ou abdicar do sonho de viver em Portugal.

"Sim, ainda está livre... mas vai ficar no fim da lista e aviso-lhe já que será muito difícil ficar com ele. Há gente para ver o quarto e vão ficar à sua frente", é a resposta que ouve do outro lado do telefone.



Passados alguns minutos, a Lusa liga para o mesmo número e o discurso mudou: "Tenho um quarto muito bom que pode ficar em 250 ou em 300 euros, caso opte por ter tratamento de roupa".

Depois de cinco telefonemas, em que o sotaque brasileiro impediu a estudante de conseguir um quarto, surge finalmente alguém disposto a recebê-la. Mas com uma condição: "Tem de trazer um comprovativo da faculdade em como está a estudar".

"Temos vários relatos de pessoas a quem pediram documentos a mais. E sobre as brasileiras existe um grande preconceito de que possam ser prostitutas e não estudantes", criticou Luís Ricardo Ferreira, presidente da Associação Académica de Aveiro.

Heliana Bibas, da Casa Brasil, reconhece que já foram "mais bem recebidos" e que "em alguns casos a situação tem vindo a piorar", tudo porque "existe um estereótipo do papel do emigrante e uma associação da brasileira à prostituição".

Normalmente, acabam por conseguir casa através da rede de amigos ou familiares já instalados em Portugal, "não recorrendo tanto ao arrendamento clássico", explicou o presidente da Associação de Estudantes da Universidade de Lisboa, Paulo Pinheiro.

Nas cidades universitárias, como Évora, existem residências só para brasileiros e outras só para africanos, outra das comunidades vítimas de discriminação praticada por senhorios.

De acordo com dados do Ministério da Ciência e do Ensino Superior, no ano passado estavam inscritos nas universidades 10.990 africanos, o dobro dos que há dez anos escolheram Portugal para estudar. No entanto, a mentalidade dos senhorios não mudou.

"Esta situação é antiga e a recusa é permanente. Já houve várias queixas mas não se consegue fazer nada. Trata-se de casos aberrantes da prática de racismo neste país. Em Portugal existe um racismo camuflado", acusou Fernando Cá, presidente da Associação Guineense de Solidariedade Social.

"Há um anúncio de um quarto e quando ligam para lá dizem que está livre, mas quando lá aparecem os senhorios dizem que já está ocupado. Mas se ligarmos passada meia hora está livre. Tudo devido à cor da pele", alertou.

Segundo Luís Ricardo Ferreira, presidente da Associação Académica de Aveiro, a justificação dada pelos senhorios passa pelo barulho que a comunidade africana faz, apesar de "os portugueses fazerem exactamente o mesmo".

Já o presidente da Federação Académica do Porto, Ivo Santos, lembra a questão económica para negar casa a um africano, uma vez que a maioria destes estudantes vem para Portugal com bolsas de estudo, que por vezes tardam em chegar. "Nessas alturas, a primeira coisa que deixam de pagar são os quartos, porque não podem ficar sem comer e precisam de pagar os transportes para ir para a Faculdade estudar", explica.

Ivo Santos garante, no entanto, que no Porto não existem preconceitos raciais e recorda que vários africanos já aderiram ao Programa Aconchego, em que um idoso acolhe gratuitamente em sua casa um universitário.

A Lusa ligou para sete anúncios de quartos no Porto e a situação não foi tão gritante como em Lisboa, já que apenas dois mudaram a história consoante o sotaque do "estudante": num dos casos a inquilina disse que ligava mais tarde, o que nunca aconteceu, e no outro disse que não tinha quartos, mas para a Lusa já tinha "um quarto bom e grande com casa-de-banho privativa".

SIM

ANEXO F - Mercado de trabalho: estereótipo sexual ainda atrapalha brasileiras, aponta especialista

DN BRASIL 23 setembro 2024 às 06h13
Leitura: 7 min

Mercado de trabalho: estereótipo sexual ainda atrapalha brasileiras, aponta especialista

Mulheres imigrantes são quem mais tem dificuldade em encontrar emprego, mesmo com mais qualificações. Estigma sexual agrava situação das brasileiras.



Camila Souza se dedica exclusivamente à recolocação de mulheres imigrantes no mercado europeu. Arquivo pessoal.

Caroline Ribeiro
Jornalista DN Brasil



Camila Souza vive em Portugal há oito anos. Como muitos imigrantes, se regularizou no país através de manifestação de interesse. Durante o tempo em que ainda não exercia sua atividade profissional, como gestora de Recursos Humanos, trabalhou como atendente em uma sorveteria, depois em um minimercado de bairro, ficou desempregada na pandemia e começou a fazer e vender pães de queijo "para me ajudar a viver", conta ao **DN Brasil**.

Após esse período difícil, Camila se estruturou para buscar a **recolocação profissional em sua área de trabalho**. Foi aí que se deparou com uma realidade que "ainda" existe.

"Na minha experiência enquanto imigrante brasileira em Portugal, que tem um recorte específico, percebi que tinha o agravante desse estereótipo da mulher brasileira, que ainda é o sexual. Está atrelado à questão da visão norte-global, sul-global, de questionar e não valorizar a qualificação dessas mulheres. Fora todo o machismo", afirma a profissional.

A dificuldade de mulheres - em geral- de conseguir entrar ou se recolocar no mercado de trabalho, "quando saem por algum motivo", explica Camila, é, hoje, consenso internacional. "São as mulheres que têm os contratos mais precarizados, que são as primeiras a serem demitidas. Na pandemia, a maior quantidade de postos de trabalho extintos foram os mais ocupados por mulheres. Também são as mulheres que têm mais dificuldade para retornar ao mercado depois que saem, seja pela maternidade ou seja pelo desemprego, ou por uma mudança de país", afirma a profissional.

PUB

Atualmente, Camila Souza trabalha exclusivamente com recolocação profissional de mulheres imigrantes no mercado em Portugal e outros países europeus. Uma decisão tomada "por ser feminista", mas também por ter sentido na pele as dificuldades. A profissional ressalta que **tudo acontece "apesar de, majoritariamente, serem as mulheres as que estudam mais, se qualificarem mais"**.

Associações confirmam

Ao **DN Brasil**, a **associação Diásporas**, que tem sede em Cascais e presta apoio a imigrantes em diversos setores, confirma o cenário. "A partir dos atendimentos que fazemos, identificamos esse perfil. **As mulheres são as que mais têm dificuldade em se inserir no mercado português, mesmo sendo mulheres com faculdade, algumas com mestrado, com doutorado**", diz Elisângela Rocha, presidente da direção da entidade.

O público atendido pela associação é formado, maioritariamente, por brasileiros e cidadãos dos países africanos que também falam a língua portuguesa (PALOP). Segundo Elisângela, **seja do Brasil ou de algum PALOP, são as mulheres que engrossam a fila do desemprego em Portugal**.

"Na semana passada **atendi uma brasileira que era educadora no Brasil, especialista em educação especial, e que não tem conseguido nem trabalho de limpeza aqui**", conta a diretora.

Nestes casos, **um dos agravantes é a burocracia**. “Tem toda a dificuldade de reconhecimento das habilitações. É um processo car demorado, burocrático e não é garantido. São muitas que entram com processos e no final não conseguem as validações dos diplomas em várias áreas. É com mulheres imigrantes no geral, mas, como as brasileiras vêm com uma escolaridade muito maior, acaba acontecendo mais com elas”, afirma Elisângela Rocha.

Uma das atividades da Diáspores tem sido realizar *workshops* e outros projetos focados em apoiar especificamente as mulheres imigrantes na busca de emprego. “Aprender a fazer o currículo, onde procurar vagas, quais as diferenças entre Brasil e Portugal”, são temas abordados, diz a diretora. A associação aguarda, neste momento, resposta de financiamento para a realização de jornadas de reinserção laboral para mulheres.

Dica

Camila Souza diz que, em um primeiro momento, **é bom avaliar a utilidade de agências de recrutamento**. “Em todas com as quais trabalhei tive barreiras quanto à contratação de imigrantes”. O motivo, explica, é a padronização do modo de trabalho. **“Pode ser um excelente currículo, mas se o cliente, como eu já ouvi, disse ‘não queremos estrangeiros’ não adianta, vai ter que descartar”**.

Por outro lado, destaca que **“pode ser positivo na medida em que, se a mulher está direcionada para uma área específica, ela desperta o interesse**. Do mesmo jeito que essa agência tem um contrato com uma empresa que não está aberta a imigrante, tem com outra que está”, finaliza.

Brasileiras prometem reforçar debate no Parlamento

Na próxima quarta-feira, dia 25, o Parlamento discute o aumento do tempo das licenças de maternidade e paternidade em Portugal. Existem cinco propostas previstas na agenda para o debate: uma iniciativa de cidadãos e quatro de partidos políticos.

Em grupos nas redes sociais, aos quais o **DN Brasil** teve acesso, **multiplicam-se as publicações e compartilhamentos de brasileiras em apoio ao chamado para que as mulheres estejam presentes nas galerias da Assembleia da República**, com “cartazes legíveis”, para que “os deputados percebam o quanto o alargamento da licença parental inicial é importante para as famílias e seus bebês”, diz uma das publicações originais convocando para o movimento.

O tema torna-se cada vez mais relevante no contexto migratório no país, já que, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), **mulheres imigrantes reforçam cada vez mais a taxa de natalidade em Portugal, ajudando, inclusive, a diminuir o saldo populacional negativo**. Para a gestora Camila Souza, **o peso das responsabilidades parentais é um outro fator que diminui as chances de recolocação profissional das migrantes**. “No recorte de mulher imigrante, a gente está falando de filhos. Ela precisa arrumar um trabalho e fazer toda a gestão da casa. Não é qualquer horário de trabalho que dá, não é qualquer localidade que dá para conciliar com as outras obrigações dela, de cuidado”, explica.

caroline.ribeiro@dn.pt

**DN Brasil é um suplemento do DN que circula todas as primeiras segundas de cada mês, um [site com atualização diária](#) e páginas de atualidade no DN, sempre escrito em português do Brasil.*

Tópicos: [DN Brasil](#), [Mercado de trabalho](#), [Imigrantes](#), [Mulheres - desemprego](#), [licença parental](#), [Parlamento](#)